

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES: UM DESAFIO AO MODELO FAMILIAR
TRADICIONAL PRESENTE NO CATOLICISMO OFICIAL**

MÔNICA APARECIDA RAMOS GOMES

**GOIÂNIA
2003**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES: UM DESAFIO AO MODELO FAMILIAR
TRADICIONAL PRESENTE NO CATOLICISMO OFICIAL**

MÔNICA APARECIDA RAMOS GOMES

**ORIENTADORA
Prof.^a. Dr.^a. Carolina Teles Lemos.**

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado
em Ciências da Religião como requisito para
obtenção do Grau de Mestra.

**GOIÂNIA
2003**

Dedico este trabalho

a todos nós educadores e educadoras, da humanidade, para que, em nosso ato de educar, não deixemos passar despercebidas as diferenças. Mas, com elas aprendamos o sentido de nossas reflexões. E também, a todas as famílias, que vivem nessa específica realidade cuja chefia é da mulher, pelas suas lutas e esforços. De modo especial à minha sogra Sebastiana, que é um exemplo vivo dessa realidade.

Agradecimentos

À Professora Carolina Teles Lemos, pelo interesse, pela presteza, pela dedicação que sempre demonstrou diante de meus ensaios, e pela valiosa e rica orientação durante a elaboração desse trabalho.

À Professora Zilda Fernandes Ribeiro, que é uma aprendiz e uma mestra da sabedoria que passa pelo corpo em nossa vida.

À carinhosíssima Ir. Laura Chauer, que com disponível e empenhada humildade acompanhou meus escritos nesse estudo.

Às Professoras, Maria José Rocha e Sônia Margarida G. Sousa, que na qualificação, com sábias e respeitadas observações ajudaram-me a perceber novas pistas para a realização desse estudo.

À minha amiga Diane Marcy, companheira de reflexões que com sua diferença de confissão religiosa nos fez semelhantes na fé a qual nomino representando aos companheiros e companheiras contemporâneos do mestrado que frente aos desafios do estudo tornavam alegres e prazerosos cada encontro.

À minha amiga/irmã Nirlene, que com atenção e carinho não me deixou distanciar no nosso espaço de trabalho.

À caríssima amiga e companheira Aparecida Devanir, que mais uma vez, juntas estamos vivenciando os mesmos sentimentos de “gestação”, obrigada pelo carinho e atenção ao meu objeto de estudo.

Aos amigos e companheiros de incentivo João Índio e Cristóvão Geovani que sempre estão ao meu lado dando-me o apoio necessário.

À Secretaria Municipal de Educação, que me liberou das atividades oportunizando meu aprender.

A Eva Cristina Pires, que com seus esforços e atenção cuidou do meu espaço doméstico, garantindo-me tranquilidade para meus estudos.

Às minhas amigas que se tornaram, nesse tempo, mulheres chefes de família, Irene e Morgana, que também estiveram associadas às reflexões desse objeto.

A todos e todas que em oração intercederam por mim e para a conclusão desse projeto.

Agradecimentos aos familiares,

Ao meu grande amor, amante, companheiro, amigo e esposo Uene José Gomes, que sempre me motivou pela busca do aprender. Que ao longo desse momento sabiamente compreendeu minhas necessidades.

Ao Rubem Jade Fraga Ramos Gomes, que nesse tempo... Cresceu, se fez menino-moço, e a cada dia me surpreende com seus aprenderes, com suas fantasias, com seus cantos e encantos.

Ao Samuel José Fraga Ramos Gomes, que nesse tempo... com seus dengos revelou seu íntimo complexo de “Peter Pan”, chamando-me incansavelmente para brincar ... Pela nossa estreita convivência que, contudo redescobriu-me como Mãe.

Aos meus amados, Papai Orlando Ramos Miranda e Mamãe Shirley Fraga Ramos que com suas incessantes orações, intercederam por mim. Que muitas vezes, com suas sábias orientações me mostraram o sentido da vida.

Ao meu irmão Marlon Fraga Ramos que amo de paixão, e minha cunhada Alessandra Cândida Marques, que em seus reencontros conjugais, permitiram-me paz e tranqüilidade para dedicar-me aos meus estudos.

“Bendito seja o nome do Senhor
que em suas santas revelou seu amor”
(salmodiar)

“Bendita seja Mãe Santíssima
que pela sua bênção revestiu-me
de coragem”.

“Benditas sejam as mulheres chefes de famílias
deste trabalho, que por suas histórias
me fizeram mais atenta à vida”.

“Bendito e louvado seja
Deus Pai e Mãe pela beleza do aprender”.

AMÉM!

SUMÁRIO

RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	30
1. IDÉIAS GERAIS SOBRE FAMÍLIA (A família como vai?)	30
1.1 - Questões sócio-econômicas	33
1.2 - Relação com os companheiros	43
1.3 - Autopercepção como mulheres	54
1.4 - Relação com os filhos	63
1.5 - Relação da Igreja Católica e a família chefiada por mulheres	73

CAPÍTULO II	85
2 – OS SENTIMENTOS SOBRE A FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES (E por falar em família onde anda você?)	85
2.1 - Falando sobre a família chefiada por mulheres	87
2.2 - As mulheres chefes de família e sua relação com a sociedade	94
2.3 - “Antes sós que mal acompanhadas”	104
2.4 - MISSA: Um momento para a busca de sentido (?)	116
2.5 - Modelos familiares: Ideal sim! Real não!	130
CAPÍTULO III	141
3 - DEUS E A FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES (Dê lembranças à família...)	141
3.1 - Por uma questão de fé: A visibilidade de gênero	144
3.2 - A “palavra de Deus” como luz na vida das mulheres Chefes de família: Um desafio	153
3.3 - Mulher chefe de família e o seu firme compromisso com a família	162
3.4 Deus que se revela na família chefiada por mulheres	176
CONCLUSÃO	192
REFERÊNCIAS	198
ANEXOS	203

RESUMO

GOMES, Mônica Aparecida Ramos. *Famílias chefiadas por mulheres: Um desafio ao modelo familiar tradicional presente no catolicismo oficial.* Goiânia: UCG-2003.

Neste trabalho investigamos as famílias chefiadas por mulheres, a Igreja Católica, a partir dos documentos oficiais sobre família, bem como os desafios que tal realidade familiar apresenta à Igreja. Evidenciamos a necessidade de uma reelaboração dos discursos e práticas da Igreja Católica, para que esta atue enquanto agente de inclusão social e que evite a perda significativa de fiéis. Identificamos pela pesquisa, um distanciamento da Igreja com a realidade familiar (diferenciada) chefiada por mulheres, assim como um distanciamento e/ou frágil relação destas mulheres com o espaço religioso católico.

Palavras chave: Família, Família chefiada por mulheres, Gênero, Igreja Católica.

ABSTRACT

GOMES, Mônica Aparecida Ramos. *Families that are led by women*. A challenge to the traditional family model present in the official Catholicism. Goiânia: UCG-2003.

In this work we did research on the families led by women, the Catholic Church, from official documents about family, as well as the challenges that this family reality presents to the Church. We evidenced the necessity of re-elaboration of the speeches and the practices of the Catholic Church, so that this acts as an agent of social inclusion and that avoid the significant lost of the devoted people. We identified through the research a distanciation of the Church with the family reality (differentiated) led by women, as well as a distanciation and/or a fragile relation of these women with the religious Catholic space.

Key words: family, family led by women, gender, Catholic Church

INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas, principalmente nos últimos 10 anos, de acordo com Machado (1996) a família chefiada por mulheres tem sido destacada como uma tendência crescente em nossa sociedade. O universo popular, aqui configurado, pelo espaço educacional público municipal de Goiânia, foi o lugar da experiência onde me deparei mais de perto com esse contexto.

Considerando que as famílias sempre tiveram fundamental importância no meu espaço profissional, essa realidade específica de família chefiada por mulheres tem-me chamado a atenção e sobretudo despertado minha curiosidade.

De certo modo, isso me tem impelido a entender como esse modelo familiar tem-se manifestado em nossa sociedade, haja vista que as instâncias sociais, em suas diferentes caracterizações, não dão ênfase em famílias, mas numa instituição familiar com modelo único. Isso se confirma muitas vezes pelas instituições educacionais e, sem sombra de dúvidas, pela instituição católica (sendo esta a que dá legitimidade).

Esse conjunto de situações nas quais esse modelo familiar, que traz a mulher como chefe, se encontra situado, intrigava-me, pois essa é uma família real, e que está de corpo presente no meio de nós (de modo crescente). Mas, ao mesmo tempo, é como se ela não fizesse diferença, ou que se diluísse no meio do modelo familiar considerado padrão e comum, com menor importância. .

A Igreja católica oficial, como espaço de legitimação do modelo familiar padrão – pai, mãe e filhos juntos –, conforme revela a história e seus próprios discursos e práticas, assim como alguns pensadores, foi por mim considerada, como instância de grande relevância para subsidiar a análise dessa realidade familiar que traz a mulher como chefe. Para tanto, fiz um contato por meio de conversa pessoal com as mulheres dessa categoria familiar que, por sua vez, apresentaram suas experiências religiosas, seus diferentes níveis de inserção na Igreja Católica: algumas com maior envolvimento na referida instituição, outras de modo mais distante, e outras praticamente sem nenhum vínculo com ela. Também encontrei mulheres com outras denominações religiosas: espíritas, pentecostais e protestantes. No entanto preferi considerar, não por escolha ideológica, mas por intenção sociológica, limitar-me às realidades que

manifestaram algum conhecimento ou envolvimento no catolicismo (praticantes ou não).

O enfoque sobre gênero¹, transversalmente, foi um aspecto que acompanhou a trama da discussão, a saber, pela própria ênfase de diferença entre homem e mulher que o catolicismo acabou fortalecendo e legitimando nas relações. Isso também faz sentido porque, na realidade de família chefiada por mulheres, as relações de gênero, com muita evidência, se expressam de forma bastante alterada, em relação ao modelo familiar padrão. Isso tem marcado diferencialmente, a vida das mulheres que estão no exercício de chefes de família, bem como essa própria realidade familiar.

Os discursos católicos sobre família virão como aspectos de grande relevância, e também como viés das discussões que intermediarão as entrevistas. Como ponto de partida, serão definidos alguns passos que darão corpo a este trabalho.

Quanto ao catolicismo, a intenção é verificar o que os discursos católicos expressos nos documentos da Igreja, dizem sobre família de maneira geral e, em especial, sobre as que são chefiadas por mulheres. Serão estes os documentos considerados: a) documentos pontifícios: Exortação Apóstolica, *Familiaris consortio* (1994) e *Carta às famílias* - João Paulo II (1994); b)

¹ Gênero no decorrer desse estudo se apresenta sob o apoio de diversos (as) autores (as), cujos conceitos culminam na definição de De Barbieri (1992, p.114): “(...) los conjuntos de prácticas, símbolos, representaciones, normas y valores sociales que las sociedades elaboran a partir de la diferencia sexual anátomo-fisiológica y que dan sentido a la satisfacción de los impulsos sexuales, a la reproducción de la especie humana y em general al relacionamiento entre las personas”. “(...) Los sistemas de sexo/género son por lo tanto el objeto de estudio más amplio para comprender y explicar el par subordinación femenina-dominación masculina”. Um tratamento mais aprofundado será feito mais adiante.

documentos da CNBB: *Em favor da família* nº 3 (1975) e *Valores básicos da vida e da família* (1980).

Esses documentos foram selecionados para subsidiar esta discussão, porque trazem, sob forma de orientação e diretriz, a referência cristã de família, ou melhor, designam os princípios norteadores para o modelo de família proposto pela Igreja Católica oficial.

Por outro lado, será dada ênfase às questões de gênero, enquanto relações entre o masculino e o feminino, com o interesse de identificar a concepção presente nos discursos católicos sobre a temática da família. Para verificar os desafios que o “novo” modelo de família apresenta ao pensamento católico, ver-se-á como as mulheres julgam os valores presentes no ideário do catolicismo, como provocadores, mantenedores ou indiferentes quanto a essa realidade familiar. A partir daí, poder-se-á obter indicadores sobre a possibilidade de a Igreja Católica estar perdendo ou não essa categoria de fiéis e conseqüentemente sobre a necessidade ou não de reformular suas concepções sobre família.

Esta pesquisa foi realizada com as mulheres chefes de família no espaço das escolas da Rede Municipal de educação de Goiânia. Ela iniciou-se na Escola Salomão Clementino de Faria, situada no setor São José, com o objetivo, primeiramente, de identificar as mulheres, mães dos alunos, que eram chefes de família. Foram estabelecidos, então, alguns contatos com a escola, em reuniões de pais e mães e em conversa com a equipe da coordenação pedagógica da escola, quanto à identificação desse perfil de família. Apesar de deixar claro em

seus discursos que, essa realidade era predominante no espaço da escola, o contato não foi satisfatório.

As professoras e funcionárias, considerando o tema interessante, e pertencentes a esse perfil de família chefiada por mulheres, colocaram-se à disposição para contribuir com o trabalho, respondendo às entrevistas². Com esse grupo (de funcionárias e professoras) foi possível realizar algumas entrevistas, mas com as mães dos alunos, que inicialmente era o público de meu interesse, efetivamente não foi possível. Essa impossibilidade ocorreu porque uma aproximação com as mães exigiria uma intermediação da própria escola, e isso demandaria muito tempo.

Essas dificuldades angustiaram-me bastante, mas levaram-me a repensar o trabalho e buscar outros caminhos, que outrora fizeram parte de minha experiência de acompanhamento pedagógico: a realidade do noturno. No noturno há uma demanda de alunas que se enquadram no objeto dessa pesquisa; seria uma oportunidade diferenciada, que me permitiria conhecer melhor essa realidade, bem como o perfil das alunas que a freqüentam.

Busquei a listagem de escolas que dispõem de turmas no noturno e que têm o EAJA (Educação de adolescentes, jovens e adultos), dando preferência àquelas acompanhadas pedagogicamente, por mim, nos anos de 1999 a 2001. Dentre elas, foram selecionadas, para a realização da pesquisa, a Escola

² As entrevistas realizadas com essas professoras e funcionárias serão conectadas ao conjunto de entrevistas de professoras e funcionárias das duas escolas do noturno: E.M. Coronel Getulino Artiaga e E.M. M^a Cândida Figueiredo.

Municipal Maria Cândida Figueiredo, situada na Vila Pedroso e a Escola Municipal Coronel Getulino Artiaga, situada na Vila Nova, cada uma das quais atende em média de 4 a 5 turmas, sendo os alunos e as alunas que as freqüentam de baixa renda e oriundos de bairros populares circunvizinhos. A pesquisa se dirigiu às alunas que são mães e chefes de família, e que estavam matriculadas da 1ª à 4ª série do primeiro grau. Como um dado favorável para este trabalho, nessas séries encontra-se um número significativo de alunas adultas que correspondem a esse perfil de família (elas demonstraram disponibilidade).

Como procedimento, cada professora, de imediato, promoveu uma conversa em sua sala, ressaltando a relevância do tema e a exigência do trabalho de mestrado, com isso salientando para o grupo a importância da contribuição de cada uma. Ao final do levantamento, detectou-se um número bastante significativo de alunas, que se enquadravam no perfil e que se dispuseram a contribuir com as entrevistas. Algumas professoras e funcionárias (quantidade menor), por sua vez, colocaram-se à disposição, também, para responder as entrevistas, já que elas perceberam uma identificação com a situação estudada.

Foi realizado um total de 30 entrevistas com mulheres que são chefes de famílias, sendo que deste universo 22 são alunas de 1ª a 4ª série, estudantes do ensino noturno e 8 são funcionárias e professoras, também, da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Essas mulheres foram selecionadas através de conversas e de um levantamento feito nas próprias escolas. Entretanto, a

participação destas mulheres deveu-se, primordialmente, ao fato de terem apresentado disponibilidade para tal.

Essas mulheres chefes de família foram acompanhadas por meio de conversas informais e individuais, a partir de questões/roteiro correspondentes ao assunto, seguidas de registros. Esses contatos se deram nas próprias escolas. O momento para a realização dessas entrevistas foi organizado de acordo com as definições do grupo diretivo da escola, isto é, as entrevistas ocorriam em horários que não prejudicassem as atividades escolares.

Considerando que esta pesquisa apresentou de um lado o grupo de alunas e de outro o grupo de funcionárias e professoras, vale considerar que o primeiro grupo, de modo geral, é oriundo da periferia de Goiânia, residindo em bairros e até cidades circunvizinhas. Também é interessante ressaltar que as mulheres desse universo são pobres, oriundas das camadas populares, em processo de alfabetização. A maioria é assalariada e prestadora de serviços gerais; a idade média é de 35 - 40 anos; um número bem significativo de mulheres negras sendo que grande parte apresenta as regiões norte e nordeste como o lugar de origem; o tempo de liderança familiar é bem variável. Já as mulheres do segundo grupo residem em localizações mescladas, entre bairros periféricos e até centrais, mas tive o maior cuidado de selecionar as que tinham um perfil bem próximo dessa realidade pesquisada – meios populares.

Uma ressalva importante a ser feita é quanto à localização de uma das escolas escolhidas, “Coronel Getulino Artiaga”. Por se situar no setor Vila Nova, parece, geograficamente, contradizer a proposta de trabalho que se vincula ao

perfil dos meios populares. Mas vale esclarecer que as alunas que, de modo geral, a freqüentam são oriundas dos bairros periféricos de Goiânia tal freqüência se justifica pelo fato de se localizar esta escola próxima aos seus trabalhos e ainda pela facilidade do retorno para casa, pois existem vários pontos de ônibus próximos que vão até suas residências, facilitando esse acesso.

Processo de construção das informações

Os contatos ocorreram inicialmente com o objetivo de estabelecer uma proximidade com as participantes, criar um vínculo de confiança e demonstrar que tais relatos de experiências de vida eram de grande valia para a efetivação deste trabalho. Também ressaltai que esta pesquisa não causaria nenhum prejuízo às mulheres chefes de família que se disponibilizassem a contribuir, ao contrário, era importante abordar este tema, pois afinal as grandes histórias de luta das mulheres e de suas famílias devem ser colocadas à luz, para enfim romper com o silêncio histórico, que muitas vezes tornou as mulheres frágeis, e as famílias modelo ideal centradas na referência masculina.

Assim, a conversa permeada pelas questões e também pela espontaneidade dos relatos, de certa forma, era registrada. Esses registros, sob forma de conteúdo, foram organizados primeiro quanto às diversas idéias dessas entrevistadas: quanto às suas concepções de família de hoje e quanto à influência da religião católica nessa concepção.

Para tanto, as entrevistas selecionadas foram organizadas e classificadas, a priori³, segundo as idéias e concepções, tanto sobre os modelos de família quanto sobre o peso dado às idéias religiosas. Dessa forma, foram denominadas por categoria “A”, categoria “B” e categoria “C”. Essa classificação deu-se de acordo com o pressuposto de compreensão sociológica, baseado no caráter de tipo puro (“tipo ideal”⁴) sugerido por Weber (1991). Isto é, as idéias apresentadas em cada uma dessas categorias citadas revelam-se de forma sintética a partir de informações que se aproximam e/ou se distanciam do eixo da discussão.

Como se compõe cada categoria apresentada?

Categoria A: definiu-se que as mulheres dessa categoria apresentam a família de modo geral como uma realidade que passa por dificuldades, como todas as instâncias sociais. Por outro lado, apresentam uma aceitabilidade maior do modelo familiar que tem a mulher como chefe e demonstram lidar de forma tranqüila; não enfatizam a família completa; reforçam a idéia de que sozinhas

³ A priori tem, nesse contexto, o significado de uma observação a princípio generalizada, que não permite emitir amplas considerações.

⁴ Cf. Weber (1991, p.6 e12) **O tipo puro (“tipo ideal”)** é uma das formas de compreensão, capaz de classificar e promover a univocidade das diferentes configurações identificadas num fenômeno, conseqüente de uma adequação de sentido mais pleno possível.

Em termos funcionais, a sociologia por esse método de compreensão se distancia da realidade, servindo-se para o conhecimento dela, mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico a um ou vários desses conceitos e, isso só ocorre mediante às classificações dos tipos puros ideais.

sente uma maior segurança, autonomia, liberdade para conduzir a vida no cotidiano.

Em relação à Igreja Católica, essas mulheres, não a colocam de forma relevante em suas experiências. Algumas manifestam que, para se salvar, não precisam de um envolvimento com a Igreja. Porém fazem questão de ressaltar a importância da fé em Deus para conduzir suas vidas. Reforçam ainda que a fé é algo individual e sugerem que cada um busque a Deus a seu modo.

Categoria B: essas mulheres apresentam a família de modo geral como um caos, ou desastre, nos dias de hoje. A realidade familiar vivenciada, que é a chefiada por mulheres, se apresenta como um fato que tem que ser assumido por elas, porque, diante do imprevisto, não têm outra opção, porém não é o modelo desejável e aceitável. As expectativas em relação a família que estão presentes na memória coletiva deste grupo de mulheres se vêm impregnadas de idealizações, sendo o chamado modelo “completo” o símbolo de referência.

Estas mulheres ainda trazem consigo as expectativas, não de um agregado de pessoas, mas de um grupo forte, solidário, afetuoso que possa oferecer melhor qualidade de vida, capaz de constituir vínculos e de promover uma base sólida que possa ajudar-lhes a inserir de forma tranqüila na sociedade, com uma marca registrada de família estruturada.

Com relação à Igreja Católica, dizem que ela é necessária e que deve ser preservada, devido aos valores que por ela são repassados. Com o mesmo teor, enfatizam a fé em Deus.

Categoria C: as mulheres desse grupo vêem a família de hoje como uma realidade extremamente difícil de lidar, devido aos crescentes entraves que têm contribuído para desestruturá-la (ausência da figura paterna, dificuldade financeira, violência).

Quanto a cuidar da família sozinha, isso representa um grande problema. Declaram a necessidade de apoio de outros, seja ele espiritual ou moral (tios, avós, entidades...) e ao mesmo tempo demonstram que a família idealizada é a família “completa” (pai, mãe e filhos), pois vêem com muitas dificuldades a vida sozinha.

As mulheres dessa categoria analisada, ao enfatizarem a angústia de estarem sozinhas assumindo a família e ao expressarem o sentimento de dependência, acabam demonstrando que tais sentimentos e necessidades são causados pela ausência do “homem ideal”, que toda família “completa” tem .

Quanto à frequência na Igreja Católica, expressada que ela é fundamental e necessária para suportar a exigente “carga” de descontentamento em relação à real condição de vida de uma família “incompleta” e às decorrentes desvantagens dessa condição.

De acordo com essa sugestão, de modo necessário, num trabalho científico busca-se alcançar uma evidência de interpretação e, mesmo que essa interpretação se torne uma interpretação causal válida, não deixa de significar uma hipótese causal de caráter particular. Isso se explica pelos inúmeros fatores que as entrevistas ou relatos podem ocultar ao pesquisador, pois os relatos e as expressões de modo subjetivo têm um valor relativo.

De certo modo, num trabalho investigativo de cunho qualitativo, a proposta é estudar objetivamente os estados subjetivos dos seus sujeitos. Adicionalmente, o objetivo maior de um pesquisador é o de construir conhecimento sobre o contexto a ser investigado. Nesse sentido, Biklen (1994, p.70) afirma: “o objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiências humanas. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados”.

Dessa forma, cabe ressaltar a importante tarefa da sociologia comparada, expressa por Weber (1991, p. 7) que por sua vez, objetiva “comparar o maior número possível de processos da vida histórica ou cotidiana que sejam quase idênticos, mas que difiram num único ponto decisivo o ‘motivo’ ou ‘impulso’ a ser examinado cada vez com respeito a sua significação prática”.

Metodologicamente foram definidas algumas questões-roteiro de entrevista, dirigidas diretamente às mulheres que vivenciam essa realidade familiar proposta nesta pesquisa, que são as mulheres chefes de famílias (cf.anexo I). Para um aprofundamento posterior, essas foram analisadas concomitantemente com os documentos da Igreja Católica que fazem referência à Família, conforme explicitado anteriormente.

Diante de algumas discussões, foram traçados os rumos do referencial teórico, em três dimensões: primeiro, pelo conceito de representações sociais e pelo papel (ou as diferentes funções) que a religião desempenha como parte

integrante das representações sociais; segundo, pela questão de gênero (como algo que compõe e é composto pela representação social e religiosa); por último, pela questão da família, como instituição marcada por concepções de gênero que estão presentes no discurso católico e que expressam as representações sociais sobre a temática .

Essas discussões foram permeadas pelas perguntas fundamentais:

- Que desafios esse modelo familiar apresenta para a concepção de família tradicional enfatizado pela Igreja católica oficial?

- Que papel desempenha a Igreja Católica frente a essa crescente tendência de modelo familiar que tem a mulher como chefe?

- A família cuja liderança é a mulher tem tido oportunidade de se enunciar enquanto um dos modelos presentes na sociedade?

Assim sendo, a hipótese básica que orientou minha pesquisa foi primeiramente a de que a Igreja católica, por meio de seus discursos e práticas centrados na idéia tradicional de família composta por pais, mães e filhos, marcada por uma concepção hierárquica de gênero, busca constantemente manter o modelo patriarcal por melhor se adequar a seus interesses de poder.

Em virtude da abrangência do assunto e da maneira como a cultura religiosa tem-se diversificado, até mesmo no âmbito do próprio contexto católico, com aumento das ofertas (ainda bem deficitárias frente à demanda), achei por bem colocar uma segunda hipótese, que está ligada à idéia de que a família chefiada por mulheres representa um desafio à concepção tradicional de família enfatizada pelo catolicismo oficial, devido ao valor que ele dá à representação

simbólica hierárquica androcêntrica, uma vez que, se não houver uma re-elaboração de seus discursos e práticas, pode ocorrer a perda dessa significativa categoria de fiéis.

Levando-se em conta esses aspectos, a intenção é discutir por um lado a família chefiada por mulheres e sua relação com a Igreja Católica, a partir das concepções de gênero subjacentes ao discurso e às práticas religiosas.

A partir desse enfoque, a proposta inicial é a de verificar a relação entre o maior ou menor peso dado pelas mulheres à Igreja católica e às idéias religiosas e sua percepção de família chefiada por mulheres; se as mulheres nessa condição familiar têm uma aproximação maior com a igreja (considera importante), se têm uma freqüência distanciada (relacionam-se com ela por ser um meio de preservar os valores), ou se demonstram não ter nenhuma identificação (irrelevante). Com isso pretendo identificar as conseqüências do não tratamento da família chefiada por mulheres ou da forma de tratá-la para a própria Igreja Católica e para as mulheres.

Por outro lado, a intenção se estende em identificar como a Igreja Católica lida com essa realidade de família, se ela tem um direcionamento mais específico para essas situações, ou se ela se nega a comentar sobre o assunto, optando pelo silêncio e omissão. Do mesmo modo, se suas concepções abrangem com maior ênfase o modelo familiar tradicional.

Organização do trabalho

Assim, na perspectiva de colocar à mostra o “novo” modelo familiar, que transforma a mulher, dando-lhe outra dimensão política, social, educacional e religiosa, pressupõe-se uma exigência emergente de revisão conceitual de família e das concepções de família tradicional enfatizadas pelo discurso da Igreja católica oficial, que, como foi dito, influencia o pensamento e as ações individuais e coletivas.

Buscando esse objetivo a seqüência deste estudo será composta por três capítulos, que serão organizados pelo agrupamento das questões/roteiro oriundas das entrevistas realizadas com as mulheres chefes de família.

O Capítulo I constitui-se dos seguintes subtemas: questões sócio-econômicas; relação com os companheiros; autopercepção como mulheres; relação com os filhos; família chefiada por mulheres e sua relação com a Igreja Católica.

Considerando tal estrutura, a proposta é de mapear a realidade das mulheres chefes de família nos aspectos que nos parecem mais peculiares. Conseqüentemente, colocar de modo bem visível o modo de ser, pensar e agir dessas famílias, por meio das mulheres que as chefiam. Identificando, a partir do que foi exposto, as implicações dessa realidade no discurso da Igreja católica sobre as famílias (tradicional).

O capítulo II busca dar visibilidade aos sentimentos expressados sobre a família chefiada por mulheres. Com isso, seus subtemas são assim definidos: falando sobre a família chefiada por mulheres; as mulheres chefes de família e sua relação com a sociedade: “antes sós que mal acompanhadas”;

missa: um momento para a busca de sentido (?); modelos familiares: ideal sim!
real não!

Dessa forma, o objetivo desse capítulo busca identificar os sentimentos das mulheres, que subjazem à realidade de chefe de família, bem como expressar o contraste entre esse modelo de família e o modelo considerado padrão.

No Capítulo III, que traz por título Deus e a família chefiada por mulheres, se organiza a partir dos subtemas: por uma questão de fé: a visibilidade do gênero; a “palavra de Deus” como luz na vida das mulheres chefes de família: um desafio; mulher chefe de família e o seu firme compromisso com a família; Deus que se revela na família chefiada por mulheres.

Este, por sua vez, apresenta como propósito falar das manifestações das mulheres chefes de família sobre suas crenças e da possibilidade de enunciação desse referido modelo familiar como uma das realidades presentes na sociedade.

CAPÍTULO I

1- IDÉIAS GERAIS SOBRE A FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES

(A família como vai?)

Nas últimas décadas tem-se intensificado a análise sobre a temática família, que ela tem sido uma das instituições que tem manifestado de modo “visível” os reflexos de uma transformação social mais ampla. Diante das várias preocupações que têm surgido em relação a essa temática, inclusive sob diferentes abordagens, é interessante ressaltar a necessidade de uma revisão dos papéis sociais dos homens e das mulheres que compõem esse universo. De

certo modo isso tem exigido um esforço significativo de compreensão, principalmente dos estudiosos que lidam com essa realidade.

Considerando tal complexidade, a psicologia, segundo Macedo (1994), entre outras áreas profissionais, vem acompanhando de perto o contexto familiar, por meio da terapia familiar⁵. Com isso, tem estudado a origem das construções sobre a família moderna e detectado que o modelo ideal de família configurado pela burguesia passou a ser um ideal da classe operária, que no período da industrialização, isso se disseminou como um estereótipo social idealizado também por esta classe.

Grandes mudanças contextuais ocorridas nestas últimas décadas têm influenciado diretamente na chamada família tradicional, dentre essas, a mudança do papel da mulher, gerando alterações no ciclo vital da família. Hoje, a mulher procura firmar sua identidade além do reino do lar, na execução de projetos pessoais e profissionais. As separações matrimoniais têm sido mais um dos agravantes nessas mudanças, surgindo famílias uniparentais, freqüentemente chefiadas por mulheres.

Nas famílias desfavorecidas economicamente, há um número elevado de mulheres que assumem esse papel e isso tem acarretado uma sobrecarga muito grande à mulher, tanto pela obrigatoriedade de prover a prole, como pela necessidade de cuidar dos filhos jovens que se encontram, na maioria das vezes, sem trabalho.

⁵ A terapia familiar, no documento da *Igreja Católica Em favor da família* (CNBB, n.31975, p.34), aparece como um dos incentivos propostos para a promoção da família para ajudá-la a enfrentar a complexidade da vida moderna. Porém, no documento *Valores básicos da vida e da família*, essa idéia de terapia familiar é colocada apenas como um meio de apoio, por acreditar-se que as distorções da família em sua maioria têm origem fora dela, no espaço econômico e social (CNBB, n.18, 1980, p.27).

Diante desse contexto de transformações, a diversidade familiar tem sido expressa de forma relevante. Este estudo apresenta como desafio partir para uma reflexão mais específica sobre a realidade das famílias chefiadas por mulheres advindas dos meios populares, com uma situação sócio-econômica baixa e tendo a maioria um grau de escolaridade baixa, com exceção de um grupo menor, que tem um nível de escolaridade mais elevada, mas comungam de um mesmo meio social.

Primeiramente trabalhar com esse perfil de família significa buscar desfocalizar os olhares sobre a família padrão e remetê-los para outras formas de organização familiares, também existentes em nosso meio. E segundo, defender a idéia de que, embora haja um ideal de família tanto em nossa cultura, quanto na cultura específica do catolicismo, que é uma das abordagens aqui focalizadas, a realidade que se mostra é outra e tem que emergentemente ser expurgada proclamada. A intenção é de fato trazer isso para mais próximo de nós.

Para tanto, o conteúdo apresentado nesta primeira parte do texto está composto basicamente por eixos que delineiam as idéias gerais sobre família chefiada por mulheres, que, por sua vez, buscam responder à indagação: A Família, Como Vai? Mas, antes mesmo de dizer se “vai bem muito obrigada!” ou até mesmo dizer que “está indo!...”, a conversa se estenderá por um foco de análise que se iniciará por uma questão comum a todos (as) nos dias atuais – questões sócio-econômicas, que se tem caracterizado por um quadro de lamentações, dificuldades, insatisfações. Em seguida o enfoque será a relação com os “companheiros”, por ser um aspecto relevante no contexto familiar abordado.

O texto apresenta, na seqüência, uma leitura de ordem mais específica que é a questão da autopercepção como mulheres que ocupam um lugar de liderança na família, que até então não lhes era outorgado; em seguida o texto se propõe a discutir a inexorável questão da relação com os filhos. A saber, esse aspecto, dentre os demais, acaba sendo o grande revelador para uma compreensão das relações sociais postas no jogo das realidades familiares atípicas.

Por fim, sob um critério mais analítico, apresentar-se-á uma análise da relação da Igreja Católica com essa realidade familiar estudada, bem como com as mulheres que a chefiam. O fio condutor deste estudo é trazer à tona o modelo familiar em discussão e identificar as implicações que ocorrem no discurso do modelo de família (tradicional) retratado pela Igreja. Equivale considerar que, de modo bem próprio, esses eixos temáticos serão entremeados com a discussão de gênero, pois afinal, ao se tratar de famílias, supõe-se falar, além da família extensa, de relações entre homem e mulher, filhos e filhas, pais e filhas, pais e filhas.

1-1. Questões sócio-econômicas

A questão sócio-econômica é um foco bastante preponderante entre os relatos de experiências da maioria das mulheres chefes de família, pois, sob esse reflexo, ressaltam-se as dificuldades nas e das relações familiares. A saber, o pano de fundo dessa realidade estrutural para a vida dessas mulheres é marcado pelo quadro da precariedade salarial, da incerteza do emprego, da busca pelo emprego, da luta exacerbada para a sobrevivência. Para as mulheres que têm

emprego, é nítido o exigente esforço para administrar o minguado salário. Jesuína (categoria A) ilustra isso dizendo: *“trabalho em três períodos para conseguir assumir a escola da filha, terminar de construir minha casinha e acertar as contas que vêm mensalmente”*.

Essa situação, pela seriedade e gravidade que representa, vem-se tornando tema de estudos e debates de pesquisadores de várias áreas. Esteban (2003), ao se propor analisar a realidade das mulheres e suas relações assalariadas nos dias de hoje, traz, de modo informativo e coerente com a proposta da discussão, as significativas mudanças ocorridas, nas últimas décadas, pela incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho. Ele chama a atenção para a evidência desse cenário a partir da segunda metade dos anos oitenta em nosso país, em termos globais e estatísticos.

Esse autor dá um destaque em sua pesquisa ao forte incremento da incorporação das mulheres no espaço social do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que focaliza as relações destas com a realidade assalariada. Isso que para ele deve ser explicado pela emergência e pela consolidação de uma nova identidade feminina. Nesse aspecto, acrescento a essa relevante questão de Esteban (2003), as situações familiares que, de modo crescente e forte, nesse entremeio, têm sido caracteristicamente alteradas, manifestando-se pelo crescente número de mulheres que passaram a ser chefes de família.

Diante dessa discussão, quanto às transformações no presente momento de crise da sociedade assalariada, no processo de força de trabalho e de sua incidência sobre a mulher, Esteban (2003, p.598) expõe como um aspecto fundamental o fato de que nesse contexto:

As mulheres são heteroidentificadas no campo social do mercado de trabalho como uma categoria sociolaboral secundária em relação aos homens; isso faz com que se vejam destinadas a posições muito menos favoráveis que as que, em média, ocupam os homens no trabalho, no emprego e nos postos de organizações.

Essas diferenças trazidas por Esteban (2003), referentes ao quadro sócio-econômico, influenciada pelas relações de gênero, podem perfeitamente ser identificadas no contexto das famílias chefiadas por mulheres. Situação que parece agravar-se ainda mais pela dupla marca de diferença, a de ser mulher e a de chefiar a família sozinha. Conseqüentemente, isso torna agravante o quadro econômico dessa realidade.

Na seqüência, Esteban (2003, p.598) ainda destaca que:

A dupla auto-identificação feminina, ligada a sua dupla posição e posicionamento nos campos sociais da produção assalariada e da reprodução familiar, parece outorgar às mulheres uma especial sensibilidade para captar todas aquelas práticas sociais presentes no espaço do mercado de trabalho que, respondendo à lógica mercantil da relação assalariada, supõe uma limitação da 'lógica da vida' (PRIETO, 1994) ou diretamente uma negação da mesma.

Mesmo que esse aspecto tende a ser ressaltado por Esteban (2003) como uma virtude específica da capacidade feminina (o que é bonito), ou que seja uma posição reforçada pela cultura (fragilidade feminina), não há como negar o real "malabarismo" feito por essas mulheres, de modo especial as que chefiam famílias, para darem conta de cumprir a exigente e triplicada tarefa das contingências existenciais.

Equivale lembrar ainda que, de acordo com Esteban (2003), nesse contexto econômico, a lógica do mercado é a lógica da competitividade, que de certa forma é contrária à lógica do ideal da vida (família, casa, filhos...). Todavia se

faz necessário ressaltar [como um agravante quando] nesse movimento estão também inseridas as mulheres que sozinhas chefiam as famílias. É a partir desse estressante contexto que elas se vêem como mulheres, como mães, como donas de casa, como trabalhadoras, administradoras, enfrentando a dura realidade da vida familiar. São fatores que permitem focalizar de perto tal realidade.

Valendo-se da opinião da Igreja Católica, quanto a esses aspectos suscitados, é importante considerar a declaração do documento *Valores básicos da vida e da família* (CNBB, n.18, 1980, p.18), que diz: “A família é mais vítima do que agente em relação aos fatores macro econômicos. (...) Condições econômicas adversas, que atingem sobretudo as famílias das classes populares, não só destroem muitas famílias, mas impedem a formação sadia de novas famílias. (...)”.

Isso demonstra que a Igreja Católica, a seu modo, está atenta aos fatores que influenciam globalmente a família e a mulher. Ou seja, o fator econômico é um dos elementos de maior influência na desagregação das famílias como um todo. A posição da Igreja Católica, conforme aparece nesse fragmento do texto citado, não é de resistência às condições “novas” de famílias que foram surgindo em virtude dos vários efeitos estranguladores, mas é sim um discurso positivo, em torno de um ideal desejável pela mesma Igreja, para a condição familiar. Isso implica enfrentar o desafio de tratar as realidades diferenciadas de modo satisfatório, de modo que atenda a “novos” contextos.

Nessa discussão, relevante, sobre a opinião da Igreja Católica, faz-se necessário incluir Saffioti (1969), que discute sobre a mulher na sociedade de classes, pois, segundo suas afirmações, a Igreja Católica, como instituição social, não tem ficado alheia às mudanças e às transformações sociais. Ela própria tem

sofrido transformações que têm sido marcantes em um contexto social movente e instável. A ressalva dessa autora, porém, é de que há uma certa lentidão entre as posições assumidas pela Igreja e o conjunto de transformações que possivelmente não são mais inovadoras.

A Igreja Católica, ao tratar da temática família, sob a perspectiva econômica, como parte integrante das transformações sociais, demonstra não ignorar as condições adversas que contribuíram para, enfim, alterar essa realidade. O documento *Valores básicos da vida e da família* (CNBB, n.18, 1980, p.18), traz isso discriminadamente como:

Problemas de posse e uso da terra, gerando êxodo rural e forçando a concentração de enormes contingentes humanos nas periferias das grandes cidades; a exploração da força do trabalho dos operários; também a falta de preparo profissional; subnutrição que gera problemas futuros: falta de moradia, salubridade, educação, exploração da força do trabalho da mulher e do menor.

No entanto, a posição de Saffioti (1969) não abandona a idéia de que essa concepção da Igreja Católica, que aparece como progressista e que se diz vinculada aos programas de democracia cristã, busca preservar o modelo capitalista de produção e conservar a estrutura de poder que esse tipo de sociedade permite. Na realidade, sua postura é de abrandar a situação, reduzir quaisquer que sejam os conflitos, demonstrando inteligência política com essa postura e com isso preservando as diferenças sociais, que acabam sendo o pano de fundo do próprio capitalismo.

A Igreja Católica, por Saffioti (1969, p.98), é reconhecida como um grupo de pressão que tem utilizado suas forças “para atenuar as tensões e retardar mudanças sociais que, de um lado, poderiam reduzir a defasagem entre as estruturas parciais da sociedade e, de outro, elevar as contradições da economia

capitalista”. De certo modo, a atuação da Igreja, para atenuar tensões que são próprias da economia do mercado, não é vista de modo favorável por Saffioti (1969, p.98). Isso demonstra, no seu ponto de vista uma forma de a Igreja “garantir uma posição no *status quo* presente, de cuja manutenção depende sua sobrevivência enquanto grupo que concentra grande parte de poder de decisão”.

Vale destacar, no âmbito dessa discussão, o que a idéia de gênero descreve sobre quem é o homem e quem é a mulher no cenário econômico. Qual o papel dessa mulher no contexto da família que ela própria chefia?

Para Saffioti (1969), essas questões inerentes à situação sócio-econômica são refletidas pela Igreja Católica como uma doutrina que sempre considerou a mulher como uma figura secundária e suspeita. Ela ressalta ainda que esse fato converge para os interesses da ordem vigente das sociedades de classes e que a Igreja, em seu acompanhamento dos fatos, apenas tem refinado suas técnicas conducentes para manter, de modo sutil, a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem.

Apesar das contradições no modo de abordar essas questões, pode-se afirmar que família, assim como outras instituições, encontra-se hoje no limiar das transformações refletidas por muitos fenômenos sociais. Os *Valores básicos da vida e da família* (CNBB,n.18,1980, p.22), frente a algumas observações gerais relacionadas à situação da família no mundo de hoje, expõe:

Procure-se ressaltar a configuração de uma nova fisionomia da família, a importância de certos fenômenos como o processo de libertação da mulher, à luz do ideal do Evangelho e das exigências da realidade. Esse processo contribui para a emergência de um novo sentido de paternidade e de maternidade, de função da mulher no lar, na sociedade e na Igreja.

A família chefiada por mulheres constitui-se realidade assumida e tem-se demonstrado, de acordo com as entrevistas, bastante afetada com as mudanças econômicas. Assombros do custo de vida alto, desemprego, más condições de trabalho, instabilidade de trabalho e baixo salário têm sido um tormento para a vida humana; nessa específica realidade de família, a situação ainda se torna bem mais agravante, e em muitos casos desesperadora. Em algumas falas isso aparece:

A vida está muito difícil nos últimos tempos, falta moradia própria, o salário é como isca, logo vai embora, com isso todas as dificuldades aparecem, o custo de vida está muito alto. Vivemos a maior parte do tempo, preocupadas com isso. Rosa (categoria A)

A situação econômica é um fator que nos tem tirado o sono, pois trabalhamos muito, mas o salário que a gente ganha em maior parte é para pagar uma coisa e outra, com isso deixamos de ficar com a família. Nos vemos o tempo todo com a cabeça atenta ao dinheiro que vem para simplesmente pagar e isso é angustiante. Parece que não tem como ser diferente. Anastácia (categoria B)

Conforme expressam algumas dessas mulheres, trata-se de uma busca constante para a sobrevivência e não de um avanço para uma melhoria de vida, no que tange a lazer, a uma boa alimentação, a estudos, boa formação e dignidade para elas e seus membros familiares. *“Estamos o tempo todo preocupadas com a questão financeira, pois, se descuidarmos disso, falta alimento, as contas acumulam e aí as coisas se complicam. A luta é para sobrevivermos e tentar ter ao menos o básico, para não sofrermos tanto”*. Alda (categoria C)

O documento *Valores básicos da vida e da família* (CNBB, n.18, p. 28, 1980), frente às questões doutrinárias sobre o matrimônio e a família, traz algumas de suas preocupações sobre as grandes mudanças sociais, ao dizer que “o

problema da justiça no mundo de hoje precisaria ser mais acentuado, por causa da injustiça institucionalizada; a grande maioria no mundo de hoje se vê impedida de levar uma vida familiar digna”.

Esse olhar que a Igreja Católica demonstra ter sobre os fatos sociais, em relação às famílias, apenas vem confirmar que não há uma incompreensão ou desatenção por sua parte diante dessa realidade, mas expressa sobretudo um interesse peculiar de manter a ordem dos fatos, a partir da sua concepção de família ideal. É nesse ponto que se localiza nosso objeto de estudo.

Essas questões sócio-econômicas de um modo mais prático são apresentadas pelas mulheres entrevistadas, de acordo com as informações retratadas em cada categoria. As mulheres da categoria A enfatizam que o salário não corresponde às despesas que se têm no cotidiano, isto é suficiente para suprir o mínimo necessário: moradia, alimentação, remédio (sem abranger outras necessidades). Dentre as específicas necessidades, o que elas expõem como mais grave é a falta de moradia própria e a dependência do aluguel. Essa idéia se confirma com a fala de Rosa quando declara que *“a falta de moradia e o salário baixo estão relacionadas com as dificuldades enfrentadas pelas famílias”*.

Quanto ao grupo de mulheres que compõem a Categoria B, a necessidade básica ressaltada é a falta de trabalho digno. E Luiza confirma isso dizendo: *“a grande dificuldade enfrentada é a falta de trabalho com remuneração justa que dê para manter a família”*. A maioria dessas mulheres, expõe que muitas vezes, além do emprego, fazem serviços extras, em diversas outras funções para complementarem a renda e assim darem conta de sobreviver. Quem afirma isso é Helena:

Trabalho numa banca de camelô, vendendo coisas do Paraguai, mas a renda é muito pequena, mal dá para cobrir as despesas. Mas nos intervalos e final de semana, faço curso de cabelereira e já estou ganhando uns trocadinhos extras, arrumando e cortando os cabelos de uma vizinha e outra, o que tem me ajudado a comprar um pão, verduras espero poder comprar os materiais de salão (...).

Na categoria C, as mulheres reforçam muitos dos elementos já apontados nas categorias A e B, como o salário baixo, que basicamente é insuficiente para suprir as necessidades de uma família. A fala de Waldete confirma isso: *“Está difícil a vida, pois ganhar um salário para manter a família, é só com um milagre. Temos que fazer bicos”*.

Mas esse grupo, além desses aspectos, traz como um enfoque diferenciador, ante as dificuldades vivenciada nas relações de trabalho doméstico, a situação de humilhação e de discriminação vivenciada pelas precárias condições de trabalho. Vale ressaltar que grande parte das mulheres dessa categoria está vinculada também aos trabalhos domésticos. É o caso de Bela, que diz: *“Dentre as várias dificuldades, a pior é quanto à discriminação e humilhação, ocorridas principalmente nas famílias que têm a mulher que trabalha de doméstica”*.

Percebe-se que por essa associação de opiniões relacionadas às questões econômicas, emerge um levantamento das dificuldades que essas mulheres enfrentam nos dias de hoje. Esse assunto é quase que um fio condutor para as demais relações da vida cotidiana. No grupo de mulheres chefes de família, essas queixas são também relevantes.

Convém ressaltar que essa prática discriminatória apontada pelas mulheres da categoria C, foi levantada também na análise de Esteban (2003). Ele expõe

que, no momento da seleção do emprego, uma série de perguntas são feitas às entrevistadas, que se dirigem basicamente ao seu estado civil, familiar e afetivo.

E Estebam (2003, p.607) reforça esse fato dizendo:

Todas essas questões não se relacionam com o mundo do estritamente profissional, mas sim, com o que essas mulheres entendem como estando relacionados ao mundo da vida.” (...) As mulheres se queixam, (...) de que em toda entrevista para a seleção, se vêem submetidas a uma série de perguntas que as discriminam em relação aos homens.

Todavia, na conjectura dessas questões sócio-econômicas, o ganhar menos, ou o necessário quando se tem trabalho, ou o ganhar pouco quando é possível, diante das complexas exigências da vida, representam a real luta pela sobrevivência e isso é que acaba definindo o movimento da própria vida dessas mulheres.

A saber, a Igreja Católica, diante dessas questões sócio-econômicas por meio do documento *Valores básicos da vida e da família*, (CNBB, n.18, 1980, p.23) aponta justificativas sobre as relativas mudanças nos papéis da família. Sua declaração é que:

Com efeito, a família perdeu, ou dividiu com outras estruturas sociais intermediárias, várias de suas funções tradicionais. Já não detém a exclusividade da função educativa, (...). Deixando de ser uma unidade auto-suficiente de produção e consumo, perde sua função econômica e protetora (...).

Esse fator sócio-econômico fragilizado e precário, colocado como o entrave para uma vida em abundância, ganha maior destaque com a fala de Maria, da categoria A, que diz: *“A grande dificuldade enfrentada hoje são as diferenças sociais, uns têm muito, outros não tem nada (...).”*

As discussões relacionadas ao conjunto de dificuldades enfrentadas pelas famílias, à medida que vêm à tona, tornam-se mais acirradas e ao mesmo tempo sinalizam outras dificuldades que também são apontadas no conjunto dessas relações, dentre elas pode-se destacar a que se refere aos companheiros.

1.2- Relação com os companheiros

Falar das situações das mulheres chefes de família, como protagonistas desse contexto familiar, e dos “companheiros”, que na maioria dos casos são representados por coadjuvantes inativos nesse mesmo contexto, é paradoxal. Mas, considerando a forte concepção de família que se encontra presente em nossa cultura e que está manifestada nas representações sociais de muitas mulheres e homens, deixar de enfatizar a visão dessas mulheres a respeito do “companheiro” significaria fazer vista grossa a um fator determinante nesse modelo familiar aqui destacado.

Sendo assim, a decorrente discussão, mesmo focalizando o modelo específico de família chefiado por mulheres, traz o modelo familiar dito completo (pai-mãe-filhos), pois, nas falas das mulheres pelas entrevistas esse referido modelo foi bastante considerado.

No grupo de mulheres da categoria A, o destaque é quanto aos papéis dos homens e das mulheres que se encontram alterados nas relações familiares, o que implica um modo diferenciado de as famílias se organizarem. O que tem sido comum nos dias de hoje são pais/homens ausentes da família e com isso um crescente número de mães assumindo o que sobra para ela, praticamente o todo

familiar. Segundo os comentários de Denise (categoria A): *“As famílias de hoje são muito sem controle, os pais não têm autoridade, há falta de respeito (...)”*.

Mas, mesmo tendo uma realidade de vida diferenciada, essas mulheres trazem para esta discussão as lembranças das famílias do passado, com a característica de uma vida mais fácil, pois, segundo suas falas, antes não havia tantas desuniões, em comparação com o hoje, que por sua vez apresenta muita separação entre os casais e ainda uma grande dispersão das famílias. Nesse aspecto Dilma (categoria A) ressalta: *“Antes as famílias eram mais sólidas, tinham mais valores, hoje parece que estão buscando, mas são muito vazias (...)”*.

Essa aspiração familiar se associa com a visão de família proposta no documento *Valores básicos da vida e da família* (CNBB, n.18, p.29,1980), que enquanto mensagem, coloca em evidência a moral matrimonial, numa perspectiva de reafirmar o que considera os valores fundamentais do matrimônio cristão, a partir da espiritualidade, com as seguintes recomendações:

Deve partir da valorização do sacramento do matrimônio; através do matrimônio, cumpre-se a salvação e redenção de Cristo (...); a libertação em Cristo também no sentido psicológico: um libertando o outro; a dimensão social do sacramento: santificação dos filhos e da sociedade; acentuar o dinamismo de crescimento no amor como parte essencial do matrimônio. A comunidade da família.

Outro aspecto considerado nessa relação de família é a questão da desunião. Essa concepção é incorporada pelas entrevistadas e, segundo o ponto de vista de algumas delas, é a consequência da perda de valores na família. Destacam elas a importância da religião como fator de coesão, bem como o reunir-se, para a garantia e a preservação desses valores. Isso novamente se

reforça pela fala de Dilma: “A família perdeu muito os valores que tinha antigamente. O que era valor, hoje já não é mais. A família se reunia, era unida, praticava mais a religião. (...) hoje a família se dividiu”.

Na categoria B, as opiniões se caracterizam por uma forte idéia de que “a família está um desastre, um caos” e essa expressão já anuncia a concepção de uma desorganização geral da família, principalmente em relação à sua estrutura. Numa mesma proporção, mas com uma dose de toque didático, o documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p. 13), expõe que “a família é redescoberta pela sociedade moderna como forma de vida essencial à sua estabilização”.

Da mesma forma, percebe-se que a maioria dessas mulheres (categoria B) que assumem a chefia de família demonstra que as razões que lhes concernem tal papel estão ligadas à disjunção conjugal, ao grande número de separações e, conseqüentemente, à inversão de papéis entre os homens e as mulheres. E quase que numa mesma sintonia com essa fala, o documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, p.13, 1975) afirma que:

É na revalorização da família que está, pois, o princípio ordenador e a base da verdadeira personalização. Sem ela a pessoa, pela variedade exasperada das novas condições de pressão social, logo à saída do meio familiar, será presa fácil dos estereótipos, das condutas programadas, das mobilizações de massa.

Por outro lado, parte dessas opiniões dá ênfase à relação desrespeitosa que há entre os cônjuges (traição). Nas falas das entrevistadas isso fica bem evidenciado:

“Falta muito amor (...) o companheiro não tem respeito, a relação acaba cedo, lares são destruídos (...) com isso falta de estrutura”. (Bárbara)

*“Hoje as mulheres tem buscado sua autonomia e independência, tem buscado viver-se como mulher e os homens com isso acabam sendo mais dependentes e isso reflete num modelo diferenciado de família, onde as mulheres assumem a maior parte, principalmente o econômico”
.(Anastácia)*

“Antes (...) o homem cumpria seu papel, trabalhava fora e dava conta dos compromissos, a mulher cuidava bem da casa”. (Felicía)

As mulheres representadas pela categoria C complementam essa discussão destacando que a família de hoje é extremamente mais difícil que antes: *“o casamento era para sempre, havia apoio entre os casais e hoje é comum a separação, é difícil ter um casal para viver juntos até a velhice”* (Lucy). Diante disso vale complementar com a opinião de Ana: *“As famílias estão desestruturadas, os papéis mudaram e isso causou um certo desequilíbrio em relação aos conceitos, formação e valores”*. A saber, essas afirmações coincidem com o motivo que levaram os bispos da Igreja Católica, reunidos em Itaici, em fevereiro de 1980, em discussão sobre a dignidade humana, a colocarem em pauta a preocupação com os valores básicos da vida e da família (CNBB, n.18, 1980, p.7). Segundo seus pontos de vista, ocorre *“uma onda de permissividade e de insinuações sutis e perversas, sistematicamente planejadas, que desorientam a opinião pública e provocam graves desvios na vida familiar e na conduta sexual”*.

A partir dessas opiniões essas mulheres declaram que com a ausência do companheiro/homem tem-se a necessidade de outros apoios, sejam eles espirituais ou até mesmo morais. Eliza afirma essa idéia: *“Diante desta realidade familiar falta apoio, pois só há apoio das pessoas que gostam da gente, no nosso caso a avó que faleceu há dois anos”*. Quanto a isso, Bela destaca que: *“(…)*

deveria ter programas de governo ou mesmo de igreja que desse apoio às mães sozinhas que cuidam das famílias". Por essas falas, percebe-se que, de certo modo, a Igreja Católica consegue denunciar o que ela considera como desarranjado, mas por outro não consegue apoiar as famílias "desarranjadas".

Em termos comparativos, essas mulheres reforçam que no passado o casamento era para sempre, havia mais responsabilidade entre os casais, no compromisso com a família. O homem era a figura provedora enquanto que a mulher assumia os serviços da casa. Hoje falta amor entre os membros da família, inclusive a separação é algo que se tornou bastante comum e normal. E Alda (categoria C) afirma essa idéia dizendo: *"Vejo muitas dificuldades e desavenças entre os pais (...) a família está bagunçada, cada um vai para um lado"*. E Bela (categoria C) complementa: *"Antes a família com todas dificuldades tinha o apoio do homem, casavam-se e não se separavam"*.

Essas falas, ao serem expressas, dão a impressão de que a desordem da família está associada à mera ausência do homem, ou melhor, do companheiro; o casal junto marca uma posição de ajustamento familiar. Essa referida idéia dá margem a uma valorização do companheiro, (que "infelizmente" se encontra ausente na realidade familiar que tem a mulher por chefe) e ao mesmo tempo elucida um modelo padrão de família, tornando-o modelo ideal e de referência, como sempre esteve impregnado na memória cultural católica e nas aspirações sociais.

As entrevistadas, no entanto expõem que a religião nas famílias é uma experiência que quase não está presente hoje em dia. De acordo com os comentários das mulheres dessa categoria (C), falta tempo e interesse das

peças em buscá-la. Vanice afirma: *“Hoje está mais difícil porque as pessoas não buscam a Deus, uma religião faz falta, pois ela nos ajuda orientar melhor a vida”*.

Nota-se que há uma expectativa das mulheres na busca da religião, mas essa busca não sendo correspondida faz com que muitas dessas mulheres desistam dela. Com isso, a “falta de tempo” e a “falta de interesse” se tornam os argumentos mais comuns que vêm justificar a desconexão entre a realidade das famílias chefiadas por mulheres e a realidade de família que a Igreja Católica considera.

Diante dessa leitura, percebe-se que há uma certa diferença em relação às opiniões das mulheres da categoria A e B, pois o que fica evidente nessa categoria C é um forte sentimento de impossibilidade frente ao modelo familiar que está fora do “padrão”, isto é, que não tem o homem presente.

Essas três categorias A, B e C, em linhas gerais, trazem suas marcas peculiares, mas há de se considerar que todas apresentam uma idéia semelhante: os papéis dos homens e das mulheres se encontram alterados dentro da realidade familiar. E, segundo as opiniões das entrevistadas, essa situação tem sido o grande causador de um desequilíbrio na estrutura familiar. Conseqüentemente, também apresentam alterados os valores, os conceitos e a formação que regem as famílias para o bem, a união, a harmonia e a solidariedade.

Diante desses fatores relacionados às mulheres chefes de família e aos “companheiros”, isto é, da referente estrutura familiar, a idéia apresentada pelas mulheres é que a família deve associar-se a uma vinculação religiosa. E essa desestabilidade demarcada nos dias de hoje, com ocorrência na maioria das famílias, se apresenta por falta de um segmento religioso. Nesse cenário, a Igreja

Católica embora expresse no documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p.11e13) que:

(...) nós, os bispos da Igreja, nos julgamos no direito e no dever de expor e defender a doutrina a respeito do matrimônio e da família, doutrina que se inspira na palavra de Deus, da qual a Igreja tem consciência de ser guardiã e testemunha, na experiência da condição essencial da pessoa humana e na própria natureza do matrimônio (...) compete à Igreja trazer à sociedade brasileira a contribuição de uma visão da realidade capaz de superar a anacrônica concepção liberal de casamento.

pelo fato de considerar como uma anomalia a família chefiada por mulheres, perde possibilidade de responder às necessidades dessas mulheres.

Por esse viés de análise sobre as mudanças ocorridas no contexto familiar, Figueira (1981) traz à discussão um outro aspecto, o da subjetividade inerente às rápidas mudanças. Para ele, as mudanças muito rápidas só ocorrem superficialmente, uma vez que o novo e o moderno convivem com o arcaico e o antiquado.

A dimensão invisível da mudança social se concentra no sujeito a partir de duas realidades fundamentais, da família dos anos 50 – hierárquica e tradicional – e da família das três últimas décadas – “família igualitária”. Diante dessa transição do modelo de família do ideal hierárquico para o ideal igualitário, ocorrem emergentes e novos ideais que pretendem rapidamente desalojar os sujeitos de identidades tradicionais lançando-os na vertigem de possibilidades ilimitadas da auto-representação. Com isso, cria-se o mito da aquisição de uma nova identidade, que se sobrepõe às antigas identidades posicionais, sem contudo alterá-las substancialmente.

A ideologia igualitarista, que em última instância, é a responsável pelo enfraquecimento das fronteiras rígidas entre categorias sociais, dá uma indivisibilidade progressiva às categorias de indicadores (sexo, idade) que parecem confundir-se com as diferenças de escolha individual imposta pela moda – posicional, submetendo-se, aparentemente, ao idiossincrático e ao pessoal.

Em sociedades que se modernizam rapidamente, a formação, cristalização e armazenamento de identidades que se sucedem geram a falsa modernização, e isso ao mesmo tempo se expressa como uma forma de solucionar a conseqüente desorientação e conflito. Mas isso é um passo para a modernização e ao mesmo tempo um risco de nunca alcançá-la.

Essa mudança está instaurada no domínio da regra de segundo grau⁶, que permite ao sujeito o direito de opção, que pode levar a comportamentos com conteúdos bastante variáveis, que dão ênfase ao sujeito e não ao código, sendo fundamental à família igualitária. No contexto das regras de segundo grau, a imoralidade está em contrariar os princípios da ideologia individualista – respeito, igualdade, direito ao auto-desenvolvimento.

Nesse aspecto, ao se tratar da relação da mulher chefe de família e os “companheiros”, convém destacar a opinião das mulheres quanto à leitura que elas próprias fazem da posição da Igreja Católica frente a essa situação de família. Pois, com idéias bem próximas, as categorias A e B enfatizam que o casal

⁶ Regra de segundo grau é uma expressão utilizada por Figueira (1987, p.27) para dar ênfase ao sujeito, legando-o o direito de opção, negociação, variação e, dentro de certos limites, relativização do desvio; ela é colocada como fundamental num modelo de família igualitária (contrário da família hierárquica).

é o foco da discussão sobre família, com isso percebe-se que há fortemente uma tendência para a reconciliação, isto é, para a preservação de um modelo padrão.

A grande maioria dessas mulheres entrevistadas declara não ter visto nenhum comentário na Igreja específico sobre a família chefiada por mulheres, outras até afirmam não ter prestado atenção se essa fala ocorreu ou não. Faz-se pertinente destacar a fala de Ana (categoria C): *“Sou envolvida com a Igreja, mas nunca ouvi nada, (sobre família chefiada por mulheres), nunca tinha parado para pensar sobre isso, mas agora acho que a Igreja devia se abrir mais para essa realidade”*.

Na categoria C, em relação a essa discussão, apesar de não identificar nenhum comentário, o olhar da maioria das mulheres se apresenta dirigido para o critério da bênção da família em geral, que é praticada pela Igreja, e essa prática parece atingir, na visão dessas mulheres, a todas as famílias, e isso parece ser o bastante. É o que se percebe nas declarações de Bela: *“O que vejo em relação às famílias chefiadas por mulheres é a bênção às famílias. Acho isso bom, pois eles (sacerdotes) lembram que nós existimos, lembram de nossos sofrimentos. Mas a certeza que tenho é que Deus lembra muito mais ainda”* e de Alda: *“Nunca vi nem ouvi fala nenhuma sobre a família chefiada por mulheres. Acho que quando se abençoa a família em geral já se inclui todas”*.

Dessa forma, a associação dessa leitura com as informações históricas oferecidas por Fonseca (2001) sobre as dinâmicas familiares em grupos populares, situadas nos anos vinte, parece complementar a discussão em relação às mulheres com os “companheiros”. Fonseca (2001) traz, como informação, que o modelo familiar moderno não foi abraçado pelos grupos populares brasileiros;

estes tinham suas formas próprias de organização. A autora faz uma associação desses modos de organização com o evento da Revolução Industrial.

Com a Revolução Industrial, segundo Fonseca (2001, p.521), as dinâmicas familiares se estenderam por todo subcontinente: “casamentos precoces”, um aumento da proporção de uniões consensuais, freqüentemente instável e taxa alta de bastardia e crianças *em circulação*”.

Essas práticas, que mapeavam as dinâmicas familiares, para a autora são vistas como o resultado do surgimento de uma nova classe, com suas próprias formas de organização social. E, nesse sentido, a classe pobre devido a sua realidade heteróclita, vinha com seu modo de ser e de se organizar (culturalmente) ao encontro das normas e dos valores da sociedade dominante. Vale dizer que o modelo familiar conjugal moderno ocorreu como uma construção histórica e não como uma realidade que sempre existiu, ou como uma unidade “natural” ou universal.

Outro aspecto que pode ser destacado é quanto ao perfil social prevalecente nos anos vinte, pois, diante da análise dos arquivos jurídicos, conforme os dizeres de Fonseca (2001, p.523): “(...) vislumbramos uma sociedade de pessoas que se esquivavam aos controles legais: juntavam-se sem casar, pariam filhos sem fazer certidão de nascimento, separavam-se sem fazer divórcio”.

Por essas cuidadosas análises, Fonseca (2001, P.524) identifica que nem todas as mulheres eram vítimas, pois,

elas também ‘abandonavam’ o lar mudando de cidade para escapar ao juiz, para desafiar a autoridade do marido ou, quem sabe para simplesmente realizar um projeto de felicidade pessoal. (...) mas diferentemente dos homens, raramente expulsavam seus companheiros de

casa. A mulher era impedida de fazer isso não somente pela opinião pública, mas também pela fragilidade de seu *status* legal. (...) A mulher 'abandonada' recomeçava a vida com bem mais desvantagens do que o homem em situação semelhante.

De modo relevante, outro aspecto que é focalizado pela referida autora é que essas mulheres, mesmo em situação de 'abandono', não podiam casar-se de novo; elas eram totalmente discriminadas, caso isso acontecesse. Mas, devido às inseguranças que ameaçavam a realidade da época, ficar só representaria um perigo enorme de desproteção. Com isso Fonseca (2001, p. 525) define: "A presença de homem, de preferência forte e valente era visto como quase indispensável tanto para espantar malfeitores quanto, (...) para atestar da integridade moral das mulheres".

A mulher com isso se via num dilema, não sabia se obedecia às pressões econômicas e políticas que impunham a necessidade de um novo marido, ou se cedia às condenações por ter mais de um marido na vida.

Em tese, a lei não reconhecia o direito da mulher. A idéia de normalidade, além de ser mantida, parecia convencer os outros Fonseca (2001, p.526) afirma:

Cada nova transgressão à moral familiar apresentada na justiça era um desvio pontual, uma exceção à regra. (...) Porém, a 'moralidade oficial' agia como arma de reserva para certas categorias de indivíduos – burgueses e /ou homens – estigmatizar outros – pobres e/ou mulheres – na hora do conflito.

Considerando os "estragos da moralidade oficial", Fonseca (2001) afirma que, sem sombra de dúvida, a ideologia burguesa era muito forte; mas, nem por isso significava que seria cumprida passivamente. Entre a moralidade oficial e a realidade vivida das pessoas dessa época, havia um descompasso muito grande,

mas na maioria das vezes esse descompasso voltava-se contra a mulher, que, por sua vez, era tida como a responsável pelo não cumprimento do ideal.

Ao perpassar, essas referências históricas, que são de grande valia para situar melhor esta discussão, vale trazer à tona o modo com que as mulheres aqui retratadas vêem-se, ou melhor, como se percebem na condição de mulheres, de maneira peculiar frente aos discursos e às práticas religiosas católicas. A saber, em consideração é colocada em relevância devido ao foco de interesse da própria pesquisa, podendo-se afirmar que, diante do que fora até agora retratado, percebe-se que há uma certa distância da visão religiosa de família em relação ao modelo de família em discussão.

Como uma provocação referente a este tema, pergunta-se: será que há alguma novidade ou até mesmo uma consideração diferente em relação às mulheres que constitui essa realidade? A probabilidade para uma resposta afirmativa a essa pergunta é de um imenso desafio, pois a mulher, na sua condição de ser feminino, dentro das grandes narrativas históricas, tem sido o alvo de grande exclusão em função de posturas e olhares patriarcais.

1.3- Autopercepção como mulheres

Essa discussão, ao propor-se tratar da autopercepção como mulheres, apóia-se nos referenciais históricos referentes aos anos 20, no enfoque do catolicismo oficial como base legitimadora dos papéis dos homens, assim como nos elementos subjetivos que de modo latente permeiam as falas das mulheres entrevistadas.

Fonseca (2001), reportando-se aos anos 20, retrata a realidade social de grupos populares do Brasil urbano, a partir de três características referenciais: Mulher – Mãe – Pobre, o que de certo modo, coincide com a realidade das mulheres chefes de famílias deste estudo.

A mulher, sob esses referenciais, segundo essa mesma autora, sofria, por duas razões básicas: devido ao salário regular e minguado do marido que não dava para suprir as necessidades domésticas e por se ver obrigada a assumir as obrigações de dona de casa e ainda arriscar-se a “sofrer o pejo da mulher pública” ocupando-se do trabalho fora de casa, para assim escapar da miséria.

Em termos contextuais, os anos vinte predominantemente traziam como cenário social (o palco, época, lugar) uma diversidade de acontecimentos que, por sua vez, caracterizavam a realidade brasileira da época. Segundo Fonseca (2001, p.513):

A República do Brasil estava em plena consolidação. Com a semana da Arte Moderna de 1922, os intelectuais e dirigentes estavam enfim declarando sua independência cultural (...). As greves operárias (...) mostraram que a parte operária desse “povo” (...) imigrantes (...), não queria mais aceitar passivamente as condições deploráveis nas quais trabalhavam (...). Acontecimentos tais, como a Revolução dos Tenentes, a fraqueza do presidente Artur Bernardes, a fundação do PC, mostravam que a velha oligarquia cedia diante de uma jovem nação em plena fase de industrialização.

O perfil econômico dessa época anunciava uma instabilidade do emprego masculino, um crescimento populacional urbano, a mobilidade familiar em busca de sustento. Os empregos masculinos dos porto-alegrenses, segundo Fonseca (2001, p. 515) em sua maioria, se dividiam em cinco categorias: “autônomos – marceneiro, ferreiro, sapateiro, barbeiro, padeiro, vendedor de manteiga –,

pequenos comerciantes, ‘funcionários’, operários e militares”. E a autora ainda complementa:

Mas, para essas pessoas, muitas delas migrantes rurais, analfabetas e sem qualificação profissional particular, a questão do trabalho não era facilmente resolvida. Apesar de etiquetas bem distintas, a profissão dos protagonistas, na sua maioria, era qualquer coisa menos estável e bem paga.

Esses específicos fatos históricos nos fazem perceber que a realidade social, hoje, passa por situações semelhantes de outrora e que, entre um movimento e outro da história, marcados por diferentes tempos e espaços, parecem apenas dar continuidade ao enredo da instabilidade. A família diante desse contexto se via organizada de modo esfacelado, pois os homens viviam numa constante mobilidade geográfica, com isso abandonavam seus lares e por essas e outras razões as mulheres se viam num estado de “abandono”.

As mulheres “abandonadas” daquela época (1925), sem muitas alternativas e sem apoio social, iam em busca de trabalho, o que não difere da realidade de muitas mulheres, principalmente das que são chefes de família, aqui entrevistadas. Fonseca (2001) ainda ilustra esse quadro, expondo que naquela época as mulheres, mesmo estando com os maridos, procuravam trabalhar para escapar da miséria e também da dependência do salário masculino. Nem todos os homens se preocupavam com o sustento da casa e boa parte deles tinha o hábito de beber, jogar e outros “desvios”. Isso, mais uma vez, se constata na própria realidade das mulheres de nosso tempo, que são as chefes de famílias. Eliza (categoria C) confirma isso:

Nunca pude contar com meu marido para assumir a família, ele bebia muito e agia com violência, desaparecia sem dar notícias, era mulherengo, o dinheiro dele era só para essas coisas, só aparecia quando o dinheiro acabasse, para enfeitar nossa vida. Foi até chegar um dia que ele nos abandonou de vez (...), ficamos só eu e as filhas (...).

A realidade feminina e pobre, diante deste contexto elucidado por Fonseca (2001), se via num entremeio de angústias e sobretudo num dilema, pois, além de situar-se num estado econômico de miséria e de falta de proteção também afetiva, vivia cercada de uma moralidade oficial, completamente desvinculada de seu cotidiano. A mulher, ao trabalhar e ser assalariada, em vez de ser valorizada como o homem, tinha que defender-se contra a poluição moral que a perseguia.

A mentalidade da época, reportada por Fonseca (2001), ditava como norma oficial a distinção entre o lugar do homem (público) e o lugar da mulher, totalmente outro (privado). Isso não passava de um estereótipo da elite burguesa, que ideologicamente marcava a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta verificar as estatísticas de 1900 descritas por Fonseca (2001, p.517), em que já constava que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa:

As estatísticas sobre o Rio Grande do Sul em 1900 mostram que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, mas sua atuação era também importante nas “artes e ofícios” (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%) e no setor agrícola. No censo de 1920, tanto “artes e ofícios” como “serviços domésticos” tinham sido absorvidos dentro da rubrica “diversas – pessoas que vivem de suas rendas, serviços doméstico, profissões mal definidas –, mas ainda 49,4% da população economicamente ativa (PEA) do estado e 50,8% da PEA em Porto Alegre constavam como feminina. Na indústria, as mulheres ocupavam 28,4 das vagas no estado e 29,95% na capital.

Esses referenciais históricos nos indicam que as mulheres pobres de hoje, aqui caracterizadas como chefe de famílias, um pouco mais avante desse estigma do lugar público para o homem e do privado para a mulher, trazem marcas do

passado, inscritos pela luta de sobrevivência e a busca para a melhoria de vida. Bárbara (categoria B) afirma: *“Estamos vivendo num mundo muito difícil. Temos que buscar alternativas para sobreviver, isso me deixa muito preocupada e ao mesmo tempo inquieta, todo esforço parece pouco com tantas exigências, por isso estou estudando, tenho esperança de viver de uma forma melhor”*.

A autopercepção dessas mulheres, mães, trabalhadoras e sujeitos sociais, frente às suas condições sócio-econômicas, sem querer nutrir-se de ilusão, se revela pela marca da obrigação quanto ao sustento da família e a educação dos filhos, ao mesmo tempo que se vêem ancoradas por um baixo salário (mínimo) que muitas vezes não dá para suprir as necessidades básicas de uma família. Alguns depoimentos ilustram isso:

(...) a família está na minha responsabilidade, o pai não quer saber de nada eu é que tenho que trabalhar muito para dar o sustento dos filhos. Divina (categoria A)

Mesmo diante de tantas dificuldades principalmente financeiras, consegui dar uma boa formação ao filho e promover uma vida digna e tranqüila na minha família; sinto que meu esforço não foi em vão, meu filho, é um verdadeiro homem (...). Rute (categoria A)

Efetivamente essas mulheres chefes de família são sem sombras de dúvidas marcadas pela responsabilidade afetiva, emocional, econômica e social da família. E de acordo com o enfoque dado por Fonseca (2001) elas trazem em si, pelas reminiscências do passado, uma representação social de mulher, que prevalece até hoje em nossa cultura, e uma autocobrança – arquetípica – do ser mulher e sobretudo mãe. Alda (categoria C) destaca: *“Diante de tanta miséria e dificuldade, fica muito difícil conduzir bem a família, às vezes me sinto muito pequena para acudir tudo. Sofro muito, meu filho me dá trabalho”*.

Esses fatores tornam-se ainda mais relevantes quando focalizados no cenário religioso católico, pois a Igreja Católica, como fonte norteadora da conduta para a vida diária dos indivíduos, é culturalmente considerada como um espaço de legitimação dos papéis sociais dos homens e das mulheres, e desses juntos, isto é, da família. Para elucidar isso com maior propriedade, o documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, p.20,1975) dentre suas discussões sócio-políticas relacionadas às contra-razões dos divorcistas, descreve :

O igualitarismo que o divórcio pretende promover não condiz com a justa emancipação da mulher, nem mesmo a promoção sócio-política e cultural, por mais indispensável que seja, atinge ainda o último direito, a última necessidade da mulher: a de ser princípio de compreensão, de comunhão na sociedade; a de encontrar a total e irrestrita confiança como ambiente indispensável para que desabroche a sua feminina e materna capacidade de amar e de conduzir a humanidade, das utilidades meramente materiais aos valores que ultrapassam o indivíduo e servem ao bem de todos.

Por esse fragmento do pensamento católico, percebe-se, de modo imediato e claro, uma negação do divórcio. Mas, por via desta, (o que de fato nos interessa nesse contexto), uma confirmação do papel da mulher, reforçada pelos mitos: da perfeição, da compreensão, paciência, tolerância, mansidão, generosidade entre outros, que “constitui” o ser feminino em nossa cultura social, para o bem-estar da sociedade. Ao mesmo tempo, essa negação se revela, ainda, pela idéia de “prejuízos” que o divórcio pode acarretar à própria mulher, impedindo-a de desenvolver a sua capacidade feminina de ser mãe, o que também é visto como transtorno social.

Nesse sentido, o divorciar-se para a mulher é colocado pela Igreja Católica como uma anulação da graça ou uma ruptura da sorte da mulher de ser mãe, de ser esposa, ou de ser um sujeito sagrado. É com base nessas

inculcações que muitas das mulheres, na condição de chefes de famílias, se autopercebem como parte de uma categoria de família inadequada e por isso carregam o brasão da culpabilidade.

Enfim, a mulher, sob o ponto de vista da Igreja Católica, diferente do homem, tem uma função santificadora a cumprir. E essa, por sua vez, se expressa pelo aperfeiçoamento de seus atributos de mulher ideal, mãe ideal, aspectos predominantes na sociedade que constituem um modo de transcender a subordinação reservada às mulheres na ordem patriarcal. A androginia, que se apresenta expressa nesse fragmento do texto católico, acaba reforçando a ordem hierárquica das desigualdades entre os sexos: homens e mulheres.

O conteúdo expresso nessa citação católica fortemente revela com qual espelho a maioria das mulheres se vêem refletidas e ainda remete a uma imagem que define o perfil da mulher, que não está só, mas carregada de todo um arcabouço de responsabilidades a serem assumidas pela estrada a fora da vida.

Assim sendo, com esses referenciais históricos rememorados por Fonseca (2001), associados às idéias religiosas católicas, foi possível obter pistas maiores para fazer uma leitura mais apropriada do modo como as mulheres chefes de famílias, aqui elencadas, se autopercebem como mulheres; e ainda identificar os influentes fatores que dão margem aos sentimentos que advêm desse auto- perceber-se.

Grande parte dessas mulheres inscritas num quadro de desdobramento de exigências e responsabilidades, concentrado-se num exaustivo esforço e luta, na busca da sobrevivência e do sustento da família, demonstram sobretudo,

às duras penas, buscar as próprias frestas de liberdade e autonomia. Isso de certo modo nos aponta para o fortalecimento de uma insipiente consciência feminina, frente às situações masculinas, que por natureza ideológica – de cunho religioso e cultural – já usufruem com propriedade desses referenciais de liberdade e autonomia, como se esses sentimentos lhes fossem próprios e exclusivos.

Os depoimentos referentes a essa questão foram sendo expostos a partir de breves comentários extraídos entre uma conversa e outra com as mulheres entrevistadas, mas é justamente essa pouca relevância dada a essa discussão que se fez interessante.

Afinal a autopercepção das mulheres, diante de toda essa realidade enfrentada por elas, é de extrema relevância para a compreensão deste estudo. Conforme apontam os comentários das mulheres da categoria A, as mulheres vêm assumindo um conjunto de papéis que não corresponderia somente a elas, pois alegam que praticamente o todo da família tem ficado sob suas responsabilidades. Maria (da referida categoria) reforça tais comentários dizendo: *“Apesar de tudo estou bem, tenho trabalho, tenho amigos que estão do meu lado, pessoas que cuidam do meu bebê (...)”*

Nessa fala não poderia escapar ou passar de liso a expressão “apesar de tudo” utilizada pela entrevistada, pois diante desta discussão aqui proposta ela representa uma significativa denúncia de como expressa o ver e o sentir-se mulher, frente às relações que a circundam. Esse “apesar de tudo” soa como uma rememoração de um modelo ideal, e o peso dado a esse perceber-se torna-se mais fecundo com a contínua discussão do documento *Em favor da família*

(CNBB, 1975, p.20), que diz: “a experiência desmente a fácil propaganda e demonstra que a mulher, inúmeras vezes, é a mais prejudicada pela irresponsabilidade conjugal. Ela não precisa de mais uma experiência; ela precisa descobrir a grandeza humana, num clima no qual possa revelar o valor maior da vida”.

Quanto às opiniões da categoria B são realçadas pela queixa do duplo papel da mulher em ser pai e mãe ao mesmo tempo, obrigando-a se desdobrar para continuar a assumir o trabalho doméstico e também o trabalho fora de casa. Também expõem que nos dias de hoje as mulheres têm buscado uma maior autonomia e independência, essas que a maioria não suporta o sofrimento aí implicado. Apresentam coragem para enfrentar a vida sozinha, mas, por outro lado têm ficado sozinhas, mas por outro lado, têm ficado com a parte mais pesada (financeiro). Por mais que essa realidade seja enfocada pelas opiniões das mulheres dessa categoria, a maioria delas se demonstra inconformada com essa condição da mulher de cuidar sozinha da família. Elas destacam também a falta de tempo para si próprias e para acompanhar sua família.

Na categoria C, as mulheres expressam que hoje em dia há um grande número de mulheres que assumem tudo sozinhas e, mesmo diante de tantas lutas e esforços, elas ainda passam por situações de discriminação e de violência no próprio trabalho. Haja vista que, em termos morais, a sociedade assim como um de seus coadjuvantes ordenadores, no caso o catolicismo oficial, através de seus documentos, reservam à família uma responsabilidade tríplice que passa pela “missão formadora de pessoas, de evangelizadora e de construtora da sociedade”. Com isso, deixar de assumir qualquer uma dessas

obrigações significaria, segundo as aspirações dessas instâncias, um macro prejuízo à realidade humana.

Essas exigências, portanto, se instauram como se a concepção de ordem e equilíbrio dependesse do cumprimento desses critérios. E para a mulher que assume sozinha a família, ancorada por esse pano de fundo, representa soma de cobranças, que, por sua vez, interfere no seu modo de ver e sentir, implicando um forte redobrar de esforços para corresponder às expectativas propostas.

Por outro lado, esses fatores acabam se legitimando também na relação dessas mulheres com os filhos, pois tanto a sociedade como a Igreja Católica acabam considerando os filhos como prova de equilíbrio ou desequilíbrio das famílias. Ou melhor, pelo critério de exigências dessas instâncias, os filhos são considerados como sinais de “competência” de uma boa formação e educação. A manifestação de uma deformada educação é vista como sintoma de uma desestruturação familiar, e muitas vezes, associada a uma família “incompleta”, que traz a mulher como chefe.

1.4- Relação com os filhos

Os filhos, para todas as mulheres entrevistadas, seja por uma expressão afetiva ou por uma pressão social e religiosa, representam o ponto central das suas preocupações, ao mesmo tempo que são denominadas como a razão ou o sentido forte que as motiva para a vida, para os sonhos e para a luta. Dentro da idéia de família, os filhos são como uma chama pequena que fuma e que faz manter aceso o sentido existencial de família.

Mas falar de relação com os filhos implica falar de família e, segundo Macedo (1994), conforme sugere alguns olhares da psicologia, a família é revestida de uma importância capital, dado que é o primeiro ambiente psicossocial no qual se desenvolve a personalidade nascente em cada ser humano. Pelo viés antropológico, de acordo com Malinowski (1973, p.157), “a família (...) é (...) o grupo mais importante nas sociedades primitivas⁷. (...) o ponto de partida de toda organização humana”. Para complementar, Halbwachs (1990, p.126) afirma: “A família é constituída de um conjunto de relações internas mais numerosas e mais complexas, mais impessoais também, já que realiza a seu modo um tipo de organização doméstica que existe fora dela e que tende a ultrapassá-la”.

Considerando a importância da família, a partir dessas breves conceituações, pode-se afirmar que é no interior da organização familiar que se firmam os sentimentos, a sociabilidade, o comportamento, entre outros. Na verdade é o lugar da constituição humana.

Mas, esses elementos que caracterizam a sociedade humana, como atos formadores de pessoas, são conjugados exclusivamente pelas influências culturais. As formas e as forças que emergem da organização social impõem-se sobre a comunidade humana, determinando o seu modo de ser, pensar e agir. De acordo com Malinowski (1973, p. 162), “podemos dizer que o homem

⁷ Numa nota o autor explica o que está claro nesta afirmação, assim como ao longo de todo o livro: “admito que a forma típica da família humana baseia-se no casamento monogâmico”. Ele ainda expõe que a larga predominância da monogamia em todas as sociedades humanas é também admitida pelo Dr. Lowie em sua obra *primitive society* (veja-se especialmente no capítulo III) entre outros autores.

evidentemente tem de se comportar em comum e que este comportamento organizado é uma das pedras angulares da cultura”.

Considerando a relevância desses fatores para a discussão proposta, vale perguntar: que tipo de família “parece” cumprir o papel social esperado por tal cultura, nessa relação com os filhos? Sem sombra de dúvida, o modelo determinado para assumir essa função é caracteristicamente o nuclear. A cultura – em forma de lei, moralidade e costumes – impõe à mulher a maternidade humana, o modelo ideal de mãe e assim sucessivamente, que além dos atributos biológicos, deve cumprir com excelência a terna amamentação, a proteção e o cuidado máximo dos filhos.

Quanto ao papel do homem, que naturalmente se vê quase que destituído por completo do biológico, é culturalmente forçado à missão protetora da mulher e a manutenção da família em seus aspectos gerais. Desse modo, confirma-se que a cultura com seus codeterminantes – a sanção social da lei, a pressão da opinião pública, a sanção psicológica da religião – é definidora também das regras da relação como os filhos.

Sob o aspecto religioso, essa relação de filhos não passa despercebida, pois apresenta-se aliada com as propostas de discussão sobre uma política familiar, que, por sua vez, não vem desvinculada do ideário conjugal (institucional). Haja vista que o documento *Em favor da família*, (CNBB, n.3, 1975, p. 28) declara preocupar-se com a “valorização do papel da família na educação de seus membros dentro da filosofia de vida”.

Olhando para cada expressão estampada nos rostos das mulheres entrevistadas e pelas suas mencionadas opiniões, os filhos representam a grande

esperança de vida e realização, mesmo diante do desafio que representa o ato de educar. Há também, no cenário dessas opiniões, a expressão do medo diante do assombroso mundo configurado pela violência, prostituição e drogas. Com isso, a insegurança de um vir a ser indesejável, isto é, filhos rebeldes e perdidos ou então machucados, passíveis de morte. Vale a pena lembrar que tudo isso socialmente é visto como “culpa da mãe”.

Mas em alguns depoimentos é possível detectar que os filhos são a marca de uma forte certeza de que a vida está para ser vivida com todas as suas exigências, e isso redobra as forças de muitas mulheres, impulsionando-as para o enfrentamento do cotidiano, sem pesar e medir os esforços. E mesmo diante de precárias e limitadas condições, apresentam um forte grito de apropriação, compromisso e cuidados com os filhos.

Em nossa sociedade a maternidade é tomada como natural, e a paternidade como cultural, e as obrigações que envolvem essa relação são impostas de fora pela tradição. Quanto à relação paterna, outros elementos culturais entram em ação nessa relação com os filhos, que caracteristicamente se baseia na informação técnica e nos ensinamentos dos valores morais. Quanto a isso Malinoviski (1973, p. 182) diz: “Em tudo isso a cultura acentua em vez de anular as tendências naturais. Recompõe, com outros elementos, a família no mesmo padrão que encontramos na natureza. A cultura recusa o desenfreamento”.

De modo específico, as mulheres da categoria A, em relação a esta discussão, declaram que a família é vista como uma realidade que enfrenta um conjunto de dificuldades, como qualquer outro segmento social, devido às

grandes ofertas relacionadas à violência e drogas. Os filhos muitas vezes se apresentam desobedientes e bastante seduzidos pelas atrações das ruas (más companhias), com isso destacam a necessidade de uma autoridade maior dos pais no que tange à educação dos filhos. Rosa reforça tais comentários dizendo: *“(...) hoje há mais desobediência dos filhos, há um estímulo muito grande por parte da televisão, que oferece programas que não educam, ruas com muitas atrações violentas e até mesmo a escola que não consegue disciplinar os alunos”*.

Isso adquire maior consistência com as idéias atribuídas ao passado, quando os depoimentos apresentam que antes os pais eram respeitados e os filhos obedientes. Na verdade isso marcava uma autoridade e de certa forma um reforço dos valores em relação a convivência, mas na realidade havia por detrás dessa marca autoritária uma rigidez, que causava uma falta de liberdade nas expressões. E essas mulheres reforçam essa idéia ao destacarem que preferem os dias de hoje, em que apesar de tudo, existe uma possibilidade maior para o diálogo e conseqüentemente mais chances de haver entendimento.

A televisão é considerada uma das vilãs que reflete de modo negativo nas famílias e, de modo especial, na educação dos filhos, reforçando-os para a violência, a facilidade para as drogas, os maus-tratos, os vícios e a desobediência o que de fato são situações consideradas preponderantes nas diversas realidades familiares. Esse quadro de tormentos, que ora são apontados como transtornos nas famílias, se complementa com o depoimento de Jesuína, que diz: *“Há muita falta de respeito entre os filhos com os pais, falta união e limites (...)”*.

A televisão, dentro da visão dessas mulheres, é vista como um meio de comunicação que vem na contramão da educação da família, e em especial dos filhos. Por que não entendê-la, por outro lado, como um recurso de força e potencialidade, que pode veicular aspectos que podem contribuir com a formação ética e humana? Essa possibilidade positiva do recurso televisivo, como um instrumento de auxílio para orientar melhor as famílias, se apresenta, conforme o anúncio do documento *Em favor da família* (CNBB, n.3,1975, p. 34), como sendo: “Um dos recursos para que sejam atingidas todas as famílias será a presença atuante da Igreja e seus agentes de pastoral , nos meios de comunicação social especialmente na TV, no rádio e no cinema”.

Percebe-se que a Igreja, por suas preocupações quanto às complexas mudanças sociais relacionadas às questões familiares, já pré-anunciava o usufruto dos meios de comunicação como recurso a favor dessa formação, porém é lamentável reconhecer que, quase trinta anos depois, esse recurso não apresenta, pelas vias também pastorais, uma qualidade eficiente para a vida humana.

Quanto à categoria B, a opinião não difere tanto, mas há um destaque maior quanto à desobediência dos filhos entre os pais, que por sua vez é vista como um reflexo da falta de união entre eles. De acordo com suas opiniões, no passado os filhos eram obedientes e a própria forma de educá-los era mais fácil, pois nem as drogas, nem a violência, nem outros meios de influência que existem nos dias de hoje “atormentavam a vida das pessoas”. Ao contrário de hoje, pois, com o desrespeito entre as pessoas, há um grande número de filhos revoltados

e descontentes com a vida familiar e uma forte tendência à violência, à desobediência e ao uso de drogas.

Diante dessas afirmações que circundam a categoria B, nitidamente percebe-se um aspecto de nostalgia de um tempo vivido, que há “muito tempo” se passou, mas que se encontra vivo na memória dessas mulheres. Quanto a isso afirma Halbwachs (1990, p. 123):

Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode-se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda a sua extensão. É quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi e do que não é mais agora.

Aparentemente, as representações simbólicas manifestadas pelas opiniões desse grupo (B) declaram que não houve uma passagem entre a vida familiar passada e o modelo familiar vivenciado hoje. De certo modo, isso indica que as possibilidades de (re) invenção da realidade familiar dessas mulheres são marcadas pelo impasse da resistência, do conflito, da dificuldade no relacionamento com os filhos.

Halbwachs (1990, p.123) complementa essa discussão:

Mas, o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância.

Felícia ilustra essas opiniões dizendo:

Antes era possível realizar os sonhos (encaminhar bem os filhos), havia mais respeito entre os pais e os filhos entre esposas e esposos, (...) mas parece que está tudo ao contrário, os filhos é que mandam nos pais, e nós pai ou mãe os obedecem para tê-los ao seu lado, para não ficarmos sós.

E Helena complementa dizendo: - *“antigamente era melhor para educar os filhos, todos obedeciam, (...) Inclusive minha mãe conseguiu educar dez filhos sozinha e todos obedeciam. Hoje com muitas separações entre os pais, por motivos de traição, os filhos crescem revoltados”*.

Essas respectivas situações familiares parecem não ser apenas uma descrição oriunda dos dias atuais, pois a Igreja Católica, dentre o conjunto de conteúdos dos documentos, empenhava-se em lançar propostas para uma melhor condução da família. Embora, como já enfatizamos, quando fala sobre a família, a Igreja Católica esteja se referindo às mulheres, o documento *Em favor da família*, (CNBB, n.3, 1975, p.34) destaca que os

encontros se prestam a debates sérios sobre problemas familiares; ao desenvolvimento do espírito crítico que prepare a família para sua função de síntese das influências externas; à melhor compreensão dos pais em relação às funções essenciais da família num mundo em transformação especialmente as funções afetivas e formadoras de pessoas; à coerência entre a fé que procuram transmitir aos filhos e os compromissos éticos que a fé supõe.

Um aspecto suscitado por essas mulheres em relação aos filhos é quanto à falta de tempo para acompanhá-los e muitas vezes, por causa dessa impossibilidade de acompanhamento, as famílias de hoje de modo geral acabam sendo taxadas como desajustadas. Anastácia reforça que: *“frente a tantas dificuldades a falta de tempo tem sido um grande motivador para uma educação insatisfatória”*. E Eliana comunga dessa opinião dizendo: *“Juntamente com a dificuldade financeira vem a falta de tempo para estar com os filhos, isso é doído”*. Por outro lado, Meire traz em forma de desencantamento a opinião de que:

“Ninguém se preocupa com ninguém, falta solidariedade, e a desculpa de tudo é falta de tempo, hoje não se sabe quem é pai e quem é filho”.

Nos depoimentos as mulheres da categoria C destacam-se que no passado havia uma certa rigidez na educação dos filhos, inexistia o diálogo entre pais e filhos e hoje, apesar de tudo, a educação se apresenta mais aberta destacando-se como vantagem.

Por outro lado, apresentam uma unanimidade em relação aos depoimentos das categorias A e B, quanto aos assombros do mundo, que é a prostituição, as drogas, a violência, a desobediência dos filhos. Vanice afirma: - *“A maior dificuldade é quando o filho usa drogas, ou quando ocorre uma gravidez precoce de uma filha nova, o resto a gente dá um jeito”.*

Porém, ao destacar a falta de tempo como uma grande preocupação em relação aos cuidados com os filhos, apresentam um forte sentimento de não conseguir educá-los bem. Eliza destaca que: *“Falta amor entre os pais e com isso entre os filhos com os pais e entre os próprios irmãos”.* E Ana comenta: *“A desestrutura da família causou transtornos econômico, muito trabalho, falta de moradia (...) com isso a falta de tempo pra estar próximo dos filhos (acompanhar)”.*

Mesmo estando sós e sendo mães, a referência continua sendo os pais, ou seja, pais engloba ainda pai e mãe, mesmo que o pai não esteja mais presente.

Olhando por essa via da relação com os filhos, o conjunto de opiniões expresso pela maioria das mulheres entrevistadas se pauta pelo peso e pelas dificuldades que enfrentam ao lidar sozinhas com os filhos e pela utópica idéia de família educada/estruturada.

Essas observações associadas ao cunho religioso católico parecem reforçar mais ainda as idéias expressas por esses grupos de mulheres. Isso se confirma com as propostas sobre a família e a sociedade, apresentadas para o Sínodo de 1980, por meio do documento *Valores básicos da vida e da família*, (CNBB, n.18, 1980, p.32), que traz como conteúdo:

É fórmula feita e repetida dizer-se que a família é célula-base da sociedade. Esta fórmula induz, com freqüência, a uma ilação de pensamentos e ação cuja conseqüência é igualar boa família = boa sociedade. Esta equação deixa oculta entre outras coisas, que o próprio espaço da família é – em boa parte – já delimitado pela própria sociedade.

A família, em seu caráter institucional, tem sido cada vez mais colocada sob a mira das preocupações da Igreja Católica. Pelos documentos isso aparece descrito de uma forma ou de outra. Essa preocupação vem sendo focalizada no âmbito religioso por diversos pontos de vista, sociológico, psicológico, jurídico e teológico. A partir dessa forma ampliada de ver-julgar-agir sobre a família, as sugestões para o Sínodo de 1980 vêm chamando a atenção para a diversidade familiar. Inclusive entre as propostas específicas sobre os casos especiais postos no documento *Valores básicos da vida e da família*, isso aparece da seguinte forma: “No tratamento pastoral das famílias incompletas e dos divorciados e/ou desquitados que se casam de novo, mães solteiras, é importante ouvir as bases tanto na reflexão teológica como na ação pastoral” (CNBB, n.18, 1980, p.43). Embora preocupada com a diversidade das famílias e suas interações com a sociedade, e querendo considerá-la em seus documentos, o ponto de partida da consideração (famílias incompletas) já se apresenta pouco confortador para as mulheres chefes de família.

1.5 Relação da Igreja Católica e da família chefiada por mulheres

A Igreja Católica, sem sombra de dúvida, traz como modelo, referência de família, aquele que se configura pelo pai, mãe e filho, resultante de uma união conjugal sacramental (matrimônio), institucionalizada, que por sua vez é marcada pela indissolubilidade do vínculo. Essa definição pode ser melhor retratada pelo documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p.14), que afirma: “Uma visão de família aberta ao futuro considera portanto que o casamento exige a fundação de uma legítima instituição social (...). Os contraentes são livres para contratar, mas não o são para dissolver o vínculo matrimonial”. A partir desse modelo que a Igreja Católica remete para uma visão de família incompleta, cuja caracterização se enquadra nos casos irregulares.

Essa discussão toma maior consistência com a análise de Camargo (1975), pois ele coloca em cena o catolicismo e a família no Brasil contemporâneo, amplia as discussões sobre família a partir da ótica católica, otimizando a formulação e a reformulação de padrões éticos católicos referentes à família e ao papel da mulher.

A Igreja Católica, desde o início do período colonial brasileiro, procurou estabelecer padrões normativos relativos à constituição familiar, o que se concretizou no período da proclamação da República, com a redefinição de responsabilidade de formalizar o contrato matrimonial.

A pastoral católica acentuou o modelo desejável de família e a questão da moral sexual. Dessa forma, o padrão normativo católico, com seu discurso baseado no senso da culpa e do pecado, por todo um aparato sacral, acabou

internalizando nas personalidades, principalmente femininas, as restritivas concepções sobre vida sexual.

Segundo Camargo (1975), no contexto brasileiro equivalente aos períodos Colonial, Imperial e Republicano, a ação pastoral conviveu de forma tolerante com a situação da poligamia masculina. Só mais tarde, de forma abstrata e pelas práticas pastorais missionárias, foram exaltados os ideais matrimoniais de fidelidade para ambos os sexos.

A doutrina católica, ao se deparar com formas divergentes de organização de família, decorrentes do processo da história ocidental, através do Pontificado de João XXIII e do Concílio Vaticano II, propõe-se a estudar essa nova realidade elucidando a relação entre sistema econômico e representação religiosa que ora demonstram coerência de idéias, ora contradições.

Com o processo de industrialização, a produção familiar de bens de consumo atribui à mulher uma importante função. Considera-a como base da economia doméstica e mão de obra auxiliar em empreendimentos “moralmente saudáveis”, nos quais a família constitui unidade de produção. A pastoral católica, porém, com seu princípio conservador, não inclui esse modelo de sociedade competitiva, tampouco a expectativa de ascensão social. Seus valores nesse período reforçavam a dependência da mulher em relação ao homem (pai, ou irmão, e sobretudo ao marido).

Com o passar do tempo, frente às objetivas mudanças sócio-econômicas e à influência lenta do aparato ideológico católico, o modelo de família tem-se redefinido de modo que a mulher tem-se inserido diretamente no estilo urbano de vida. Assim, destacam-se os papéis da mulher—dar apoio, amizade,

companheirismo ao marido; colaborar na educação dos filhos (menos materialmente) na transmissão de símbolos e nos comportamentos de classe; instruir e aparelhar os filhos para a dura luta competitiva de uma sociedade.

Diante dessa abordagem em discussão, a relação da Igreja Católica com o Estado, é destacada por Ribeiro (1994) como matrizes referenciais de valores dirigidos à família. Ribeiro apresenta a família como esfera de princípios e práticas e também como espaço de apreensão dos mecanismos das mudanças sociais mais inclusivas.

Na formação social brasileira, a Igreja e o Estado, como duas instituições ordenadoras de nossa cultura, teriam mantido as diferentes formas de organização familiar. No período em análise (1964-84), os discursos referentes à família, por parte da Igreja, buscavam acomodar as contradições vigentes pelos princípios teológicos⁸. O Estado construía sua unidade política conjuntural através do consenso e da cooptação. Nessa diferenciação essencial de natureza e nessa contradição do discurso ocorreram confrontos que se pautavam pela disputa da hegemonia político-axiológica, provocando alterações na essencialidade dos valores e dos objetivos coletivos que estruturam as formas de viver e sobreviver .

A instituição familiar, dentre outras, tem sido açoitada pela diversidade de princípios e práticas propostos mediante os abalos político-sociais e religiosos desse período. Temáticas afeitas à ética e à moral saem do reduto católico e se incorporam às esferas sociais mais amplas.

⁸ Cf. o documento católico *A família mudanças e caminho*, (CNBB, 1973), (traz roteiro de reflexão para promover discussão nas bases sobre a situação real em que se encontra a família brasileira nas diferentes áreas geográficas e nos diferentes meios socioeconômicos. Este foi remetido a todas dioceses, às direções de movimentos familiares e a organismos interessados no tema.

Partindo desse viés, é considerável que o pano de fundo dos discursos e das práticas relacionadas à família esteja calcado por essa idéia no modelo padrão. Vale dizer que hoje, devido a tantas discussões e debates voltados para a inclusão social e o despertar para as suspeitas, inclusive em alguns segmentos da igreja, utilizar discursos que realçam um modelo em específico, em contrapartida a outros, parece ser uma prática não muito coerente.

Dessa forma, o que se percebe por parte da Igreja Católica é um agir silencioso, que expressa fortemente a resistência do diferente em detrimento daquele modelo que se estabeleceu, ou ainda uma compreensão conservadora de valores que vêm cada vez mais destoando do que a realidade expressa. Nesse sentido, o documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p.21) diz que: “Se a Igreja eleva a sua voz em defesa da perenidade da união conjugal, alicerce da estabilidade da família, é porque recebeu este mandamento do Senhor. Já na Antiga Aliança pelo profeta Malaquias”.

A maioria das mulheres que foram entrevistadas afirma desconhecer o discurso e a prática da Igreja Católica quanto à ênfase nos modelos familiares. E isso ocorre não por simples displicência ou falta de atenção. O fato é que o referido discurso aparece mais de forma subjacente nas práticas pastorais da Igreja Católica. Alguns depoimentos confirmam essa realidade:

Os comentários sobre essa realidade familiar se dá somente entre as mulheres participantes da Igreja que vivem nessa condição. (...). Carmem (categoria A)

Especificamente a Igreja não fala dessa realidade, seu apoio está ligado à ajuda com cestas de alimentos, para as famílias necessitadas. Diva (Categoria A)

Na Igreja, não tem espaço para uma discussão sobre as realidades familiares, o sacerdote repassa suas idéias e faz uma reflexão introspectiva e cada um faz o proveito que for necessário e de modo bem individualizado. Anastácia (categoria B)

E quando vêm alguns depoimentos com opiniões diferentes também não se percebe grande relevância frente a essa discussão, ao contrário, por mais que as argumentações se expressem de modo otimista, seus conteúdos indicam uma forte resistência e não ensaios de mudança. Seguem alguns dos depoimentos:

Sim, há espaço na Igreja para essa discussão de família, já vi através de palestras, cursos encontros ministrados pela pastoral familiar, lá se trata de famílias completas e incompletas. Celina (Categoria B)

Sim, ocorre através de encontros e palestras com orientações para as famílias viverem bem, os ensinamentos estão voltados para o casal e para a educação dos filhos essa é uma grande preocupação da Igreja. Felícia (Categoria B)

já vi, mas a orientação está diretamente ligada a casais e namorados. Ana (categoria C)

Vi através dos sermões dos padres eles sempre falam da importância da comunidade, eu ouvia quando freqüentava. Jesuína (Categoria A)

Muitas dessas mulheres entrevistadas nem se deram conta de que esse assunto não é falado, ou que devesse ser exposto como discussão, pois o que pertence ao sagrado⁹, isto é, o modelo de família ideal, que é uma das representações do sagrado, é visto como “indiscutível, inquestionável, ou totalmente “aceitável”.

Algumas mulheres não vêm esse assunto de outras realidades familiares (no caso as suas próprias) como relevante ou que venha fazer diferença em suas vidas. E outras já se incluem no bojo das famílias de modo geral, sentindo-se expiadas pela bênção que é dada às famílias com freqüência.

⁹ A noção de sagrado pode ser estudada com maior profundidade em Rudolf Otto (1985) e Mircea Eliade (1992), haja vista que o primeiro o considera como “Numinoso – Mysteryum tremendum”, e o segundo como o “real por excelência eficiência, poder, fonte de vida e de fecundidade”.

Pouquíssimas mulheres declaram ou afirmam ter ouvido discursos que chegam a especificar as diferentes realidades familiares.

Como se percebe, os emissários do sagrado acabam reforçando essa idéia, fazendo prevalecer o modelo de família ideal, como sagrada. Desse modo, não conseguem perceber o quanto isso é grave para as realidades familiares que se encontram distantes dessa realidade. Pois, ao mesmo tempo, que forjam para uma suposta compreensão de que o sagrado não as valoriza, como pertencentes à realidade de família, reforça a decepção de não corresponderem ao modelo considerado ideal. Essa gravidade se torna mais evidente pelas afirmações de Eliade (sd, p.42): “O desejo do homem religioso para viver no sagrado equivale, de facto, ao seu desejo de se situar na realidade objectiva, de não se deixar paralisar pela relatividade sem fim das experiências puramente subjectivas, de viver num mundo real e eficiente e não numa ilusão”.

Essas inculcações relacionadas ao ditoso modo de ser da família se respaldam pela idéia de família que o documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p. 23) destaca, pois ele declara que:

Ao falar da família, a Igreja não pode admitir que a sua mensagem seja interpretada em dois níveis irredutivelmente separados, quais seriam o “natural” e o “sobrenatural”. (...) Por isso, a Igreja, quando fala do matrimônio, visa essencial e fundamentalmente a instituição conjugal e familiar na sua original intangibilidade.

Quanto à mulher que é a representante desse modelo familiar em discussão, não se vê nenhuma ênfase específica nas considerações dos discursos ou mesmo das práticas da Igreja. Isso se confirma pelos depoimentos:

Nunca prestei atenção nestes discursos ou práticas, mas parece-me que o enfoque é o casal e nem sempre estes são felizes por isso. Denise (categoria A)

Vejo que a igreja tem buscado apoiar as famílias chefiadas por mulheres, principalmente às mulheres com orações, para que elas tenham luz. Divina (categoria A)

Vi uma vez na Igreja Católica uma fala sobre as discussões sobre homem e mulher, que tudo de ruim cai sobre a mulher, achei isso interessante. Luiza (categoria B)

Não vejo nenhum comentário sobre essa realidade familiar, pois eu só freqüento as missas. Eliza (categoria C)

Todavia, frente à política familiar global, a idéia que se defende correlaciona-se com o caráter institucional da família e isso por sua vez, já indica quem está dentro e quem está fora. Assim podemos entender que o modelo diferente de família, no caso o chefiado por mulheres e até mesmo a mulher que o representa se encontram “fora da moldura” montada pela Igreja. E isso se elucida pelo documento “Em favor da família” (CNBB, n.3, 1975, p. 33) que descreve: “Todas essas famílias, quaisquer que sejam suas imperfeições e deficiências, deverão ser atingidas pela ação pastoral da Igreja, levando-se em conta carências, limitações e necessidades”.

A Igreja Católica hierarquicamente apresenta uma estrutura, cujos representantes eclesiásticos, em sua totalidade, são constituídos por homens. De certa forma, isso parece acenar para a supressão das mulheres nesse espaço, ou mesmo para a clara definição dos papéis assumidos pelos homens e pelas mulheres. A forma hierárquica que se mantém até os dias atuais revela a conservação de uma concepção androcêntrica, que se expressa pelos discursos e/ou pelas práticas da própria Igreja. Historicamente, percebem-se as influências desse modelo catalogado por homens nos modos de ser que cada homem e que cada mulher desempenham em nossa sociedade.

Contraditoriamente a mulher, com o papel que desempenha socialmente, sobretudo na condição de chefe de família, diante dessa realidade religiosa, parece ter adquirido um lugar diferenciado daquele que é o modelo predominante da igreja.

Na maioria das opiniões das mulheres entrevistadas isso não representa novidade, e muitas até consideram natural não serem ressaltadas (no meu ponto de vista incluídas). Há outras (minorias) que se posicionam dizendo que, como essa realidade vem-se tornando cada vez mais existente e crescente, acham que deveria haver uma ênfase maior por parte da igreja.

Segundo os depoimentos das mulheres da categoria A, a Igreja Católica no que se refere a essa discussão é vista como o espaço de silêncio da realidade cuja mulher é a liderança da família. As que já vivenciaram algum momento de participação religiosa disseram não ter visto nada a respeito, nem discurso, nem práticas específicas, assim como as que já freqüentam há algum tempo. Uma minoria (talvez duas) disse que, em grupos de oração e em homilias, buscava identificar as situações familiares da comunidade através das bênçãos. Mas a grande afirmação é de que o casal é o foco da realidade familiar difundido pela igreja.

As mulheres dessa categoria declaram em suas opiniões que quando participavam, ou quando participam (raramente), não ouviam e nem viam nenhum comentário específico sobre essa realidade, e outras até afirmaram não ter prestado atenção, se de fato falavam ou não, mas acreditam que nada ocorreu nesse sentido. *“Não vejo isso na Igreja, apenas ouço alguns comentários quanto ao esforço de algumas mulheres”*. Rosa (categoria A)

Um pequeno grupo faz uma ressalva diante dessa questão dizendo que, apesar de hoje não perceber tanta discriminação das mulheres sozinhas, também não viu nenhuma prática relevante por parte da igreja que as destacasse. Segundo a opinião de Luciana (categoria A), *“a Igreja deveria falar mais sobre isso”*. Mas ressalta: *“sempre que precisei de alguma orientação ou aconselhamento (para auxiliar na educação dos filhos) busquei de modo particular o padre, ele deu atenção. Mas tenho outras pessoas para conversar e orientar”*.

Para o grupo de mulheres da categoria B, as opiniões não são diferentes daquelas da categoria. Apenas ressaltam que os discursos e mesmo as práticas religiosas estão destinados à família ideal (pai, mãe e filhos), com uma forte tendência para a reconciliação dos casais. Esses casos específicos, de família chefiada por mulheres, não são enfatizados a partir de sua realidade, sendo para algumas mulheres. Isso denota descaso para com essa realidade. E isso é confirmado por Felícia (categoria B), que descreve: *“Em primeiro lugar a idéia básica é para que haja reconciliação entre os cônjuges e também orienta para que as mulheres nessa situação se cuidem, não se prostituam, (...) e se valorizem”*.

Essas mulheres, em sua maioria, declaram ter uma participação bastante freqüente na igreja, em especial nas missas, e com grande certeza afirmam não ter ouvido e nem visto nenhum comentário sobre essa condição de mulher; o que percebem é um grande silêncio. É o que diz Celina: *“Não vejo nenhuma manifestação, nem a favor ou contra, acho os discursos da Igreja muito silenciosos”*.

Algumas mulheres identificam que a Igreja Católica, enfatiza o casal, o marido e a mulher juntos, mas que isso não representa nenhum problema. Afinal

o modelo familiar que tem apenas um ou uma responsável, no caso aqui, o que é chefiado por mulheres, muitas vezes é visto como natural, pois hoje o que mais há são casos de mulheres sozinhas assumindo a família.

Na categoria C o que é relevante frente às práticas da Igreja Católica é a prática da bênção para as famílias em geral. As mulheres dessa categoria consideram esse momento como importante, e isto ocorre tanto pelas missas, como pelas novenas. A bênção parece ser bastante satisfatória para essas mulheres, pois, mesmo não pertencendo ao modelo de família ideal, tomam para si e para sua família essa bênção geral para as famílias. Pelo ritual dessa prática já se incluem as “famílias em geral” paralelamente àquelas consideradas pelo modelo adequado para a igreja.

Em relação a si próprias há as mulheres que dizem não ver nada e nem tampouco ouvir, mas também, por outro lado não demonstram ver a necessidade de serem enfatizadas, pois manifestam que esse não falar e essa falta de preocupação, por parte da Igreja em relação às mulheres chefes de família, é algo natural. Também há aquelas que enfatizam o momento de bênção como uma prática bastante salutar a todas as pessoas/famílias, e isso já denota um lembrar de todas as realidades. É o caso da afirmação de *Vanice*: “*Não vejo nada sobre isso, apenas vejo as mulheres serem abençoadas*”.

Uma consideração diferenciada das demais, porém bastante pertinente, enfatiza que a Igreja apresenta uma maior preocupação ou mesmo estabelece uma relação de cobrança para com as mulheres sozinhas que se manifestam dependentes da instituição, isto é, que vão em busca de apoio moral, espiritual ou financeiro. Aquelas mulheres que mesmo estando sozinhas, já adquiriram certa

autonomia e se apresentam bem resolvidas na situação, a igreja as trata de modo normal. É o que descreve o depoimento de Ana: *“Quando as mulheres desta realidade apresentam dependentes da instituição religiosa, há uma certa cobrança (descaso) e culpabilidade por estar nessa situação. Quando as mulheres têm certa autonomia o tratamento é normal, sem grandes cobranças”*.

Na verdade, a relação da Igreja Católica com a família chefiada por mulher é uma realidade que se encontra numa configuração bastante “ofuscada” em nosso cotidiano, pois sendo uma forte instituição ordenadora da sociedade, a Igreja produz, veicula e reforça as grandes narrativas, inculca normas e valores que se tornam imprescindíveis à realidade humana em forma de comportamentos. A sua doutrina explícita, sobre a definição de família, se legitima pelo desígnio Divino. O documento *Em favor da família* (CNBB, n.3, 1975, p. 35) relata: “O próprio Deus quis nascer em uma família pobre e humilde (...). Foi numa família que Ele quis realizar sua experiência humana (...). Foi a família que Ele quis consagrar como a mais pura expressão humana do mistério trinitário de três pessoas em um só Deus”.

Por outro lado, o documento *Valores básicos da vida e da família* (CNBB, n.18, 1980, p.8) complementa essa idéia destacando a forte idéia do amor cristão que: “Une a família por vínculos de fidelidade e solidariedade. Cada membro da família cresce em dignidade e realização humana na medida em que se dedica, mesmo à custa de riscos e sacrifícios, a promover o outro, no pleno respeito à sua personalidade”.

Nota-se o quanto essa idéia de família, aos moldes da Igreja Católica, adquire um formato padrão e, por outro lado, pode perceber-se como a mulher,

sobretudo como protagonista de um modelo diferenciado de família, é concebida nesse cenário. Haja vista que estar conduzindo a família sozinha dá margem à fragilidade, por não ter suportado as contingências da própria vida familiar.

Ao final deste primeiro capítulo, nossa reflexão permite-nos, a partir das idéias gerais, identificar como a família chefiada por mulheres tem-se apresentado em nossa realidade contemporânea. Mediante os vários aspectos abordados, de cunho social, afetivo e religioso, inerentes a essa situação familiar, percebemos como se compõe o modo de ser, pensar e agir dessas famílias e ainda que concepções influenciaram e influenciam essas expressões. Por outro lado, identificamos como a Igreja Católica vem-se relacionando com essa realidade diferenciada de família. Com essa leitura, visualizamos nitidamente qual discurso de família prevalece na Igreja e de que maneira ele vem prevalecendo, frente a tantas mudanças sociais. De certo modo, percebemos também que implicações esse “novo” modelo familiar vem trazendo à concepção católica de família.

Compreendendo a amplitude dessa discussão para o estudo sobre a família chefiada por mulheres é que passamos ao segundo capítulo: *Os sentimentos sobre a família chefiada por mulheres*. Este, por sua vez, objetiva compreender essa realidade familiar a partir dos sentimentos das mulheres que assumem a liderança desse contexto e, ainda, identificar como esse referido modelo familiar, de fato, vem-se apresentando frente ao modelo familiar definido como padrão.

CAPÍTULO II

2 - OS SENTIMENTOS SOBRE A FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES

(E por falar em família, onde anda você?)

A vida familiar é uma realidade que tem seu significado peculiar para a vida humana e isso pode ser constatado pelas grandes linhas teóricas que envolvem tanto a psicologia quanto a antropologia e a sociologia.

A constituição da família tem sido apresentada em formas bastante variadas e, nesse sentido, segundo Malinowski (1973, p.18) de acordo com as teorias correntes entre os antropólogos

a família modificou-se enormemente durante a humanidade, passando de sua primeira forma promíscua, baseada no comunismo sexual e econômico, através das fases da 'família por grupo', baseada no 'casamento por grupo' a família consangüínea, baseada no 'casamento Punalua', através da *Grossfamilie* e do parentesco atual, a família individual baseada no casamento monógamo e na pátria potestas.

Sem sombra de dúvida, há de se considerar que a família, no entrelaçar da história da civilização, tem alterado suas características de composição e com isso os seus próprios valores.

Como já foi dito, a tarefa desta parte do estudo é dar um passo a mais na compreensão do modelo familiar que traz a mulher como liderança e buscar identificar os sentimentos que aí subjazem. Para tanto a idéia de sentimento aqui retratada terá por base o pensamento do Sr. A. F. Shand¹⁰, sugerida por Malinowski (1973, p.149), que coloca o sentimento como sistema de emoções organizadas.

Que nossa vida emocional está claramente coordenada com o ambiente e que um certo número de coisas e pessoas exigem de nós respostas emocionais. Ao redor de cada pessoa ou objeto as emoções organizam-se em sistema definido, o amor, o ódio ou a devoção que sentimos pelos pais, por um país ou uma finalidade na vida.

Tendo como suporte essa compreensão dos sentimentos, o presente estudo apresenta como proposta discutir a realidade da família chefiada por mulheres, como uma das formas que vem crescentemente se acentuando em nossa sociedade bem como a relação desse modelo familiar com a própria sociedade.

¹⁰ Conforme descreve Malinowski (1973, p. 149), sr. Shand foi o primeiro a ter compreendido que as emoções não podem ser tratadas como elementos soltos, desligados e desorganizados, flutuando em nosso meio mental e aparecendo de vez em quando acidental e isoladamente.

Outro aspecto a ser abordado é a ênfase ao fator religioso, configurado pela missa, que traz uma prática religiosa com uma organização sistemática de sentimentos. Em seguida a análise se dedicará ao sentimento explicitado pelas mulheres com base na frase popular “Antes Sós Que Mal Acompanhadas”, dita por elas de diferentes formas. A idéia é evidenciar os desafios enfrentados pelas mulheres relacionados aos sentimentos de liberdade e autonomia por elas experimentadas. Por fim a questão é tratar a dualidade dos sentimentos expressos e impressos nos contrastes dos modelos familiares definidos como ideal (sim) e real (não).

2.1 – Falando sobre a família chefiada por mulheres

A família chefiada por mulheres, tendência crescente em nossa sociedade, da forma como tem-se manifestado vem trazendo novos elementos que precisam ser mais bem discutidos. Estes por sua vez estão correlacionados com os deslocamentos dos papéis do homem e da mulher, isto é, com as novas atribuições dos papéis de gênero, conseqüentemente, com os novos modos de ser e agir da mulher, e ainda com a própria família na qual está inserida. Vale dizer que estes e muitos elementos associados a essas mudanças têm colocado em suspeita as grandes narrativas que muitas vezes são endossadas pela tradição.

A Igreja Católica, com sua mensagem sobre “a função da família cristã no mundo de hoje”, impregnada pela conservação e manutenção dos valores da família tradicional, tem o intuito de propor às famílias uma vida de fidelidade, e

isso se confirma pelo documento *Familiaris consortio* (1994, p.5), que traz em sua mensagem a idéia de que:

A família é alvo de numerosas forças que a procuram destruir ou de qualquer modo deformar, a Igreja, sabedora de que o bem da sociedade e de si mesma está profundamente ligado ao bem da família, sente de modo mais vivo e veemente a sua missão de proclamar a todos o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família, para lhes assegurar a plena vitalidade e promoção humana e cristã contribuindo assim para a renovação da sociedade e do próprio Povo de Deus.

Vale lembrar ainda que a família cuja liderança é representada pela mulher traz em si um marco diferencial da posição feminina em relação à sua posição de outrora, aquela em que o homem era destacado como o provedor e detentor do poder desse contexto. Por outro lado expressa uma variedade de sentimentos que muitas vezes se encontram ainda atrelados às concepções que traçaram o perfil do modelo ideal de família, o que contribui de certa forma para uma indiferença da sociedade em relação aos variados modelos familiares existentes. O que nos interessa é o que tem a mulher por liderança.

De certo modo essa leitura vem ao encontro das opiniões das mulheres entrevistadas que se integram nas categorias B e C, pois frente à questão sobre o que acham de sua realidade familiar, a maioria das entrevistadas declara que “a família não está bem, por ser uma realidade exigente, pesada e muito difícil”.

Nessas categorias prevalecem a forte idéia de família organizada aos moldes do modelo padrão e sobretudo uma insatisfação com a condição em que vivem. Mas isso não é notado somente pelo sentimento de exigências que a vida coloca, mais que isso, é bem expressivo o sentimento de ausência da ordem moral. Nota-se pelas falas de algumas dessas mulheres:

Vivo uma realidade perturbada preocupante e muito difícil, com o homem parece que as coisas são diferentes. Bárbara (categoria B)

Acho que tenho uma realidade muito difícil, nem sei se tenho realidade, pois tenho que sustentar meus quatro filhos, o pai não dá nada (...). Lucy (categoria C)

Para ilustrar melhor essa discussão faz-se necessário trazer as contribuições de Sarti (1994), que faz uma análise da família como ordem moral. Em princípio, a autora critica os padrões patriarcais, os valores tradicionais que marcaram a formação social brasileira e o oriundo papel masculino como provedor de teto, alimento, respeito e conseqüentemente a diferenciação entre os papéis do homem e da mulher.

A autora declara que, na população pobre, a vulnerabilidade feminina está correlacionada com o mundo externo mediado pelo homem e isso a fragiliza e reforça as diferenciações sexuais. Para o homem, a missão provedora torna-o vulnerável devido à sua dependência dos meios externos, cujas determinações escapam de seu controle. Essas colocações, a partir do olhar de gênero, adquirem maior tonicidade com o conteúdo da mensagem religiosa, apresentada no documento *Familiaris consortio* (1994, p. 27; 29), cuja descrição diz que:

Há de reconhecer às mulheres, como aos homens, o direito de ascender às diversas tarefas públicas, a sociedade deve estruturar-se, contudo, de maneira tal que as esposas e as mães não sejam de fato constrangidas a trabalhar fora de casa e que a família possa dignamente viver e prosperar, mesmo quando elas se dedicam totalmente ao lar próprio.

Por outro lado:

(...) revelando e revivendo na terra a mesma paternidade de Deus, o homem é chamado a garantir o desenvolvimento unitário de todos os membros da família. Cumprirá tal dever mediante uma generosa responsabilidade pela vida concebida sob o coração da mãe e por um

empenho educativo mais solto e compartilhado com a esposa, por um trabalho que nunca desagregue a família, mas promova na sua constituição e estabilidade, por um testemunho de vida cristã adulta, que introduza mais eficazmente os filhos na experiência viva de Cristo e da Igreja.

Assim, diante dos deslocamentos do papel masculino e feminino, a mulher assume a responsabilidade econômica da família e essas modificações, no jogo das relações de autoridade, efetivamente marcam o papel (masculino) da mulher de chefe de família e a definem como tal. De certa forma isso é visível na fala de Diva, que diz: *“Acho minha realidade familiar ótima, pois eu sou a cabeça da casa, eu falo e meus filhos obedecem”*.

Por outro lado, sem entrar muito no mérito da questão, a autoridade masculina se vê literal e seguramente abalada, pois se ela não garante o teto, o alimento da família, conforme definem os papéis sociais do sexo, isso acaba causando uma “desmoralização”, fragilizando a base de respeito que lhe devem seus familiares.

Mas essa perda simbolicamente por parte da família muitas vezes se apresenta compensada por uma outra figura de autoridade masculina da rede familiar. É o que se percebe no caso de Eliza, que ao falar sobre a necessidade de apoio, declara: *“(...) meu sogro de modo geral é quem acompanhou nossa vida, desde que meu marido foi embora, ele nos deu todo o apoio que precisamos: moral, espiritual e muitas vezes financeiro”*.

A noção de família define-se assim em torno de um eixo moral, no qual prevalece o cumprimento dos deveres de cada um na união. De certo modo isso fundamenta e estrutura as relações familiares e constitui um sistema de valores que incide sobre o modo de pensar o mundo social e de se colocar frente a ele.

Essa visão ideológica acaba por reproduzir a família modelar como a ideal. Na fala de Alda (categoria C) aparecem idéias que vêm ao encontro dessa concepção:

Já passei muitas dificuldades, já apanhei do marido, passei fome, fui abandonada pelo marido, depois da separação as coisas não ficaram fáceis, mas em certos aspectos (os citados) melhorou. (...) mas assumir sozinha a família é desvantagem, porque a mulher não dá conta de assumir tudo, fica desorientada em ver tantas responsabilidades. (...) uma família completa é que é família de verdade.

Portanto o modelo familiar chefiado por mulheres se vê constituído por representações marcadas pela violência simbólica e a marginalização. Além do mais provoca um sentimento de incompletude, o que acaba sendo reforçado pelo catolicismo oficial, cuja simbolização de família ideal se vê delineada pelo ícone da sagrada família. Essa simbologia, quer queira ou não, declara que a família com organização e estrutura diferenciada se apresenta fora dos desígnios e do projeto cristão.

Diante dessa questão de “ordem moral”, não se pode deixar de registrar alguns depoimentos, também, das mulheres da categoria A. Mesmo que as opiniões dessa categoria, na maioria das declarações, parecem divergentes das outras categorias, na questão referente ao que acha de sua realidade familiar, algumas opiniões demonstraram-se bem semelhantes. Isto é, idéias impregnadas de uma concepção conservadora de família, que por sua vez acabam reforçando as diferenciações sexuais.

Por um outro prisma, Goldani (1994), ao destacar a realidade das famílias em meados dos anos 90, traz contribuições interessantes, apontando para outros eixos que marcaram a crescente mudança na vida da mulher e conseqüentemente na estrutura da família.

Para essa referida autora, a tendência de uma diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares promovem uma redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade. A presença crescente e marcante das mulheres brasileiras nos anos 80, nos espaços públicos, acompanhada pelas discussões sobre o feminismo, trabalho, desigualdades e direitos da mulher, explica parte das mudanças ocorridas nas estruturas familiares.

A rapidez e os níveis de mudanças ocorridos nesta última década têm gerado dissolução das fronteiras rígidas do duplo padrão de moralidade, surgindo modelos alternativos de relações entre os sexos. A análise da trajetória, da vida familiar e, conseqüentemente, da vida das mulheres brasileiras, mostra que o alto índice de mortalidade masculina ou de disrupções matrimoniais têm concedido à mulher condição de chefe de família.

Diante dessas mudanças é importante considerar que também e exclusivamente para a Igreja Católica essa realidade não tem passado despercebidamente, ao contrário, de modo bem atento, sua declaração através do documento *Familiaris consortio* (1994, p.8) diz: “A situação em que se encontra a família apresenta aspectos positivos e aspectos negativos: sinal, naqueles, da salvação de Cristo operante no mundo; sinal nestes, da recusa que o homem faz ao amor de Deus”.

Porém, mais que re-adequar conceitos, o que parece ainda distante, de fato, é uma ideologia própria que configura tais realidades. A saber, o forte sentimento de família com todo o arcabouço tradicional, como modelo único, é o que ainda se encontra nos conteúdos de muitas aspirações. Isso se confirma, na

fala de Ana (categoria C), quando ela diz: “Me sinto privilegiada em termos econômicos, ‘apesar de estar fora do modelo padrão’, consigo ter suporte para enfrentar a vida”.

Demograficamente, o fenômeno urbano, demarcado pelas mulheres como chefes de família, tem sido cada vez mais aumentado e esse modelo de família se concentra significativamente em regiões mais pobres. Dessa forma, as perspectivas das famílias brasileiras resultam de um complexo de fatores inter-relacionados, cortados por desigualdades espaciais, econômicas, raciais e culturais.

Conforme os dados do censo de 2000, essa tendência familiar que tem por chefe a mulher tem sido bastante evidenciada em nossa realidade brasileira. Outra forma de expressão, mais recente, dessa situação é o resultado do último censo de 2002, cujo enfoque importante é o crescimento do número de mulheres que atuam como chefes de família. Na realidade, conforme aponta a pesquisa do IBGE¹¹, as mulheres chefes de família perfazem um total de 11 milhões em todo o país. Em algumas regiões, como sudeste e nordeste, consideradas campeãs dessa realidade, atingem a proporção de 25%.

No Brasil, na década de 90, havia um total de 44,7 milhões entre brasileiros e brasileiras que assumiam a família, porém houve um crescimento recorde de famílias chefiadas por mulheres que chegou ao ano 2000 com 11,2 milhões, no comando de suas casas. Em termos percentuais, entre 91 e o ano

¹¹ www.ibge.gov.br, censo 2000.

2000, essa representação que era de 18,1% foi para 24,9%, conforme os dados de 2002 (censo)¹².

Que essa tendência tem-se afirmado, no contexto contemporâneo, não é nenhuma novidade, mas isso tem ocorrido de modo semelhante aos mecanismos de desencaixe¹³ que têm provocado um deslocamento da estrutura familiar, bem como dos papéis de gênero. De certo modo, formas diferenciadas de vida cotidiana vêm sendo remodeladas em conjunção com grandes mudanças sociais, mas há de se perguntar como têm-se dado essas mudanças no âmbito das relações cotidianas.

2.2- As mulheres chefes de famílias e sua relação com a sociedade

A sociedade em geral demonstra estar numa mutação constante, seu ritmo tem acentuado nestes últimos anos. No caso brasileiro grandes acontecimentos têm ocorrido e se transformado em informações históricas de grande destaque: entre outras, o processo de industrialização, a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília com o conseqüente êxodo rural, as modificações e reformas educacionais, a abertura política, a constituição de 1988 e a efervescência religiosa motivada pelas CEB's e pelas pastorais.

As CEB's de modo peculiar têm um significado para este estudo, pois elas, encadeadas pelas grandes mudanças, surgem com a proposta de colocar em serviço a busca da "promoção humana".

¹² Idem

¹³ Desencaixe é um termo usual de Giddens (1991, p.29), que se refere "ao *deslocamento* das relações sociais de contextos locais de interação e de sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço".

Essas mudanças apontam, segundo Mendes (2002, p. 1087),

(...) para a redemocratização do país, o envelhecimento do país, o envelhecimento da população, a expansão da escolaridade, a queda na taxa da fecundidade, o crescimento dos domicílios unipessoais, a imersão de novos valores para o papel das mulheres na sociedade e o aumento de domicílios chefiados por mulheres.¹⁴

Muitas dessas mudanças têm atingido diretamente as mulheres. Observa-se que tem sido bastante significativa e crescente a participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente nas décadas que abrangem os períodos de 1960 -1990. Esse crescimento, conforme apontam alguns estudos, deu-se com mais veracidade com as mulheres das classes pobres, e isso de certa forma representa novidade, pois o grupo feminino que tinha um maior acesso ao mercado de trabalho era concentrado nas classes média e alta. Essas classes oportunamente tinham uma qualificação e uma formação profissional maior, que atendiam às exigências do mercado, e até mesmo condições favoráveis que lhes permitiam manter ajudantes para cuidar dos filhos enquanto trabalhavam fora.

É sabido que esse não é o caso da maioria das mulheres chefes de família da realidade popular, em especial as que aqui são retratadas, pois seus depoimentos demonstram que o tecido de suas vidas se fia com fios bastante diferenciados. Com os depoimentos isso fica mais evidente:

Presto serviços domésticos, ganho salário mínimo, mantenho a família sozinha, com este salário. Tenho quatro filhas menores, Deus é quem cuida delas na minha ausência (...) passo o que for, mas faço de tudo para elas estudarem, (...) pois a idéia é de que elas possam encontrar algo melhor que o trabalho doméstico. Bela (categoria C)

¹⁴ Informações de Bruschini, (2000); Borges e Guimarães (2000); Montali (1998); Berqó,(2001) in Revista Fragmentos de cultura 2002, v-12, n-6 nov/dez .

Dedico todo tempo ao trabalho, assumo três períodos para conseguir manter minha vida com minha filha, (...) eu só fico com ela quando vamos dormir. Anastácia (categoria B)

Trabalho de limpeza (público) em um dos períodos, no outro faço quitandas e no tempo que tenho, faço as vendas (rodo a cidade) para inteirar o salário. Pois só assim tenho condições de manter meus três filhos e uma neta sob minha responsabilidade. Divina (categoria A)

Essas mudanças, associadas por diversas instâncias, chamam a atenção, pois, mesmo havendo um quadro de crescimento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, que por sua vez tem triplicado, ainda não representam um avanço quanto às desigualdades sociais. Diante disso, Abramo (2000) in Mendes (2002, p.1089) nos diz que o que houve “foi um aumento das horas dedicadas ao trabalho remunerado, aumento dos anos de vida economicamente ativa e crescimento da participação das mulheres casadas em relação às solteiras”.

Diante dos fatos que se apresentam, de acordo com Mendes (2002, p. 1089) outro aspecto que merece ser considerado é quanto ao nível de escolaridade das mulheres, que tem-se apresentado superior ao dos homens, mas mesmo assim o salário feminino continua tendo uma representação inferiorizada.

Aliás, essa referida autora destaca que a maioria dos empregos femininos parece estar concentrada em alguns setores de atividades e numa proporção bem menor que os empregos masculinos, principalmente no que se refere à tecnologia, o que de certa forma acaba contribuindo com a redução de um bom número de profissões. Outra concepção trazida por Mendes (2002) é quanto à prevalência dos cargos hierarquicamente altos ainda concentrados nos espaços masculinos.

Tais colocações servem para realçar quão presentes são as desigualdades de gênero, pois a maioria das mulheres pobres e principalmente as que chefiam a família (conforme apontam as entrevistas) estão vinculadas ao trabalho em condições bem precárias. Muitas vezes o vínculo trabalhista se dá de forma não legalizada e em outros casos essas mulheres se submetem a trabalhos informais ou autônomos, considerados “bicos”, para complementar a renda. Na fala de Eliana (categoria A) isso se explicita:

*Trabalho quase 24 horas por dia, tenho trabalho fixo, com um salário de 290 reais e complemento com os bicos, se eu quiser sobreviver. Os bicos não significam prostituição, mas outros tipos de trabalho dignos, faxinas, diaristas, auxiliar de jantares, almoço e o que surgir nesse sentido, minha filha de onze anos que cuida do menino de 3 anos e assim vamos vivendo. **Com tudo isso terminei o 2º grau, só não entrei ainda na universidade, mas quem sabe chego lá?** -comentário extra entrevista.*

Compreendendo que é exatamente nesse cenário que se localizam as mulheres chefes de família relacionadas, nesse estudo, pode-se constatar que, de certa forma essa realidade de mulheres que estão cada vez mais imersas no mercado de trabalho, antes mesmo de se galgar a glória da emancipação, está submetida a uma conjunção de exigências, desigualdades e de pobreza que se estende para as próprias famílias.

Pelo viés da Igreja Católica, a “mulher e a sociedade” aparecem como eixos de destaque em suas “preocupações”, haja vista a declaração do *Familiaris consortio* (1994, p.27), que afirma:

Não há dúvida de que a igual dignidade e responsabilidade do homem e da mulher justificam plenamente o acesso da mulher às tarefas públicas. Por outro lado, a verdadeira promoção da mulher exige também que seja claramente reconhecido o valor da sua função materna e familiar em confronto com todas as outras tarefas públicas e com outras profissões. De resto, tais tarefas e profissões devem integrar-se entre si se se quer que a evolução social e cultural seja verdadeira e plenamente humana.

Mas essa “preocupação”, de certo modo, não manifesta com o objetivo de questionar os papéis do homem e da mulher, ao contrário, da forma como é expressado, acaba afirmando-os. Ao mesmo tempo, ao enfatizar a idéia de “proteção” à mulher, não deixa de transmitir, pelas entrelinhas do texto, que a preocupação real são com as funções maternas e domésticas, que por sua vez não podem ficar descobertas e prejudicadas.

Segundo Bruschini (1999) esse quadro representativo da mulher no mercado de trabalho é retroalimentado por dois mecanismos convergentes que se definem pelos processos socializadores que são gerados pela família, escola e meios de comunicação, que limitam e classificam as ocupações em trabalho próprio para o sexo feminino. Pelo detalhe de observação e cuidado – trabalho conciliado com a função doméstica – forçosamente coloca em evidência a dupla função da mulher.

Quanto a essa discussão, Bruschini (1999, p.76) destaca que:

É forçoso reconhecer, no entanto, que a família é provocada, também, por profundas transformações nos valores em relação ao papel das mulheres na sociedade ao lado de maior acesso à escolaridade, menor número de filhos, mudanças nas relações familiares e diversificação das pautas de consumo.

Dilma, (categoria A) confirma essa fala de Bruschini, dizendo: *“Tenho que viver com meu salário de professora, meu filho não recebe pensão alimentícia, o que ganho faço dar para cobrir as despesas rotineiras e até pago escolinha para meu filho. Graças a Deus, não gasto mais do que ganho”*.

A realidade das mulheres chefes de família, aqui considerada, mostra o quanto estas mudanças interferem em seu modo de fazer e refazer a vida, pois elas se deparam socialmente e religiosamente com um arsenal de funções a cumprir. Haja vista que a grande maioria tem uma vida marcada pela ‘falta’: de trabalho, de salário digno, de moradia, de assistência médica necessária, de condições adequadas para cuidar bem dos filhos.... Anita (categoria B) confirma isso dizendo que: *“Trabalho de doméstica, dependo de aluguel, os filhos ficam fechados em um barracão, até eu chegar, não tenho estudo para arrumar bom emprego, cuido sozinha dos meus filhos, vejo tudo isso com muitas dificuldades”*.

A duplicidade de responsabilidade e as referidas exigências vão sendo bastante complexas na rotina da mulher atual, pois, por mais que ela tenha triplicado seu esforço para conquistar e garantir seu novo espaço, ainda não consegue desligar-se das “obrigações” domésticas que lhe foram inexoravelmente impostas, com isso ainda enfrenta inúmeros obstáculos.

Vale dizer que essa discussão tem sido própria de características do contexto contemporâneo, pois, embora alguns autores destacam esse contexto como sendo “um contexto de projeto inacabado”¹⁵ e de tensões, tem oportunizado espaço para que os discursos dos oprimidos tenham voz, em nome do princípio da universalidade (*todos os seres humanos são pessoas concretas e não somente integrantes de uma coletividade*).

As idéias feministas, mais expressivas nesse tempo contemporâneo, juntamente com as contribuições das ciências sociais, fortalecem-se para criticar

¹⁵ Lovibond, 1990 in Sorj 1992, p.19.

práticas conservadoras tão freqüentes na moral racionalizada. Haja vista que esta visão afeta diretamente a condição de subordinação das mulheres, e isso acontece segundo Sorj (1992, p.19)

Primeiro quando reivindica para si a autoridade e superioridade de um ponto de vista imparcial (...) que é apresentado como vontade geral eliminando outros sujeitos morais diferentes. E, segundo, quando exclui da moral racional o desejo, a empatia, a afetividade, sentimentos tidos como manifestações irracionais e portanto inferiores.

Essa configuração racional, moral, estabelece as leis que, baseadas no direito, delimitam as fronteiras entre o homem e a mulher, entre cultura, conhecimento e as relações de cuidado. Conseqüentemente dá-se a fragmentação dos espaços entre esfera doméstica como sendo o espaço identificado com o feminino, ao mesmo tempo que excluído do espaço público.

Considerando a amplitude dessa discussão de gênero, De Barbieri (1992) com sua proposta teórico-metodológica suscita uma série de questões que de modo enriquecedor aprofundam tais discussões. Na complexidade desse assunto, De Barbieri (1992, p.118) destaca como necessária a compreensão do conceito de sexualidade que se expressa como sendo "el conjunto de las maneras muy diversas en que las personas se relacionan como seres sexuados com otros seres también sexuados en intercambios que, como todo lo humano, son acciones y prácticas cargados de sentido".

A partir dessa conceituação, a compreensão de gênero como eixo norteador deste estudo, torna-se mais complexa, pois faz-se necessário identificar o que está além dos relacionamentos sexuais, isto é práticas, símbolos, representações, valores, normas coletivas, o que se expressa nas mulheres e nos homens de uma sociedade, bem como o tempo histórico que os representa.

Assim o plano religioso católico, pelo viés dos documentos (já citados), é o *locus* de observação dessas questões, pois pretende-se averiguar através deles a forma como vêm sendo tratados os relacionamentos sociais dos sexos. A saber, são essas formas que definem ou até moldam as realidades familiares.

A articulação das construções sociais e das etapas da vida também é elemento importante que contribui com um maior aprofundamento no estudo de gênero. De Barbieri (1992, p.119) ilustra, dizendo:

Las etapas previas permiten averiguar como se moldean niñas y niños para aceptar y ejercer la desigualdad y las jerarquías en función del género (...). Las etapas posteriores pueden mostrar el mantenimiento o desdibujamientos variados de las distancias y jerarquias y la disminución de la intensidad y fuerza de las normatividades respectivas.

Essa ilustração adquire maior destaque quando a Igreja, frente à discussão de igualdade entre os direitos e dignidades do homem e da mulher, como bem de todos: família, Igreja, sociedade, através do documento *Familiaris consortio* (1994, p.28) ressalta:

É evidente, porém, que isto não significa para a mulher a renúncia à sua feminilidade nem a imitação do caráter masculino, mas a plenitude da verdadeira humanidade feminina, tal como se deve exprimir no seu agir, quer na família quer fora dela, sem contudo esquecer, neste campo, a variedade dos costumes e das culturas.

Na verdade, para uma análise do sistema de gênero, deve-se incluir minuciosamente fatores bem peculiares que contribuam para sua redefinição.

Dentre alguns fatores De Barbieri (1992, p. 120) inclui:

Las relaciones entre unidades domésticas y entre parientes de fuera del grupo doméstico. (...) Las diversidades y particularidades regionales y locales; analisis de clase (...), de estratificación social¹⁵. (...) del contexto étnico cultural (...) las relaciones varón-mujer, varón-varón y mujer-mujer entre personas de razas etnias y culturas distintas.

15 De Barbieri faz a distinção entre análise de classe e de estratificação, “El primero busca comprender y explicar un conflicto, el segundo sólo describe situaciones desiguales (1992, p.120).

Das várias e específicas indicações metodológicas, sugeridas por De Barbieri (1992) para ampliar a discussão de gênero, ressalta-se o espaço de trabalho doméstico, o mercado de trabalho e outras esferas de sociabilidade. Perspectiva que também a Igreja católica, através do documento *Familiaris consortio* (1994), coloca como o foco destas análises. O conteúdo desse documento dá uma visibilidade à discussão de gênero, na forma como ela se constitui no espaço religioso.

Também pode se elencar como possibilidades para essa discussão a divisão social do trabalho, que é colocada como um espaço essencial de análise do sistema de gênero como consequência de relação de poder, de controle dos homens sobre a capacidade reprodutiva das mulheres e do acesso sexual (submetimento do corpo feminino).

Mas a autora chama a atenção para que não se considerem apenas esses espaços como referência de discussão em relação à subordinação-dominação entre os gêneros, ele é um entre outros, porque não é esse modelo em si que define a diferença sexual.

O sistema de gênero, ao ser discutido sob a dimensão do sistema de poder, exige uma maior compreensão da forma como ele se estrutura e se exerce, no espaço social. E isso é reforçado por De Barbieri (1992, p.122):

*es necesario dirigir la mirada a las definiciones de persona y de ciudadanía em tanto sujetos de derechos y reponsabilidades, a las formas y contenidos de la participación em la esfera pública el Estado el sistema político (y partidos) y a la cultura política.*¹⁶

¹⁶ De Barbieri (1992, p.122) traz como nota a referência sobre os estudos sobre as mulheres e a distinção entre público e privado. “La primera predominio masculino y exclusión de las mujeres, la segunda definida

Nesse sentido, é interessante configurar essa discussão com os depoimentos das mulheres entrevistadas em relação ao que costumam ouvir sobre as mulheres chefes de família, pois esse falar e ouvir mostra em parte como essa realidade de gênero se reflete de modo tão fragmentado na sociedade:

Ouçó coisas que nem sempre são agradáveis, pois a mulher sozinha muitas vezes não pode ter amizade com homens, as pessoas pensam coisas ruins, há muita cobrança. Valentina (categoria A)

Particularmente ouço coisas boas, elogios e valorização. Porém, pulo para dar conta do recado, não tenho ajuda de ninguém, sinto bem em ouvir coisas boas. Anita (categoria B)

Das mulheres dessa realidade ouço lamentações, os outros falam que tem pena de nosso sofrimento. Alda (categoria C)

Às vezes ouço coisas até boas, às vezes não. Sinto incomodada com as coisas ruins, porque a gente se sente humilhada, afinal não temos culpa disso. Vanice (categoria C)

(...) das outras pessoas ouço coisas de cobrança, pois ninguém consegue perceber que a situação de chefe de família é consequência de uma série de fatores: maus tratos do marido, descuido dos filhos, falta de respeito e outros, ninguém percebe que não devemos viver infeliz e explorado. Meire (categoria B)

Por outro lado, olhando pelo conjunto das idéias expressas em cada categoria, percebe-se que a leitura que elas fazem da própria sociedade, muitas vezes, é feita com uma visão imbricada de sentimentos que elas têm da sua própria realidade de vida.

Observa-se que as mulheres entrevistadas da categoria A, em sua maioria, dizem que *“apesar de escutar muita coisa boa e de perceber que hoje há uma mentalidade de maior aceitação, deparam-se com a falta de confiança entre as próprias mulheres”*; as mulheres da categoria B declararam que *“só*

como el ámbito de lo femenino. Pero esta representación social dicotómica está hoy muy cuestionada y requiere de ser superada” (Véanse Pateman, 1988; De Barbieri, 1991)

ouvem coisas ruins, tanto por parte dos homens quanto por parte das mulheres”; pouquíssimas disseram ouvir palavras de ânimo, força, coragem e elogios. Diferentemente das mulheres da categoria C, que dizem que *“ouvem coisas boas, quando demonstram que agem corretamente (ex. educam bem os filhos), e opiniões piedosas por entenderem que esse tipo de vida não é fácil”*.

A discussão sobre as mulheres chefes de família em relação à sociedade abrange caminhos de muitas exigências. Mas, sob a ótica de gênero, isso favorece para uma melhor compreensão das diferenças e das relações de poder engendradas na sociedade e permite trazer novas discussões sobre os sujeitos que até então se encontram excluídos. Os depoimentos expressos nos entretextos das falas das mulheres entrevistadas foram reveladores de sinais desses sentimentos.

2.3 - “Antes só que mal-acompanhadas”

A história social dos homens e das mulheres tem sido marcada pelos papéis sociais. Não é nenhuma novidade dizer, conforme expressa nossa cultura, que os vínculos por eles estabelecidos se caracterizaram muitas vezes pela relação de poder. Nesse sentido a configuração dessa realidade coloca em evidência a figura masculina em detrimento da figura feminina, sendo esta última em função da primeira quase sempre resguardada aos espaços de exclusão e marginalização. Essa realidade tornou-se ainda mais duradoura e arraigada devido à forte concepção da sociedade burguesa, que por sua vez tem por predominância o patriarcalismo, cuja principal definição, segundo Machado (2000, p. 67), “passa pelo poder decisório dos homens em quase todas as

instâncias sociais. Às mulheres foi delegado o papel de educadoras, domésticas e, mesmo quando trabalhadoras, submissas aos homens, sendo vistas mais como auxiliares que produtoras”.

O fator religioso também exerceu forte influência na prevalência dessa mentalidade, e, julgando-o como objeto de suma importância para este referencial, sinto-me impelida a buscar as contribuições de Geertz (1989), pois a análise desse autor sobre a interpretação das culturas¹⁷, em específico a cultura religiosa, mediante aos sistemas simbólicos que as influenciam, possibilita uma melhor compreensão. Esse referido autor, ao tratar a religião como sistema cultural, define-a como aquela que traz em si um arcabouço de concepções, símbolos e significados que determinam a vida dos indivíduos. Ou ainda, que fornecem um diagrama em termos de influência nos seus comportamentos, idéias e atitudes. No caso específico deste estudo, a cultura religiosa em questão é o catolicismo oficial.

Mas, a sociedade é marcada por certas “descontinuidades”¹⁸, e estas, conforme nos aponta Giddens (1991), tanto no plano *extencional* quanto *intencional*, vieram alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.

Para tanto, não se pode deixar, frente a isso, de assinalar as manifestações, inclusive feministas, que de certo modo reagiram a essas

¹⁷ Geertz (1989, p. 103), ao tratar da interpretação de culturas, sugere de antemão o conceito de cultura: “Denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

¹⁸ Ver em Giddens, 1991, p. 13 – 16

concepções patriarcais, oriundas tanto da mentalidade burguesa que permeia a sociedade, quanto da própria cultura religiosa, aqui definida como católica. Por outro lado, outras manifestações de insatisfações provocaram novas possibilidades de relações entre homem e mulher.

De certa forma, com a dinamicidade social e, conseqüentemente, com a instauração de uma nova cultura, maior flexibilidade pode haver quanto à leitura do sistema cultural religioso. Com a interpretação desse sistema cultural religioso, apontada por Geertz (1989), a religião é compreendida como sistema cultural que, com os símbolos sagrados sintetizam o ethos de um povo e irá representar, de certa forma, um tipo de vida ideal, demarcando uma visão de mundo. Nessa perspectiva, pode ser entendido o discurso da Igreja Católica, que através do documento *Familiaris consortio* (1994, p.13) descreve:

Deus criou o homem à imagem e semelhança: chamando-o à existência por amor, chamou-o ao mesmo tempo ao amor. Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação, e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. O amor é, portanto, a fundamental e originária vocação do ser humano.

Percebe-se que a religião tem uma função ampla e eficaz na vida das pessoas que a buscam, pois ela “ajusta as ações humanas a uma ordem cósmica imaginada e projeta imagens da ordem cósmica no plano da experiência humana”.

O *Familiaris consortio* (1994, p. 13) confirma:

A revelação Cristã conhece dois modos específicos de realizar a vocação da pessoa humana na sua totalidade ao amor: o Matrimônio e a virgindade. Quer um quer outro, na sua respectiva forma própria, são uma concretização da verdade mais profunda do homem, do seu ‘ser à imagem de Deus.

O que se observa é que, diante desse efeito social, as discussões em gênero ultrapassaram as emergentes concepções e as rígidas fronteiras do sistema simbólico religioso e tornaram-se relevantes para a compreensão dos vários e diversos aspectos presentes na vida dos homens e das mulheres. Nesse sentido, vale lembrar Machado (2000, p. 67), que complementa dizendo que essas relações: “são muito mais amplas, uma vez que os desdobramentos dos vínculos, conflitos e ou resistências que as perpassam vêm assumindo significados diferenciados, dependendo da sociedade que os reelabora”.

No caso da realidade familiar que tem a mulher como chefe, os papéis sociais por ela assumidos têm passado por um estado de reelaboração, e esses, na maioria das vezes, têm-se apresentado de modo bem diferenciado de antes.

Alguns depoimentos das mulheres chefes de família ilustram:

Sozinha, assumindo a família, sinto até melhor, pois faço o que quero sem ninguém me dar palpite. Busco sempre ter certezas no que faço, raramente erro. E quando erro não tenho que ficar dando satisfação, apenas refaço. sinto que tenho mais autonomia. Marido só serve pra cobrar e brigar. Denise (categoria A)

Acho bom assumir a vida da família sozinha porque com minha responsabilidade cumpro bem o meu papel, sei quando está bom ou ruim. Com o marido muitas vezes é complicado, pois ele, além de ser muito exigente com a mulher, nem sempre fica satisfeito com o que ela faz. Valentina (Categoria A)

A mulher, ao se ver sozinha frente à totalidade da família e ao mesmo tempo ocupando um lugar neste espaço que outrora fora-lhe negado, já começa a reagir com sinais de recusa ante às normatizações que lhes foram impostas. Haja vista as conseqüentes rupturas do modelo familiar sacralizado, bem como as normas, regras e condutas idealizadas por uma concepção androcêntrica. Isto se registra com os depoimentos que dizem:

A mulher sozinha vive bem melhor, pois ela utiliza tanto o coração quanto a cabeça para enfrentar as situações do dia-a-dia e o homem só é cabeça e isso é muito pouco para tantas coisas. Carla (categoria A)

Ao assumir sozinha a mulher ganha mais liberdade, adquire mais experiência, começa a assumir coisas que antes era assumido só pelo homem, inclusive estudar. Pois, antes eu só cuidava dos filhos e do marido, hoje é possível pensar em mim. Diva (categoria A)

O que se nota, ainda em função dessa referente concepção, é que mais do que o homem, a mulher sozinha carrega fortes discriminações e preconceitos. Estando desamarradas dos laços sagrados do casamento (separadas legalmente ou não), ou sem sequer ter feito parte dele (mães solteiras), colocam em risco a sua imagem de boa mulher, boa mãe e boa esposa. E isso também acaba sendo colocado como risco para a própria sociedade. Em algumas falas percebe-se a permanência de alguns traços dessa concepção:

Assumir a vida sozinha não é fácil, é muito pesado, tanto emocionalmente quanto financeiramente. Por mais que essa realidade de mulher sozinha tem aumentado, a sociedade parece não estar interessada nisso, pois ela cobra muito, seja no trabalho fora de casa, como no lar junto com os filhos. Há muita exigência para a mulher, pois esta não pode sair da linha, que já é motivo para ficar mal-falada. Para o homem tudo parece ser considerado normal. Ana (categoria C)

Assumir sozinha o papel de homem e de mulher, ou melhor, de pai e mãe não é brincado, eu estou muito cansada disso, mas fazer o quê? A vida é assim mesmo. Anita (categoria B)

Eu me sinto o homem e a mulher da casa, isso é muito pesado e exige responsabilidade dobrada. Tenho que administrar tudo, casa, trabalho, filhos (...). Felícia (categoria B)

Sob a influência da categoria de gênero, que trata com suspeita os diferentes papéis sociais do homem e da mulher e das relações de poder engendrados na sociedade, suscitaram-se novos olhares e novas discussões sobre os sujeitos excluídos da história ou incluídos nesta inadequadamente. Tornaram-se visíveis realidades até então desconsideradas pelas suas diferenças, ou ainda, pelas incoerências com o sistema cultural vigente.

Alguns depoimentos já trazem essas expressões:

A mulher assumir a vida familiar sozinha tem tido oportunidade de mostrar sua competência, até para si mesma. Ela dá conta muito bem de cumprir seu papel. Com sua força e sua coragem tem demonstrado que está bem. Carmem (categoria A)

Sozinha a gente tem demonstrado e provado que damos conta de cumprir bem nossos compromissos. Quando assumimos eles até o fim, e que vemos a vitória acontecer é muito bom e gratificante. Luciana (categoria A)

Por mais que de um lado se faz interessante considerar tais expressões, por outro deve haver a reflexão da função da religião que, essencialmente atua de modo contrário a elas. Vale considerar a ressonância da função da religião para a sociedade que emergentemente tem-se impulsionado para uma cultura diferenciada. Geertz (1989), nessa interpretação da função da religião, destaca que ela se dá pela formulação de conceitos de uma ordem da existência, que se tornam decisivos na visão de mundo dos crentes, nas idéias gerais de ordem e na reafirmação moral. Esse conceito reforça-se pelos discursos do *Familiaris consortio* (1994, p. 17) que diz: “Segundo o desígnio de Deus, o matrimônio é o fundamento da mais ampla comunidade da família, pois que o próprio instituto do matrimônio e o amor conjugal se ordenam à procriação e educação da prole, na qual encontram a sua coroação”.

Pelo visto, esse conceito, fundamentalmente tende a ser ampliado com essa discussão. Pois, ao que tudo indica, o próprio conteúdo religioso que é direcionado às famílias deve tomar formas diferenciadas para assim adaptar-se às novas exigências.

De certa forma, essa reduzida consideração por parte do sistema cultural religioso, marcada aqui pelo catolicismo, dá uma sustentabilidade maior a tal

conceito, reforçando as formulações doutrinárias. Estas, apesar de servirem para muitos como orientações de vida, apresentam-se desconexas com os sentimentos de grande parte das mulheres chefes de famílias aqui entrevistadas.

A saber, uma nova cultura vem emergindo e de modo subjetivo vem iluminando as realidades humanas, de modo específico, a realidade das mulheres caracterizadas como chefes de famílias. Isso se torna mais real e concreto quando os sentimentos dessas mulheres, definidos pela liberdade e pela autonomia, frente aos desafios existentes, se explicitam pela idéia do *antes sós que mal-acompanhadas*. Esses sentimentos se realçam com as falas de Rute (categoria A): *“sozinha assumindo a família dá uma sensação de liberdade, para tudo, inclusive para tomar decisões, até para errar a gente se sente segura, pode até ser que tenha algumas desvantagens, mas são superadas aos poucos”* e de Bela (categoria C):

tenho orgulho de falar que a vida da minha família é conduzida só por mim, pois, não dependo de homem para viver, minha coragem e meu esforço me ajuda muito, aliás nunca achei homem que me ajudasse, ao contrário em alguns casos queria a minha ajuda.

Esse provérbio popular¹⁹ *antes sós que mal acompanhadas* em seu sentido literal, visa sobretudo atuar como advertência ou mesmo instruir e até ameaçar as mulheres que ousam insistir numa convivência que não lhe faz bem, ou mesmo que não traz estabilidade para a vida da família, ou ainda que

¹⁹ Provérbio popular, resultado de uma experiência, que acompanha o homem comunitário. (...) são recados para os homens (...) tinha como alvo a moralização dos costumes, indicando (...) os caminhos a trilhar, a fim de que futuramente honrassem as tradições (...). Enfim, visavam a policiar os comportamentos de tal maneira que não escorregasse para fora dos limites impostos pelas prescrições vigentes. Cf. Fiorio, 1995. *Quem conta um conto...Metáfora Rural de provérbios em língua portuguesa.*

apresenta atitudes de desrespeito. Isso se registra pela fala de Eliza (categoria C):

Para a mulher assumir a vida sozinha, não é nada fácil, mas esta vem conseguindo vencer. Eu com a fé que tenho, com minha força de vontade e equilíbrio tenho conseguido viver em paz e até melhor com minhas filhas. Com o marido nossa vida era um terror, ele era alcoólatra e com isso destruía nossa alegria e sossego.

Sob forma de denúncia, o sentimento de descontentamento por uma vida sem qualidade tem sido manifestado, pelo menos em parte, por essas mulheres chefes de famílias, aqui entrevistadas. Mas nem por isso deixam de se posicionar de modo firme dizendo que sozinhas estão dando continuidade a vida familiar. Isso pode ser visto pela declaração de Bárbara (categoria B):

Estar sozinha assumindo minha família, de certo modo foi uma oportunidade de mostrar, inclusive para meu ex-marido, que tenho força de vontade, coragem e esforço suficientes para lutar e viver bem. Eu me acho valente e guerreira e isso é também declarado por todos que me conhecem.

Têm sido poucas as suas expectativas ou praticamente nenhuma em relação à companhia do homem para compartilhar a vida familiar. Eliana (categoria B) ilustra: *“Vejo vantagem em estar só assumindo a família, pois as dificuldades a serem enfrentadas, e sobretudo resolvidas, acabam sendo somente suas. Afinal nem sempre estar com um homem significa companheirismo”*.

Observa-se que, na proximidade com essa realidade de família chefiada por mulheres, cada vez mais, o modelo ideal de família soma-se aos modelos diferenciados.

Uma vez estabelecido que se encontra presente entre as mulheres que chefiam a família a declaração *antes só que mal-acompanhadas*, as orientações

da Igreja católica sobre família/matrimônio, conforme expõe o *Familiaris consortio* (1994, p. 14), merecem ser analisadas:

a instituição matrimonial não é uma ingerência indevida da sociedade ou da autoridade, nem a imposição extrínseca de uma forma, mas uma exigência interior do pacto de amor conjugal que publicamente se afirma como único e exclusivo, para que seja vivida assim a plena fidelidade ao desígnio de Deus Criador.

Percebe-se que elas se apresentam dicotomizadas e fragmentadas, pois apenas parte das realidades familiares, o que não pode mais se configurar como maioria, se vê coerente com elas.

Na interpretação de Geertz (1989), a influência da cultura religiosa é ressaltada como a que torna os indivíduos dependentes desse sistema na formulação de conceitos (de uma ordem de existência) que se tornam decisivos na visão de mundo dos crentes, nas idéias gerais de ordem e na reafirmação moral. Embora essa forte característica seja predominante no catolicismo, não parece coincidir com os sentimentos da maioria dessas mulheres entrevistadas, que demonstra estar sozinhas, lidando com os desafios, mas dando continuidade à sua vida familiar.

Outro aspecto a ser considerado nessa discussão, e que Geertz enfatiza com autoridade, são os símbolos religiosos, pois nesses, segundo sua análise, há uma garantia cósmica, não só para que se compreenda o mundo, mas também para que, ao compreendê-lo, o indivíduo compreenda os seus próprios sentimentos e defina melhor suas emoções, que lhe permitirão suportá-los. Como resposta religiosa, essa idéia Geertz (1989, p.124) descreve que:

A formulação, por meio dos símbolos, de uma imagem de tal ordem genuína do mundo, que dará conta e até celebrará as ambigüidades percebidas, os enigmas e paradoxos da experiência humana. O esforço não é para negar o inegável (...) mas para negar que existam acontecimentos inexplicáveis, que a vida é insuportável e que a justiça é uma miragem (...). O que é importante, pelo menos para um homem religioso, é que se dê conta dessa evasiva, que ela não seja o resultado do fato de não existirem tais princípios, explicações ou formas, de que a vida é absurda e que não seja baldada a tentativa de dar um sentido à experiência moral, intelectual ou emocional.

Para a realidade dessas mulheres chefes de família, configuradas pelo sentimento de *antes só que mal-acompanhadas*, os símbolos religiosos não deixam de ter significados, o que ocorre é que eles passam a evocar efeitos diferenciados. A partir deles emerge um novo modo de compreender a organização da vida, de aceitá-la e até mesmo de suportá-la. Isso de fato coincide com a interpretação de Geertz. As orientações da cultura religiosa, aqui definidas pelo catolicismo oficial, nessa realidade das mulheres, não parecem funcionar como verdades absolutas, sobretudo pela forte idéia da constituição de família inscrita pelo *Familiaris consortio* (1994, p.23):

Cristo renova o desígnio primitivo que o Criador inscreveu no coração do homem e da mulher, e, na celebração do sacramento do matrimônio, oferece um 'coração novo': assim os cônjuges podem não só superar a 'dureza do coração', mas também e sobretudo compartilhar o amor pleno e definitivo de Cristo, nova e eterna Aliança feita carne. Assim como o Senhor Jesus é a 'testemunha fiel', é o 'sim' das promessas de Deus e, portanto, a realização suprema da fidelidade incondicional com que Deus ama o seu povo, da mesma forma os cônjuges cristãos são chamados a uma participação real na indissolubilidade irrevogável, que liga Cristo à Igreja, sua esposa, por Ele amada até o fim.

A força da experiência da realidade dessas mulheres, sobretudo de nova cultura, expressa no fato de conduzir sozinha a família, parece se apresentar de maneira mais evidente frente ao discurso cultural religioso.

A Igreja Católica, com sua função moral, mantém persistentemente a idéia de que a constituição da família se dá via matrimônio, que, por sua vez, se confirma pela indissolubilidade. Grande parte de seus discursos relacionados à família investe no reforço desta realidade sagrada.

Portanto, é possível perceber pela leitura de Geertz (1989) que também se encontra no catolicismo a idéia de que o sagrado não só encoraja a devoção como a exige; não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional. Essa forma expressiva do sagrado implica diretamente o alcance de uma orientação para a conduta humana.

A revelação de um modelo de vida, tanto em termos valorativos como existenciais, é abordada por Geertz por meio dos conceitos de “ethos” e de “visão” de mundo”. O primeiro se caracteriza como o caráter e a qualidade de vida, ou o estilo moral e estético em relação a si mesmo e ao seu mundo que a vida reflete; o segundo demarca-se como sendo o elaborador das coisas na simples realidade, ou o próprio conceito de si mesmo e da sociedade.

Esses dois aspectos chamam a atenção na discussão do autor, pois eles se apresentam como sendo o pano de fundo do sistema cultural religioso. A partir da fusão desses aspectos, que por um lado conservam valores e por outro estabelecem a ordem geral da existência, brota a idéia de uma conservação da provisão de significados gerais com os quais cada indivíduo se expressa, em sua sociedade, e faz sua interpretação, pela sua forma de pensar e agir.

Com esse sentimento de *antes só que mal-acompanhadas*, vem brotando um novo ethos e conseqüentemente uma nova visão de mundo, e isso não pode passar despercebidamente. O sistema religioso, aditivado por um

conjunto de símbolos sagrados, fornece aos indivíduos um modo de vida peculiar, com normas moral-estéticas e/ou éticas, e essa moralidade se exprime com aparência de um realismo simples, de uma sabedoria prática. Mas, de certa forma, é possível compreender que os indivíduos que ignoram essa maneira de vida proposta pela formulação dos símbolos são colocados como antiéticos, não costumeiros e estúpidos e às vezes até loucos.

A religião como instância integradora tende a fazer o encaixe entre o ethos e a visão de mundo, concebendo uma idéia de congruência entre eles de modo simples e fundamental, de forma que um complementa o outro, promovendo uma suposta realidade. A força da religião, ao apoiar os valores sociais, remete aos seus símbolos os significados e os valores que tonificam de forma coercitiva a sociedade em um tom de objetividade.

Contudo, por mais que a complexidade religiosa se expresse com tal objetividade e que defina veemente que o modelo familiar idealizado é o que está completo, é possível perceber, por grande parte das mulheres chefes de famílias, aqui entrevistadas, que, com todos os desafios, estar só representa um bem-estar.

Isso nos indica que a veracidade da família completa, proposta e imposta pelo catolicismo, não foi suficiente para conservar a existência de um modelo único. A saber, nas três categorias A, B e C, a grande revelação, por parte da maioria das mulheres, é que assumir a família sozinha, seja por opção ou por conseqüentes contingências, tem-lhes permitido experimentar o sentimento de liberdade e autonomia, demonstrado nesse *antes sós que mal-acompanhadas*.

Mas isso não significa dizer que, por tal experiência, a família ou mesmo o modelo tradicional tenha deixado de ter seu significado peculiar.

Os demais posicionamentos, que representam uma minoria, não declaram manifestar esse mesmo sentimento; ainda sustentam a idéia da impossibilidade de viverem felizes sozinhas. De certo modo elas apresentam, por uma razão ou outra, não ter superado a idéia de uma ruptura conjugal, tão instaurada em nossa cultura e sobretudo resistem a perceber o surgimento de uma nova cultura.

Esses sentimentos, aliados às práticas religiosas católicas, aqui consideradas como eixo deste estudo, abrem possibilidades para uma maior visibilidade também desta discussão. Assim, a “missa”, como um momento de “sentido” para as experiências da maioria dessas mulheres aqui entrevistadas, será uma dessas práticas a ser analisada.

2.4 – Missa: Um momento para a busca de sentido (?)

O campo religioso católico como oferta institucional propõe diversas formas de inserção dos fiéis, dentre elas destaca-se o cumprimento dos ritos por meio dos sacramentos, a vinculação pela tradição, que ajuda a resgatar os dogmas, a consciência moral e a vivência comunitária.

Ao se tratar de campo religioso e dessa discussão de oferta institucional, buscar-se-á apoio nas oportunas contribuições de Bourdieu que abrangem a função da religião e toda sua dimensão simbólica.

Para tanto, Bourdieu (1998, p.45-57) em sua análise diz que, com o seu conteúdo simbólico estruturado que funciona também como princípio de

estruturação, a religião constrói a experiência, ao mesmo tempo que a expressa. A religião legitima as questões tornando-as indiscutíveis graças ao efeito de consagração que realiza. Nesse ponto é interessante destacar a proposta de missão da família trazida pelo documento *Familiaris consortio* (1994, p.20), que retrata a idéia de que:

(...) segundo o plano de Deus , é constituída qual 'intima comunidade de vida e de amor', a família tem a missão de se tornar cada vez mais aquilo que é, ou seja, comunidade de vida e de amor, numa tensão que, como para cada realidade criada e redimida, encontrará a plenitude no Reino de Deus. ... Por isto , é-lhe confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação real do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja, sua esposa.

Ou seja, a religião, neste caso aqui representada pela Igreja Católica, cumpre funções sociais e políticas, através do ato de consagração dos valores, tornando-os sagrados. A saber, justifica as ações sociais como aquelas que devem ser realizadas conforme o modelo sagrado. Essa mensagem do documento católico, ao confiar à família essa missão de *guardar, revelar e comunicar o amor* eficazmente, cumpre esse ato de consagração, tornando tais valores imprescindíveis. E Bourdieu (1998) confirma essa leitura, ao dizer que essa função religiosa é desempenhada quando converte o ethos (modo de ser implícito) numa ética enquanto conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas. Outra parte do documento *Familiaris consortio* (1994, p.21) pode ser inserida nessa discussão por evidenciar os quatro deveres gerais da família, que se pautam em: “ 1. a formação de uma comunidade de pessoas; 2. o serviço à vida; 3. a participação no desenvolvimento da sociedade; 4. a participação na vida e na missão da Igreja”.

Tal função é esclarecida por Bourdieu (1998, p.46), ao definir que “a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário”. Desempenha essa função na medida em que fornece informação consistente, capaz de insistir na força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe. Dessa forma, assegura a legitimação de tudo que define socialmente este grupo ou esta classe.

Com esse olhar sob a função religiosa como força determinante que interfere na vida de quem a pratica, a proposta de análise fará um recorte nas abrangentes práticas religiosas e focalizará apenas uma dessas, no caso a missa. Haja vista que esta prática de modo específico vem, por sua vez, reforçar por excelência essa função religiosa.

A missa, como uma prática religiosa que sintetiza elementos que configuram, desde os aspectos sacramentais até os tradicionais, é aqui destacada, por ter sido bastante expressiva nos depoimentos de cada grupo de mulheres, a partir das categorias A, B e C.

Na categoria A, essa prática da missa, na maioria dos depoimentos foi demonstrada como uma experiência religiosa que, de certo modo, já fez parte das vidas das mulheres entrevistadas, pois uma grande parte dessas disse que não tem mais o tempo para freqüentar a Igreja, sobretudo a missa. Outras apresentaram -se desencantadas com essa prática:

já freqüentei muito tempo, depois da separação desencantei de tudo isso. Quando freqüentávamos era um casal (vinte), para os outro, mas os ensinamentos da Igreja de nada adiantaram (...). (Diva).

Antes até freqüentava e participava muito, hoje não vou nem nas missas, pois tenho pouco tempo. (Jesuína)

Já um número bem inexpressivo disse freqüentar de vez em quando, mas não apresenta nenhuma ênfase de envolvimento, é o caso de Denise: *“Praticamente quase não participo de Igreja, para mim para ter fé em Deus não precisa de Igreja”*.

Já na categoria B, as expressões em relação a essa prática se demonstram de modo bem diferenciado, pois a maioria das mulheres diz freqüentar efetivamente a missa e considera essa experiência religiosa como imprescindível para as suas vidas: *“sou católica, participo freqüentemente das missas, nos grupos de oração da renovação carismática, tenho uma participação efetiva, sou dizimista”* (Sílvia). Também uma pequena parcela diz que não está freqüentando por razões afins, mas que pretende voltar a freqüentar regularmente. É o caso de Anita: *“no momento não estou freqüentando, mas sei que tenho que participar inclusive tenho falado para meus filhos participarem, acho extremamente importante, é o caminho do bem”*. Ainda um número bem menor dessas mulheres apresentou uma participação mais envolvida com várias outras atividades da Igreja - trabalho pastoral e ministério da Eucaristia, inclusive a missa,

participei sempre da Igreja, sou ministra da Eucaristia, assumo efetivamente o trabalho da Igreja, sou envolvida com a pastoral familiar (apesar de lidar de modo mascarado com a família padrão) esse é nosso dever. (Celina)

Tenho uma participação constante, e sempre que precisa estou ajudando, coordenando atividades pastorais. (Bárbara).

As mulheres da categoria C, em relação a essa prática religiosa, têm um posicionamento que se aproxima das idéias expressas no grupo B. Para elas a missa é uma experiência que acompanha as suas histórias de vida familiar e se estende a toda família; é vista como um momento de bênçãos, por isso elas freqüentam de modo efetivo: *“sou católica, praticante, freqüento as missas semanalmente, não falto por nada, minha convivência é bem próxima, com isso sinto que Deus vai abençoando”*(Alda). Além dessa prática destacam as rezas, através das novenas,

Olhando para esse quadro, percebe-se que de uma forma ou de outra a prática religiosa, aqui focalizada pela missa, está presente de algum modo nas experiências de vida dessas mulheres entrevistadas. Estar freqüentando, para boa parte do grupo entrevistado, funciona como uma espécie de consagração.

Bourdieu (1998) descreve de forma clara como se dá esse ato de consagração. Para esse autor, ele só consegue atuar com objetividade ou produzir seu efeito porque, enquanto estrutura estruturante, produz o desconhecimento dos limites do conhecimento impostos por um tipo determinado de condições materiais de existência. Dessa forma ocorre a adesão imediata, sob a modalidade da crença, ao mundo da tradição. Este é vivido como natural, que não é questionado por falta de conhecimento sobre a possibilidade de questioná-lo. Ou seja, pelo seu efeito de consagração, a religião faz da necessidade uma virtude, torna fácil e feliz o que é inevitável, faz da necessidade uma razão ao “transformar as barreiras sociais que definem o impensável em limites lógicos, eternos e necessários” (p.47). O conteúdo da mensagem do

Familiaris consortio (1994, p.24) pode ser citado como um exemplo nessa discussão, pois afirma que:

A família Cristã é, portanto, chamada a fazer a experiência de uma comunhão nova e original, que confirma e aperfeiçoa a comunhão natural e humana. (...) O espírito Santo, que se infunde na celebração dos sacramentos, é a raiz viva e o alimento inexaurível da comunhão sobrenatural que estreita e vincula os crentes com Cristo, na unidade da Igreja de Deus. Uma revelação e atuação específica da comunhão eclesial é constituída pela família cristã que também, por isto, se pode e deve chamar "Igreja doméstica.

Frente a essa função da religião enquanto função social e política, Bourdieu (1998) declara que esse efeito de consagração tem seu modo de agir e atuar conforme a classe social e de acordo com os interesses, as práticas e crenças religiosas que estas referidas classes apresentam. O conteúdo religioso, ao mesmo tempo que afirma a força material e simbólica, legitima uma posição determinada na estrutura social, tanto de um tipo de grupo, quanto de outro.

As representações do pensamento oriundas da problemática religiosa só se tornarão objetivas ao produzirem o desconhecimento dos limites do conhecimento, o que provocará naturalização das realidades sociais (representação construída) e do arbitrário da problemática que produz um verdadeiro sistema de questões que não são questionadas.

Nesse aspecto vale analisar os sentimentos que vão sendo constituídos com o conteúdo religioso expresso pela prática da missa na vida dessas mulheres.

Observa-se que, no grupo A, o sentimento revelado é de que, em determinado tempo da vida, freqüentar a missa tinha um significado que parecia coincidir com a forma de vida dessas mulheres, isto é, da vida com seus

companheiros (independente da freqüência dos companheiros). Dilma ilustra esse sentimento: *“hoje posso dizer que minha participação é bem pequena, e não vamos à missa mais freqüentemente”*. A partir do momento em que elas se vêm sozinhas assumindo a vida familiar, “naturalmente” se distanciam da Igreja, ou seja da missa. Isso parece ser algo tão simples e extremamente normal, mas sinaliza uma certa incoerência entre o discurso da missa e o modo de vida familiar, ao qual estão submetidas essas mulheres. Na fala de Carla isso reaparece: *“acho importante freqüentar a Igreja, principalmente as missas para ajudar a educar melhor os filhos, mas estou afastada desde que me separei e também não tive mais tempo”*.

Essas mulheres, enquanto maioria nessa categoria, trazem uma novidade diante desse sentimento, pois as contingências da vida, marcadas pela luta e pela busca de sobrevivência, fizeram-nas distanciar de uma prática religiosa, outrora vivenciada pela prática da missa. Isso parece reforçar, ainda mais, a idéia da desconexão entre a oferta religiosa e a realidade de vida dessas mulheres chefes de família. Rosa destaca isso com sua fala: *“Participei durante um bom tempo, minha participação foi mais efetiva quando os filhos eram pequenos, quando ainda estava com meu esposo, depois as coisas mudaram e hoje estou afastada”*.

A missa, nesse foco de análise, deve ser associada à categoria dos ritos, pois esses têm uma natureza específica que se movimenta pelas e nas coisas sagradas, através de uma divindade, e consistem num instrumento de ação do qual se esperam resultados.

A compreensão institucional da missa, na categoria do rito, pode ser definida também como um fenômeno social. A missa em seu conjunto, inclusive com suas preces, leva a marca da Igreja organizadora do dogma e do rito e demonstra que o caráter social da religião, no caso a católica, está explícito nesse sistema orgânico, de práticas coletivas e de relação com os seres sagrados. Em relação à família, o modelo ideal assume esse caráter sagrado e isso é confirmado nas missas e nos rituais.

A dimensão social e moral abrange esse fenômeno em toda a sua complexidade nos atos de consagração, nos discursos sagrados, na oração mental (entrega de espírito), nas idéias e nos sentimentos.

A missa é um ato social em sua forma e não existe fora de um ritual. O seu conteúdo apresenta um discurso ritual aditivado de uma sociedade religiosa. E essa concomitância cria nos indivíduos uma identidade, um discurso e ações que não lhes são próprios, mas coercitivamente atribuídos pela dogmática da igreja, pelos representantes dos ritos (especialistas) e pelas formas jurídicas e morais. Porém, com seu conteúdo estruturante, principalmente, quanto à família, diante dos dados emitidos pelas entrevistas, percebe-se, quão distante está da realidade das famílias existentes, no caso aqui das chefiadas por mulheres.

O caráter revelador das formas que a sociedade impõe é bastante visível nos rituais da missa que por sua vez tem um papel social preponderante e atinge toda a esfera da vida social, principalmente quanto à organização da família na consolidação das alianças (casamento); na ordem judiciária, com o sermão; na moral pela confissão, a prece expiatória, a culpa; nos âmbito econômicos, nos fatores de produção e na reprodução da espécie.

A função dos ritos é de colocar em movimento os poderes, que contribuem para dar qualidade nova ao que é declarado, desejado, consagrado para afetar o que não é sagrado (profano), e a missa é o espaço de atuação dos seres sagrados. É a partir dessa compreensão que essa discussão se expressa em forma de questionamento – Missa: um momento para a busca de sentido (?), pois o (não) envolvimento das mulheres nesse ritual emite qual sentido?

Dada essa caracterização, mediante os depoimentos das mulheres entrevistadas, supõe-se que o não freqüentar as missas pode expressar um sentimento de anomia social ou até mesmo fortalecer esse sentimento, uma vez que se sentem fora das proposições da instituição, que afirma:

É dever da Igreja reafirmar vigorosamente (...) a doutrina da indissolubilidade do matrimônio: a quantos, nos nossos dias, consideram difícil ou mesmo impossível ligar-se a uma pessoa por toda vida e a quantos, subvertidos por uma cultura que rejeita a indissolubilidade matrimonial e que ridiculariza abertamente o empenho de fidelidade dos esposos, é necessário reafirmar o alegre anúncio da forma definitiva daquele amor conjugal, que tem em Jesus Cristo o fundamento e o vigor. (*Familiaris consortio*, 1994, p.23),

Considerando esse aspecto legitimador que exerce a função religiosa, Bourdieu (1998, p.48) afirma que, além disso, ela também cumpre funções sociais porque:

Os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada em suma, de existir como de fato existem, ou seja como todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes (...).

Dessa forma, Bourdieu (1998) ao afirmar que os leigos contam com a religião para justificar sua posição social, consegue ultrapassar as idéias

suscitadas por O’Dea (1969, p.13) que traz a declaração de que a religião se justifica porque:

O homem vive em condições de *incerteza*; (...) acontecimentos de significação crucial (...) *contingência*. (...) com relação ao conflito entre seus desejos e seu ambiente que se caracteriza pela *impotência*. Além disso, as sociedades vivem em condições de *escassez*.

Além do mais Bourdieu (1998, p. 51) destaca que: “o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social (...)”. Esse aspecto, sob a forma de família ideal, se reforça pelas idéias expressas no *Familiaris consortio* (1994, p. 24): “a comunhão conjugal constitui o fundamento sobre o qual se continua a edificar a mais ampla comunhão da família: dos pais e dos filhos, dos irmãos e das irmãs entre si, dos parentes e de outros familiares”.

Quanto às mulheres da categoria B, o sentimento destacado frente a essa discussão apresenta uma conotação diferenciada do da categoria A, pois há expressões mais veementes da prática religiosa como força legitimadora; colocam a missa como uma prática imprescindível para a vida: “*eu gosto muito da missa, freqüento assiduamente, acho bom ouvir a palavra de Deus, elas dão conforto e anima*”.(Meire) freqüentar a missa é uma forma de tornar suportável as exigências da vida, caracterizada pela condição e a mulher sozinha chefiar a família. Helena dá um destaque quanto a isso dizendo: “*participo semanalmente, busco orientações individuais e orientações comunitárias e isso me faz bem, quando quero desanimar*”.

Os discursos religiosos emitidos também através da missa atuam na vida dessas mulheres como reforço dos sentimentos da paciência, tolerância, humildade e compreensão, características “femininas”, que parecem restaurar as forças para suportarem cada dia. Isso muitas vezes também culpabiliza a mulher pela sua condição de estar sozinha, como se isso fosse uma consequência de sua “incapacidade” de ser feminina, de desempenhar seu papel. Converte-a, então, para um redobrar de esforços, entre o trabalho e a prática religiosa, tornando-a à apática a de todas as outras esferas da vida.

Na categoria C, diante da prática religiosa por meio da missa, o sentimento expresso é de fidelidade, pois associado à idéia de apoio, freqüentar a missa é algo salutar para as suas vidas. Frente a isso Lucy declara: *“freqüento todo domingo, lá eu choro, apesar de não dividir nada com ninguém, porque ninguém vai resolver os problemas da gente, eu volto mais aliviada e consigo ter ânimo”*. É vista, por via de seu discurso e de suas práticas, como um momento da revelação de Deus, que norteia e direciona o modo como a vida deve de fato acontecer; ao mesmo tempo, reforça a desaprovação de Deus, quanto à condição de família incompleta. Pela mensagem do *Familiaris consortio* (1994, p. 23) essa idéia se reforça:

O dom do sacramento é, ao mesmo tempo, vocação e dever dos esposos cristãos, para que permaneçam fiéis um ao outro para sempre, para além de todas as provas e dificuldades, em generosa obediência à santa vontade do Senhor: ‘O que Deus uniu, não o separe o homem’.

Mesmo que esse discurso sobre família não venha coincidir com o modo de vida das mulheres (sozinhas) dessa categoria, conforme aponta grande parte dos depoimentos, que dizem que as atividades da Igreja em relação à família

estão voltados para os casais, isto é, a família padrão, freqüentar a missa ainda é uma forma de “garantir a graça de Deus”. Cada bênção é uma forma de reparação, e o sacerdote é a liderança espiritual que legitima esse sentimento e promove o efeito consagração. Ana afirma isso dizendo: *“Participo das missas sempre aos domingos, apesar de não ter muito tempo, mas sinto bem com o apoio espiritual que o padre dá, faz bem para mim”*.

Dessa forma, o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimar as propriedades vinculadas a um tipo determinado de condições de existência (aquilo que se tem) e a posição na estrutura social (o lugar que ocupa). As funções sociais que a religião desempenha em favor de um grupo se diferenciam conforme a posição que esse grupo ou classe ocupa tanto na própria estrutura das relações de classe (dominantes e dominados) como na divisão do trabalho religioso.

Mas frente a essa demanda significativa e crescente de famílias chefiadas por mulheres, as funções sociais religiosas, no âmbito católico, estão-se mostrando bem lentas, pois o que se percebe é uma forte resistência em aceitar os modelos diferentes de famílias que substancialmente trazem uma estrutura diferenciada. Pelo consistente conteúdo dos documentos católicos que se referem à família isso é bem evidenciado.

Percebe-se que a missa, enquanto uma das práticas legitimadoras do campo religioso, tem sua função importante dentro desse campo; traz como conteúdo simbólico uma idéia de família perfeita que se caracteriza pelo modelo padrão, convencionalmente incorporado pelas representações sociais.

Assim, para esse grupo maior de mulheres, oriundos das categorias B e C, conforme expressam os depoimentos, assumir de modo imprescindível essa prática religiosa (missa) representa uma busca de um sentido, ao mesmo tempo que é uma forma de reparação desse modelo de família incompleta com a qual se apresenta. A freqüência à missa atua numa espécie de reforço à idéia de que estar sozinho (a) é algo que não foi feito para o homem (e a mulher) e é nisso que consiste o pensamento das mulheres das categorias B e C.

O documento *Familiaris consortio* (1994, p.21) reforça esse pensamento, ao dizer que: “O homem não pode viver sem amor. Ele permanece para si próprio um ser incompreensível e a sua vida é destituída de sentido, se não lhe for revelado o amor, se ele não se encontra com o amor, se não o experimenta e se não o torna algo próprio, se nele não participa vivamente”.

Diante dessa discussão, é interessante compreender a lógica da consagração, pois ela se exerce pelas “sanções santificantes”, que convertem em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas. Também manipulam simbolicamente as aspirações dos indivíduos ou grupos, ajustando as expectativas de vida aos objetivos possíveis de serem atingidos. Outro meio de se exercer o efeito consagração é pela inculcação ideológica de um sistema de práticas e representações consagradas que reproduz, de modo transfigurado, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes, fazendo com que haja um desconhecimento.

Quanto às mulheres representadas na categoria A, estar distanciada das práticas religiosas, a saber, da missa, não significa declaradamente que tal prática não tenha sentido para sua realidade. Mas, anuncia que o conteúdo

religioso por ela expressado não se apresenta estendido às suas realidades de vida, no caso do modelo familiar cuja mulher é a liderança. A maioria dos comentários dessas mulheres, em relação ao espaço que a Igreja Católica proporciona para discutir sobre família, apresenta a idéia de que a preocupação verdadeira é com casais e com os filhos.

O campo religioso católico, com seu propósito educativo sob a perspectiva de julgamento e discernimento, estimula seus fiéis para torná-los aptos para uma realização que coincida com os desígnios de Deus. A partir do princípio de que “nossa época tem necessidades de sabedoria”, conforme expressa o *Familiaris consortio* (1994), acaba por seu efeito consagração reforçando determinados modelos e excluindo outros. Além do mais, a sua declaração (p.11) é a seguinte: “(...) é só na fidelidade a esta aliança (**sabedoria divina**) que as famílias de hoje estarão em grau de influenciar positivamente na construção de um mundo justo e mais fraterno”. (grifo meu)

Em outras palavras, a missa, como uma prática religiosa que cotidianamente traz esse conteúdo em seus discursos, acaba por estruturar o propósito de cada vez menos emitir um sentido para a realidade de vida dessas mulheres que assumem sozinhas a família e que vêem nessa condição uma forma libertadora de suas opressões e insatisfações.

Todavia, enquanto conteúdo estruturante, acaba por legitimar o sentimento de insatisfação e irrealização da condição de mulheres sozinhas, que conduzem as famílias. Isso se configura nos sentimentos de grande parte dessas mulheres entrevistadas.

2.5 – Modelos familiares: Ideal sim! Real não!

A família nestas últimas décadas tem sido alvo de discussão por diversos segmentos sociais, devido às mudanças que vêm acontecendo, principalmente, quanto a sua forma de organização. Alguns estudos dirigidos a esse interesse vêm apontando para uma crise do modelo familiar padrão, isto é, ao que definimos como patriarcal²⁰. O depoimento de Diva (categoria A) reflete isso: *“A família tradicional é bonita de se vê, quando vive bem de verdade, mas como isso é uma raridade hoje em dia, não tenho esse encantamento. Quando casei pensei que era para sempre (...) hoje vejo a vida familiar bem diferente”*.

Para melhor ilustrar Machado (1996, p.117) destaca alguns fatores relevantes:

o crescimento da chefia feminina das famílias, a queda das taxas de fecundidade, o aumento do número de separações, o incremento do nível educacional das mulheres e sua maior participação em atividades remuneradas são freqüentemente apontados como expressão da redefinição dos papéis de gênero e do surgimento de novos arranjos familiares.

Mas, frente a esse conjunto de fatores, é interessante destacar que essas mudanças não têm sido uma situação freqüente em todas as dimensões sociais das famílias; em determinadas realidades isso não tem se manifestado com maior evidência. Aqui destacamos as famílias oriundas das camadas populares que trazem como liderança a mulher. Pois os depoimentos das mulheres entrevistadas, que são chefes de família, traduzem, embora confirmem essa seqüente “crise” do modelo padrão apontada pelos estudos, outra realidade de

20 Muraro e Boff (2000) trata essa discussão de modo mais ampliado, colocando-a sob o patamar da “crise global das instituições do patriarcado”, ver p.18.

vida: a maioria mora em periferia, está freqüentando a escola como alunas (1ª fase do ensino fundamental), exerce trabalhos domésticos, tem em sua companhia filhos menores e sozinhas assumem a vida da família.

Nesse cenário, à luz da pesquisa, aparecem as mulheres sozinhas (separadas ou não legalmente) que vêm enfrentando a vida familiar, com todas as suas perspectivas de cuidados e sobretudo de cumprimento das obrigações que foram deixadas e exigidas, para enfim superar os desafios que tal realidade apresenta. De certo modo isso abala a idéia do modelo pronto de família e traz à tona outras possíveis realidades existentes e até então abafadas por uma ideologia de desajustes e conflitos.

A partir dessa identificação, pode-se constatar a conseqüente bifurcação entre uma visão de mundo tipificada como hierárquica, androcêntrica e sexista – centrado no varão – e a que emerge de uma cultura de gênero, refletida pela novidade de um ethos familiar que traz a mulher como liderança (seja por contingências ou opção).

O conjunto de opiniões das mulheres chefes de famílias entrevistadas, configuradas pelas categorias A, B e C, frente a essa discussão demonstra-se bastante divergente. No grupo A as expressões são de que a família padrão, mesmo sendo destacada como referencial de família em nossa sociedade, não é vista por elas como um modelo encantador que chama atenção. A maioria delas a vê como uma realidade comum e até mesmo desgastada e a considera comum entre outras. Demonstra respeito a quem faz essa escolha ou mesmo insiste em permanecer nessa experiência, desde que esteja feliz de fato. Porém declara que

frente às suas realidades concretas e reais tem experimentado um novo jeito de ser família.

Algumas falas contribuem para visualizar melhor essa experiência:

O modelo tradicional de família é bom, mas não vejo diferença entre essa realidade com a que eu vivo. A família com as mulheres sozinhas parecem mais tranquilas em termos de diálogo e proximidade, pois elas se apresentam mais sábias e disponíveis para compreender os filhos. O segredo está em ter “cabeça” para agir corretamente, quanto à administração do dinheiro e a educação dos filhos, com isso geralmente não passam por dificuldades e conseguem viver muito bem. (Divina)

Acho o modelo tradicional de família bom, creio que tem pessoas que vivem felizes e em paz nessa condição, mas para mim é uma realidade que não chama a atenção estou bem desse jeito. (Jesuína)

Tanto a família tradicional como as demais tem seus desafios, por isso vejo como realidades iguais, cada uma busca seu ponto de equilíbrio para viver bem e tranquila. (Luciana)

No grupo B as opiniões aparecem carregadas de encantos para a realidade ideal de família, pois muitas falas evocam que esse é o modelo que dá uma estrutura verdadeira. Esse modelo simboliza união, que emite alegria e beleza, mas se apresenta cada vez mais raro em nosso meio. Mas de modo unânime, as mulheres desse grupo ressaltam que esse modelo só é interessante se de fato houver uma cumplicidade igualitária entre pai e mãe, ao contrário não faz muito sentido. Algumas falas expressam isso ao dizer:

A família tradicional é o modelo ideal, é muito bonito ver essa união, mas precisa ser feliz de verdade. (Lóide)

Acho importante e necessário ter lar completo, com pais e filhos juntos e unidos, aliás a família completa dá estrutura e equilíbrio para os filhos e isso é fundamental. (Bárbara)

A família que tem o pai por perto convivendo com a mãe é bem mais feliz, pois quando se tem presente na família apenas a mãe há sempre a sensação do incompleto e isso provoca tristeza e solidão. (Waldete)

O grupo C pauta suas opiniões sob dois aspectos. O primeiro diz que o modelo padrão/tradicional transmite confiança aos filhos, por compreender que

com o pai junto a autoridade e a moral são reforçadas. O segundo afirma que, sem sombra de dúvidas ele, é o modelo de família de verdade. Os outros modelos são realidades que estão fora do “prumo”, são desorganizadas e desajustadas. Para ilustrar essa idéia Alda diz: *“A família tradicional é ótima, é um modelo de verdade, sem ela as dificuldades dobram e o desafio é muito maior”*. E Bela reforça: *“Uma família de verdade é a que tem os pais juntos. E isso é uma coisa boa, pois os filhos crescem confiantes e felizes e sempre contam com os dois para ajudá-los em tudo”*. Neide traz um elemento relevante que soma a essas falas: *“Na verdade o viável é que se tenha uma família completa, mas creio que o compromisso dos parceiros em relação aos filhos é de suma importância e não deve deixar de lado”*.

Essa dualidade cultural da família, expressa pela sua clara pluralidade, incita-nos a ultrapassar a forte visão de mundo inspirada pelo modelo ideal, que por sua vez se baseia na moral familiar e se instaura pelas representações sociais, como se existisse um modelo único de família. De certo modo, isso impulsiona-nos a compreender os efeitos dessa concepção, que atua fortemente para negar e rejeitar as crescentes tendências familiares que se organizam de modo diferenciado, ou que trazem a mulher como liderança. Isso de fato vem confirmar a existência real de uma diversidade familiar e dá sentido a este estudo.

Nesse sentido, o foco religioso católico considerado neste estudo aparece como o elemento imprescindível para ajudar a visualizar melhor como tal concepção de família, a padrão se vê vigorada em nossa cultura. O documento

Familiaris consortio (1994, p. 37) confirma esse pensamento ao dizer que a Igreja como Mãe e Mestra,

nunca se cansa de convidar e de encorajar para que as eventuais dificuldades conjugais sejam resolvidas sem nunca falsificar e comprometer a verdade: ela está de fato convencida de que não pode existir verdadeira contradição entre a lei divina de transmitir a vida e a de favorecer o autêntico amor conjugal.

Essa declaração em favor da família, da forma como se expressa, é uma forma de dizer sim à família ideal e supostamente um não aos modelos que diferem deste, ou seja aos modelos reais. Indubitavelmente uma mostra de suas exigências de radicalidade e perfeição e dos valores ínsitos da norma moral.

Frente a isso, Peres (2001), em sua pesquisa sobre as concepções de família em população de periferia urbana, destaca que a família é como um sistema altamente complexo, que precisa ser olhado no sentido macrossociopolítico, mas, principalmente em seus aspectos psicológicos e ainda em suas múltiplas mediações.

O modelo de família – “pai, mãe, filhos” –, inspirado pela burguesia, não está presente em todas as camadas da população nem em todos os lugares. Pois, com o desfiar dos tempos, vêm disseminando-se modelos, cujas diferenças envolvem questões culturais, políticas, sócio-econômicas e emocionais, conforme o tempo e o espaço em que a família esteja inserida. No depoimento de Maria (categoria A) percebe-se a marca dessas diferenças: *“É muito bonito ver um casal envelhecer juntos e compartilhar as coisas da vida. Mas hoje em dia essa realidade considerada Ideal e unida não existe mais”*.

Dentro dessa ótica científico - psicológica, Peres (2001) propõe que haja um maior conhecimento sobre as famílias, referente às concepções que subjazem, com suas particularidades, suas diferentes formações e configurações e para a autora a periferia urbana é o *locus* de observação dessa realidade. Nesse espaço de várias realidades familiares, encontram-se situações de pais ausentes e mães assumindo sozinhas as responsabilidades de sobrevivência da família; uniões consensuais em que prevalece, como idéia de união, o arquétipo ideal de matrimônio/ família. Isso vem coincidir com as opiniões de Lucy (categoria C), que diz: *"A família tradicional é o modelo ideal (...) acho essa realidade linda e se pudesse teria uma família assim"*. E de Helena (categoria B), que declara: *"A família unida, com o pai e mãe juntos é que é família de verdade, só assim há felicidade completa"*.

Peres (2001) traz, a partir dessa realidade familiar pesquisada, as concepções dos pais e das mães sobre as famílias reais, que se configuram pelo modelo vivido e concreto com suas expectativas quanto à realização da família ideal, configurado pela união. Essa identificação das concepções trazidas por essa referida autora se ilustra com a fala de Sílvia (categoria B): *"A família tradicional é muito bonita e percebe que é uma realidade que minhas filhas gostariam de ter, e foi exatamente a que não tivemos"*.

De antemão os pais e as mães declaram que falar da família real "não é nada fácil", pois apontam que os conflitos e a desunião são freqüentes e parecem fazer parte de seu cotidiano, gerando a própria insatisfação dessa experiência. De certo modo os "problemas", associados também à falta de diálogo, união e respeito, despertam os sentimentos da não-realização da família, e isso induz as

expectativas para uma experiência ideal de família. O documento *Familiaris consortio* (1994, p.38) confirma isso dizendo:

Não há dúvida de que entre estas condições devem elencar-se a constância e a paciência, a humildade e a fortaleza de espírito, a filial confiança em Deus e na sua graça, o recurso freqüente à oração e aos sacramentos da Eucaristia e da reconciliação. Assim fortalecidos, os cônjuges cristãos poderão manter viva a consciência do influxo singular que a graça do sacramento do matrimônio exerce sobre todas as realidades da vida conjugal (...) o dom do Espírito, acolhido e correspondido pelos cônjuges, ajuda-os a viver (...) segundo o plano de Deus e como sinal do amor unitivo e fecundo de Cristo pela Igreja.

A família ideal é considerada por alguns pais e mães como aquela em que a desunião e o desrespeito não estão presentes entre seus membros. Segundo eles a falta desses valores, comuns nas experiências das famílias reais, têm implicado a não-realização da família enquanto modelo ideal. O depoimento de Helena (categoria B) retrata esses sentimentos:

Convivi dez anos como meu marido, morávamos no interior, quando casei pensei que era para sempre. (...) um belo dia peguei ele com outra, meu mundo caiu, me desesperei! Mas não quis ficar junto dele, senti que meu sonho acabou e minha vida desmoronada. A vida toda ele é que mandava, inclusive não deixava eu estudar nem trabalhar fora de casa, depois disso tudo cansei. Graças a Deus estou vencendo, já tive muitas oportunidades com outras pessoas mas isso não faz parte dos meus planos, tenho medo de sofrer novamente, não me sinto segura para ter um outro relacionamento, só me preocupo com a educação dos meus filhos, só sei que minha família foi destruída com essa falta de respeito.

A idéia de fracasso para este universo pesquisado é identificado como parte nas famílias reais e concretas, principalmente devido a separações entre pais e mães e até mesmo dos pais e mães com filhos. Com isso vários significados são considerados para justificar tais experiências: desde questões

financeiras e a falta de solidariedade entre os membros, até as decorrentes questões emocionais e afetivas que vão sendo envolvidas²¹.

Dessa forma, a família real se vê marcada pela decepção e desencanto e ainda reconhecida como o lugar de “problemas”, devido às separações, às desuniões e à fragmentação de valores. Haja vista o comentário de Rute (categoria A): “A família diante de tantas fragilidades e decepção está-se acabando”., enquanto que a família ideal projetada pela idéia de casamento se vê configurada pela harmonia, união e solidariedade. Anastácia ilustra essa idéia destacando que:

O modelo tradicional de família é o que todas as pessoas almejam, faz parte dos nossos sonhos se casar e viver feliz por muitos anos. Quando o pai e a mãe assumem juntos as responsabilidades, a harmonia se faz presente e os filhos se sentem mais protegidos e amados.

Peres (2001, p. 222) reforça esse pensamento dizendo:

Essa idéia de família unida, que compartilha não somente circunstâncias históricas, sociais, econômicas, culturais, mas, principalmente, afetivas está internalizada historicamente e legitimada pelos meios de comunicação de massa.

As famílias reais frente às suas vivências são vistas por grande parte de pais e mães como portadoras de conflitos e problemas devidamente sem soluções, pois para eles a falta de diálogo, carinho, respeito e aproximação entre seus membros dificulta a realização de um projeto de vida inspirado no modelo de família ideal, isto é, o que é desejado.

²¹ Rey (1997) in Sousa (org.) (2001, p. 222) reforça esse pensamento : “É importante compreender a subjetividade que envolve a família, seus estilos de relação e a maneira como eles afetam a atmosfera psicológica entre os membros”.

Olhando por esse aspecto de desejo de família ideal, percebe-se uma certa expectativa de mudança por detrás desses sentimentos manifestados pelos pais e mães. Conforme aponta a autora entre eles há indicações de buscas para uma melhoria das condições de vida, ou uma perspectiva de organização.

E segundo Peres (2001), as inspirações para a realização desse desejo se vêm sempre associadas à preservação dos valores, às famílias de origem, às vivências advindas da cidade do interior, da solidariedade entre as pessoas, enfim da necessidade da conservação da vida privada, em que as alegrias e os conflitos de modo íntimo são celebrados e resolvidos. Na fala de Dilma (categoria A) aparece parte dessa concepção:

Conheço inúmeras famílias tradicionais que apesar de tudo, mas com a graça de Deus, são consideradas exemplos. Têm verdadeiros lares, são bastante religiosas, demonstram amar de verdade. Mas essa realidade está mais presente em cidades interioranas, onde pode ter uma convivência de maior proximidade com a comunidade.

Entre as vivências das famílias reais e das suas expectativas de um modelo ideal, o casamento, segundo Peres (2001), é considerado como o fundamento da família, sendo que nele e por ele deveriam prevalecer as relações de amor. Tal princípio é bastante enfatizado pelas exigências católicas, tanto é que o *Familiaris consortio* (1994, p. 39) descreve:

(...) os cônjuges, no âmbito da vida moral, são chamados a um contínuo caminhar, sustentados pelo desejo sincero e operante de conhecer sempre melhor os valores que a lei divina guarda e promove, pela vontade reta e generosa de os encarnar nas suas decisões concretas. Eles, porém, não podem ver a lei só como puro ideal a conseguir no futuro, mas devem considerá-la como um mandato de Cristo de superar cuidadosamente as dificuldades. (...) Todos os cônjuges são chamados, segundo o plano de Deus, à santidade no matrimônio e esta alta vocação realiza-se na medida em que a pessoa humana está em grau de responder ao mandato divino com espírito sereno, confiando na graça divina e na vontade própria.

Assim, a união conjugal aparece como um valor inquestionável, e com isso cria-se uma simbologia de sucesso, realização, harmonia, união e uma experiência que só faz bem.

Peres (2001, p.224) ressalta que: “Na família concreta, quando a união conjugal se mantém, as expectativas sobre os cônjuges são em função da realização do casamento-modelo, isto é da família ideal”. Nesse sentido a Igreja Católica, sempre atenta para a preservação dessa realidade de família, traz pelo *Familiaris consortio* (1994, p. 40) a afirmação de que:

Este caminho comum exige reflexão, informação, instrução idônea dos sacerdotes, dos religiosos e dos leigos que estão empenhados na pastoral familiar; todos eles poderão ajudar os cônjuges no itinerário humano e espiritual que comporta em si a consciência do pecado, o sincero empenho de observar a lei moral, o ministério da reconciliação. Deve também ser recordado como na intimidade conjugal estão implicadas as vontades das duas pessoas, chamadas a uma harmonia de mentalidade e comportamento: isto exige não pouca paciência, simpatia e tempo. De singular importância neste campo é a universidade dos juízos morais e pastorais dos sacerdotes: tal unidade deve cuidadosamente ser procurada e assegurada, para que os fiéis não tenham que sofrer problemas de consciência.

Ao que tudo indica, se essa união conjugal, por quaisquer que sejam as razões, venha-se interromper, caem por terra as expectativas do modelo ideal. Com isso, Peres (2001, p.224) complementa: “Os valores que cercam a vida privada estão sempre presentes na composição da família ideal dessa população, salvaguardando-se, principalmente, os relativos à área afetiva, os que dizem respeito aos vínculos entre os membros”.

Assim, os retratos de famílias vão sendo compostos, e estes por sua vez marcam-se pelas diferenças entre o modelo ideal de família e os modelos reais, concretos, conforme foram apresentados na discussão de Peres, sendo o primeiro

instaurado pela mentalidade social burguesa²², disseminada pela concepção religiosa católica, cuja representatividade de seus membros se compõe numa lógica hierárquica das figuras do pai, da mãe e dos filhos, e o segundo, marcado por uma organização diferenciada, no qual os seus membros têm uma variabilidade maior, conforme cada realidade.

Ao encerrar esse segundo capítulo, é interessante destacar que a ênfase dada aos sentimentos sobre a família chefiada por mulheres possibilitou-nos compreender como se tem dado a relação dessa realidade familiar com a sociedade; de que forma as mulheres têm-se expressado neste contexto social. Ao mesmo tempo, ofereceu-nos pistas para identificarmos como elas têm reelaborado seus sentimentos de estar sozinhas assumindo família. Por outro lado, permitiu-nos perceber como as experiências religiosas católicas (principalmente a missa) têm contribuído com essa realidade familiar.

Uma vez que já refletimos sobre esse conjunto de aspectos inerentes aos sentimentos e seus significados, para essa própria realidade de família, é importante destacarmos o terceiro capítulo, para a continuidade do estudo. Ele traz como proposta específica, *“Deus e a família chefiada por mulheres”*. E como objetivo reflete sobre as crenças dessas famílias, as imagens de Deus que são reveladas por elas, e a enunciação dessa realidade como uma realidade familiar existente.

²² D’Incao (2000) em seu trabalho sobre Mulher e família burguesa, traz contribuições que dão noções da instauração dessa mentalidade

CAPÍTULO III

3 – DEUS E A FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHERES (Dê lembranças à família...)

Esse terceiro capítulo apresenta o propósito desafiador de falar das manifestações das mulheres chefes de família, por meio das entrevistas, a respeito de suas crenças e, conseqüentemente, da enunciação deste modelo familiar, enquanto uma das realidades presentes na sociedade.

Para tanto, não se pode focalizar a crença de modo simples e isolado, pois, há de se levar em conta que no catolicismo uma senha cristã faz a confirmação dessa crença, através da confissão do “Creio em Deus Pai”. O que de certo modo, conforme as lentes de gênero nos permitem visualizar, já indicam em que direção caminha a força que move os (as) crentes.

O substrato da fé que emerge dessa confirmação, que se constitui como crença, traz em si, conforme complementa Queiruga (1993, p. 76), “uma assunção implícita, pré-reflexiva e, por isso mesmo, tomada como algo óbvio, incontrolado e que cai com seu peso”. De certo modo, isso acabou gerando um desequilíbrio entre o feminino e o masculino, o homem e a mulher, o pai e a mãe, e uma sobreposição do primeiro em relação ao segundo. Aliás, grande parte da história ocidental revelou-se portadora dessa concepção e firmou de modo determinante a consciência moderna que perdura tanto pelas manifestações culturais, artísticas, quanto religiosas entre outras.

Com efeito, essa forma simplificada de compreender Deus, atribuindo a Ele uma imagem masculina, acaba muitas vezes constituindo de modo reducionista a própria crença e mesmo condicionando a cultura para uma submissão do feminino. Isso muitas vezes contribuiu para anular e silenciar as ambivalências de gênero, bem como alimentar o temor inconfessado ao Deus no qual se crê.

Em continuidade a tais reflexões, há de se colocar em questão como esse modelo de crença, do modo como foi e é constituída (cunho androcêntrico), principalmente no catolicismo, interferiu na vida dessas mulheres chefes de família. Até que ponto isso contribuiu para que esse modelo familiar em questão se enunciasse, enquanto uma realidade que, de fato, se encontra presente entre outras em nossa sociedade?

Com efeito, diante desse desafio, é interessante ressaltar que a análise deste estudo, por sua vez, terá como referencial as representações sociais, o que implica em penetrar nos contextos da vida social em busca de suas

diferenças, significações e complexidades, da forma simbólica, dos seus limites e do reconhecimento da alteridade que define o cotidiano das relações. Trabalhar com a teoria das representações sociais, fundantes na vida social, fornece conhecimentos que permitem demonstrar, conceituar e reconhecer a subjetividade coexistente nesta realidade. No campo da vida social, esses elementos permitem por outro lado, aproximar-se substancialmente da complexidade dessas relações e, por outro, estender o olhar para observá-lo como sistema de diferenças e conflitos.

Para tanto o ponto de partida está lançado. A proposta é iniciar a discussão por este primeiro enfoque: *Por uma questão de fé: a visibilidade de gênero*, que por sua vez identificará não as claras e distintas idéias sobre as indiferenças em relação a gênero, mas as intuições obscuras, porém nutritivas e vivenciais, que incidem nas condutas e decidem as atitudes.

Num segundo enfoque, a reflexão parte para um rumo mais específico, que é a “palavra de Deus” como luz e desafio na vida dessas mulheres chefes de família. Sabemos qual o peso que essa palavra tem e, com efeito, a força que ela emite ao crente. Porém, a análise é dirigida quanto ao conteúdo de seu discurso e à mobilidade dessas mulheres frente a estes discursos.

A terceira idéia a ser desenvolvida destaca a mulher chefe de família e o seu firme compromisso com a família. Neste aspecto faz-se necessário buscar a referência cultural brasileira de família e o peso desta realidade na vida principalmente das mulheres. O estado de nomia, que incide sobre a idéia de família, complementarará essa reflexão.

Por último, frente ao ir e vir das reflexões, surge a necessidade de compreender o Deus que se revela na realidade das famílias chefiadas por mulheres. A proposta é trazer à luz as “imagens” desse Deus, que se manifesta nessa realidade familiar, a partir da motivada questão: O que você pensa que Deus pensa sobre a família chefiada por mulheres? Nesse sentido, tal revelação nos indicará com qual concepção o grupo (categorias A, B e C) apresenta maior identificação, num Deus Pai e Mãe, de caráter solidarizado, ou num Deus Pai como um terrível juiz.

3.1- Por uma questão de fé: A visibilidade de gênero

Por uma questão de fé quantos fios se entrelaçaram e quanto “desfios”!... ao mesmo tempo, quantas possibilidades... do “não-feito”, ser feito; do mal-feito, ser “re-feito”; do não visto, ser visto e do “mal-visto”, ser “re-visto”. É dessa motivação que a discussão de gênero se alastra cada vez mais e com vigor neste estudo.

O que se entende por gênero? Essa questão vem sendo delineada no entremeio da discussão e sua escalonagem vem permitindo montar uma conceituação bem apurada. Isso muito nos tem ajudado a estabelecer relações das idéias. Para tanto, buscaremos também as contribuições de Gomáriz (1992), que, apoiado em Navarro (1991, p.103), inicia sua discussão afirmando que não há uma definição comum sobre esse conceito. O que há de comum é a necessária distinção entre sexo e gênero. De Barbieri declara que sexo se

refiere al hecho biológico de que la especie humana es una de las que reproducen a través de la experienciación sexual, mientras el segundo guarda relación con los significados que cada sociedad le atribuye a tal hecho. (...) los sistemas de género son los conjuntos de prácticas, símbolos, representaciones, normas y valores sociales que las sociedades elaboran a partir de la diferencia sexual anátomo-fisiológica y que dan sentido en general, a las relaciones entre personas sexuadas” (De Barbieri, 1990, apud Gomáriz, 1992, p.84)

A partir da clareza dessas noções, é possível discutir distintas informações sobre esse tema. O autor complementa a idéia citada acima, dizendo:

de manera amplia, podría aceptarse que son reflexiones sobre género todas aquellas que se han hecho em la historia del pensamiento humano acerca de las consecuencias y significados que tiene pertenecer a cada uno de los sexos, por cuanto esas consecuencias, muchas veces entendidas como “naturales” no son sino formulaciones de género”. (Gomáriz, 1992, p.84)

Segundo outros autores (as), como Sorj (1992, p.15), “gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações.” Para Citelli (2001, p.133), “representaria as forças sociais, políticas e institucionais que moldam os comportamentos e as constelações simbólicas sobre o feminino e o masculino”.

Com essas expressivas elaborações, que se complementam com os contributos de diversos autores, maior propriedade apresenta a temática gênero. Assim sendo, torna-se favorável a leitura de como a religião, aqui definida como católica, interfere nessas concepções, pois esta, com a força de seus dogmas, contribui e muito para delinear e reproduzir a configuração feminina com os atributos de pureza, paciência, bondade, correspondentes ao machismo cultural a partir dos atributos de virilidade.

Partindo desse princípio, é importante trazer à mostra os olhares das mulheres entrevistadas quanto a suas manifestações de fé. Alguns depoimentos demonstram quão expressivas são essas manifestações:

A fé é muito importante, mais importante que o dinheiro, com Deus não se tem medo de nada. Quando falta comida em casa, tendo fé, as coisas aparecem para comer. Com isso vamos seguindo nossa vida para frente. Todos os dias agradeço a Deus por tudo, pelo trabalho, pela saúde, pelas minhas filhas, com isso vou sentido que a bênçãos de Deus cobrem minha família. Bela (categoria C)

Ter fé é fundamental. E ela acontece quando demonstro confiança em Deus, isto é busco Deus nas dificuldades e tenho certeza que ele me atenderá. Isso acontece semelhante ao ditado: 'água mole, pedra dura tanto bate até que fura', vejo minha fé desse jeito, peço, peço, sempre que necessito e vejo os milagres acontecendo na minha vida. Sílvia (categoria B)

Deus está em primeiro lugar e sinto que minha fé é de verdade pela confiança que tenho em Deus, pelas bênçãos que tenho tido em minha vida, pelo trabalho, pela força para lutar, pelos estudos e pelas pessoas que cuidam do meu filho. Eu creio que a fé muda minha vida. Maria (categoria A)

Por meio de uma leitura mais ampla, revelada nas entrevistas essas mulheres consideram fundamental a fé em Deus para conduzir suas famílias. E isso se confirma de modo indistinto nos prenúncios de todas as categorias (A, B e C). Em específico, tanto por parte das mulheres que se declaram ter uma certa distância da Igreja, conforme declara Rosa (categoria A), que diz:

Tenho muita fé. Através de Deus somos vencedoras e meu Deus não está preso na Igreja e nem numa cruz ele está ao meu lado. A minha fé é repassada para meus filhos e eles confiam tanto nela que sempre que estão sofridos pedem minhas orações e muitas vezes a força da fé os tem ajudado a sair do sofrimento ou mesmo dores,

quanto daquelas que têm um convivência próxima com a *Igreja Católica*, conforme expressa Lígia (categoria B): “*A fé é essencial, quando estou deprimida, vou até a Igreja, converso com Deus, sinto levantar meu astral e com isso consigo ter força para resolver as coisas da vida*”.

Confirma-se também com aquelas que declaram ser imprescindível a convivência com a *Igreja Católica*, como no caso de Eliza (categoria C): “*A minha fé vem através de orações, Deus sempre ouve meus pedidos feitos pela oração, nunca me decepcionei com Deus. Participo freqüentemente de missas e novenas, tenho minhas orações individuais e sempre rezo o terço com minhas filhas*”.

Essa confirmação da fé em Deus, por parte das mulheres entrevistadas, vem ocorrendo e ocorre, segundo suas informações, pela prática da oração. Isso já apareceu em alguns depoimentos citados e se confirma por alguns outros, que dizem:

A fé é muito importante, sem ela nada tem razão e não se faz nada. Ela acontece através das minhas orações, de pedido e de agradecimento, no deitar e no levantar. O cansaço não me impede de fazer minhas orações, ler meu Salmo. Jesuína (categoria A)

Com fé nos fortalecemos, ela ocorre através das orações entre eu e meus filhos, com os pedidos de bênção e proteção, para superar as dificuldades. Anita (categoria B)

a fé é essencial. Isso acontece através das orações, pois só Deus para dar força e ajudar a superar as dificuldades. Alda (categoria C)

Desse modo, sem sombra de dúvidas, Deus se vê presente na realidade da família chefiada por mulheres. Com isso, as supostas idéias da inexistência de Deus e mesmo da desatenção de Deus a essa realidade familiar que não vive “a vocação cristã”, ou melhor, que são diferenciadas, naufragam. O discurso da Igreja Católica referente à família/matrimônio enfatizado pelo documento *Cartas às famílias* (1994, p.23) traz, pelas palavras do Concílio, que: “a comunhão das pessoas, em certo sentido, deriva do mistério do Nós trinitário e, por conseguinte, também a <<comunhão conjugal>> deve ser referida ao mesmo ministério de Deus”. Essa afirmação dá margem à idéia de que é a família completa o modelo

de Deus e é por ele e nele que a família tem que se espelhar; ao mesmo tempo dá a impressão de uma rejeição de Deus para com as famílias que apresentam outros modos de se organizar, que não seja “completo”.

Por uma questão de fé, abrem-se possibilidades de compreensão dos fatos e aumentam as suspeitas das grandes narrativas. A idéia do “modelo” passa a ter um lugar exclusivo entre outros, no caso da família. Isso é bastante óbvio, o *Familiaris consortio* (1994, p.43) reforça dizendo: “A família é a primeira e fundamental escola de sociabilidade: enquanto comunidade de amor ela encontra no dom de si a lei que a guia e a faz crescer. O dom de si, que inspira o amor mútuo dos cônjuges, deve pôr-se como modelo e norma daquele que deve ser atuado nas relações...”.

Olhando pela maneira como as mulheres chefes de família entrevistadas dão importância à fé, pode-se observar que as suas expressões reagem como um pedido de força. São expressões apenas para enfrentarem as duras exigências da vida; mais que isso, eles vêm para garantir uma dignidade na relação com Deus, na condição que realmente são, sozinhas, sem o “companheiro”. Algumas falas declaram isso:

A fé é fundamental, pois ela é a base da família, sem Deus não somos nada. Em qualquer momento cabe uma reflexão de sua palavra, crendo nele venceremos as dificuldades, só com a fé que vamos enfrentando as exigências do mundo. Dilma (categoria A)

É muito importante ter fé, a religião ajuda muito a crer em Deus e com essa fé tem-se uma melhor orientação para a vida e com isso nos sentimos melhores. Felícia (categoria B)

Tendo fé se tem esperança de que as coisas ruins melhorem, tem ânimo para suportar as exigências, sabedoria para aceitar o jeito de nossa vida e por fim graça para superar as dificuldades. Ana (categoria C)

Muitas vezes, o que parece obscuro são as artimanhas que fazem realçar uma realidade em detrimento de outras; que, por conseguinte, fazem uma adequação dicotomizada de lugares, de pensamentos e concepções, entre o bem e o mal, o puro e o impuro, o ideal e o real, o completo e o incompleto, o que Durkheim (1965, in Erickson 1996) bem sintetizou como sagrado e profano, cujo tempo e espaço não podem ter uma dimensão comum.

De certo modo isso se evidencia nas justificativas da oração para o Ano da família²³, pela evidente preocupação com a família cristã (regular), com objetivo de preservá-la dos descaminhos da vocação, e pela busca de uma reinserção das famílias irregulares conforme descreve o *Familiaris consortio* (1994). Nas *Cartas às famílias* (1994, p. 12), isso se reforça no fato de dizer que:

A oração, no Ano da Família, constitui sobretudo um testemunho encorajador por parte das famílias que realizam, na comunhão doméstica, a sua vocação de vida humana e cristã. (...) O papel de uma família coerente com a norma moral é importante para o homem, que nela nasce e se forma, (...) Nos nossos dias, infelizmente, muitos programas (...) parecem apostados na desagregação das famílias. (...) até parece que se procure, por todas as formas possíveis, apresentar como 'regulares' (...) situações que de fato, são 'irregulares'. Estas efetivamente, contradizem a 'verdade e o amor'...

Desse modo, é possível visualizar que temos de um lado a figura de um Deus-PAI (criada e mantida pelas crenças androcêntricas), que impõe como exigência a ordem, que se configura como sagrada, suscita medo e, pelas suas forças, favorece uma moralidade. Erickson (1996, p.42), realça essas idéias descrevendo que:

23 Ano da Família é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas, de 1994, intitulado como *Ano Internacional da Família*, ele recebeu adesão da Igreja Católica, que e esta se propõe “a redescobrir os testemunhos do amor e da solicitude da Igreja da família : amor e solicitude expressos desde os primórdios do cristianismo, quando a família era significativamente considerada como ‘Igreja doméstica’ ” (próprio do Concílio), (ver cartas às famílias, 1994, João Paulo II).

A intensidade da mente coletiva gera a ascendência moral. Suas representações são ratificadas coletivamente por todos os membros. A voz coletiva, que é mais forte do que a soma das vozes individuais, é uma voz poderosa cuja ameaça de violência sustenta uma afiliação submissa.

Por outro lado, pela representação das mulheres chefes de famílias entrevistadas, tem-se uma realidade considerada oposta à primeira. Esse modo de ser família “diferente”, mas que destaca a importância de Deus para reger suas vidas familiares é caracterizado como desordenada, desajustada, incompleta, cuja idéia fere a ordem de família sagrada estabelecida. A consistência pela qual se define tais características, a família “diferente”, pode ser explicada pelas representações sociais. Para Moscovici (1978), elas se definem como fragmentos de uma dada realidade, que se fazem presentes pelas e nas relações sociais cotidianas e em todas as suas instâncias e formas, emitindo um conhecimento substancial para a sociedade humana.

Porém, vale dizer que tais representações são expressas pelas mulheres pela oração (cujo teor é de clamor) na busca de refúgio nos “poderes benevolentes”, para resistirem às indiferenças e às diferenças do existir enquanto tal modelo. Nesse sentido o significado do religioso ou da ligação dessas mulheres com Deus atua como incentivo e força, para reafirmar a crença. Veja-se isto por alguns depoimentos:

A minha fé é muito grande ela vem do coração, principalmente quando passo por dificuldades, pois clamo a Deus sabendo que só ele pode dar força, com isso sou atendida. Carmem (categoria A)

Considero a fé muito importante, porque ela é a base da vida. Na medida de nossa necessidade, sofrimento, angústia, medo só a fé em Deus para mudar tudo isso. Celina (categoria B)

Erickson (1996, p.43) complementa: “Assim convicto ele faz o que o coletivo exige dele. O processo da sacralização é uma poderosa ferramenta social no controle das ações individuais”.

Pois, da simples oração, ao ato de fé e crença, aqui expressado pelas mulheres entrevistadas, marcam-se as diferenças entre o feminino e o masculino, e a idéia de sacralidade deste último, bem como entre a idéia da família em desordem, aqui colocada pela família chefiada por mulheres (profana) e a da família “modelo”, que representa ordem, atribuída pela família completa (sagrada).

Assim sendo, percebe-se como as construções simbólicas, ou mesmo as representações sociais das diferenças, aqui marcadas pelo gênero, tornam-se reais e naturais. O processo da repetição, da exigência e até mesmo da necessidade, sem se dar conta, é definido pelas forças culturais, sociais e religiosas, cuja convergência de idéia se define pelo modelo (ideal). Nesse sentido, a representação social deve ser encarada conforme afirma Moscovici (1978, p. 45): “tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura”.

Nas considerações desse referido autor, as representações sociais, diferentemente dos conceitos comuns (imagens, opiniões, preconceitos), são vistas como categorias dinâmicas que produzem um comportamento de relações

com o meio social. Elas agem provocando mudanças, e não de modo estático e passivo reproduzindo uma determinada reação em função de um estímulo exterior.

Diante desses termos conceituais, vale considerar que não há uma ruptura entre o indivíduo e o seu meio, o grupo ou o universo, entre sujeito e objeto. De modo imbricado, num contexto ativo e dinâmico, essa relação constitui-se ao mesmo tempo. A representação social, além de guiar, remodela o comportamento, integra-o numa rede de relações em que está sujeito e fornece ao mesmo tempo um sentido que corresponde ao vínculo que se tem com o objeto.

Com pontos de vantagem, as idéias religiosas prevalecem nesse processo, pois usam de autoridade suprema para justificar e convencer o que socialmente deve ser representado. Ao institucionalizar o sagrado como masculino (é o que funciona na sociedade), a ordem das coisas superiores é sobremaneira também identificada como masculina.

No entanto, também por uma questão de “fé”, compreendemos que as coisas podem e devem ser entendidas e, sobretudo, visualizadas de modos e jeitos diferentes, e isso contribui de maneira significativa para uma visibilidade real de gênero. Considerando essas possibilidades de leitura, toma-se um fôlego maior para enfim fazer um discernimento do funcionamento da “palavra de Deus” na vida dessas mulheres chefes de família. Essa palavra, ao mesmo tempo, que é colocada como luz, é também um desafio, visto que ela tem seu peso, apesar de uma inexpressão do feminino.

3.2- A “palavra de Deus” como luz na vida das mulheres chefes de família: Um desafio

A “palavra de Deus”, conforme se expressa nas religiões e em específico no catolicismo, é entendida como o instrumento fundamental para compreender a Revelação de Deus no passado, bem como para perpetuá-la no presente e no futuro. Dentro desse aspecto, Libanio (2001) traz como idéia que:

A Escritura constitui-se instrumento imprescindível para a perpetuação de sua Revelação. Dessa maneira ela fez parte, constitutivamente, da Revelação. Sem Escritura, não teríamos hoje acesso à Revelação de Deus feita no passado. Poderíamos ir vivendo a cada momento na ausculta dos toques da graça. Teríamos enorme dificuldade de discerni-los, por nos faltarem matrizes de interpretação, acontecidas no passado. O puro presentismo da Revelação tornaria ainda mais difícil a percepção da ação de Deus.

Com base nessa ênfase teológica, deparamos-nos frente a frente com a história humana, que por sua vez justificou as ações ou sendo de Deus ou contra Deus, configuradas pelo pecado e rebeldia. Essa polaridade interpretativa da palavra de Deus juntamente com as ações concebidas pela autonomia e liberdade humana estiveram presentes no discernimento da ética humana. E quanto a isso Libanio (2001) destaca que: “Para Distinguir toda ação real ou pretendidamente de Deus, a Escritura é a “norma normans”, isto é, aquela norma que serve de norma para todas as outras. É em confronto com ela que o cristão elabora seus juízos de fé sobre a presença de Deus na sua vida e na história”.

Sendo assim, pode-se dizer que a Escritura é colocada como grande manual da vida humana. Ela é a representação da luz que indica aos homens e às mulheres o significado de suas caminhadas, e ao mesmo tempo, indica a direção por onde seguir. O depoimento de Diva (categoria A) demonstra isso:

“Tenho muita fé, quando busco viver a palavra de Deus as dificuldades logo passam. Ela é o meu refúgio, pois nela eu clamo e Deus me escuta”. A revelação da “palavra de Deus”, nesse sentido, tem um peso extremo na vida humana, e isso continuamente é transmitido de uns para os outros e mais ainda pelos espaços religiosos, aqui destacados pela Igreja Católica. Quanto a esse aspecto, Divina (categoria A) confirma: “No contato com a palavra de Deus, que nos tornamos confiantes. A fé aumenta pela busca de oração e participação nos grupos de oração e missas... Pelas reflexões da palavra de Deus aumentou minha paciência e até consegui ter mais compreensão em casa com meu filho que bebe”.

Então por um lado é claro e definido que a “palavra de Deus” tem uma função normatizadora ou iluminadora na vida humana e as concepções da doutrina católica reforçam-nas, pelas *Cartas às famílias* (1994, p.18), por exemplo

(...) o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne (Gn 2,24). ... Portanto, já não são dois, mas uma só carne. Pois bem, o que Deus uniu, o homem não o separe (Mt 19, 6). Ele revela novamente o conteúdo normativo de um fato que existe já no princípio (Mt 19 19,8) e que conserva sempre em si esse conteúdo. Se o Mestre o confirma agora, fá-lo para tornar claro e inequívoco a todos, no limiar da Nova Aliança, o caráter indissolúvel do matrimônio qual fundamento do bem comum da família.

Mas, por outro lado, considerando a flexibilidade permitida para interpretá-la, já não é possível compreendê-la sem os olhares de suspeitas, pois a convergência interpretativa dessa palavra está aliada a intérpretes masculinos, que por sua vez trazem uma concepção fragmentada e estreita, ao ponto de limitar e fragilizar o que nela há de feminino. No grupo de mulheres da categoria C, isso se evidencia quando em suas falas o sacerdote, como interprete da

“palavra de Deus”, é considerado como alguém que possui um papel fundamental (especialista) de animador e restaurador de fé, conforme expressam:

(...) quando passo por alguma dificuldade ou alguma manifestação de revolta e angustia na minha família, lembro das palavras dos padres elas ajudam e dão muita força, para darmos conselhos bons e sábios aos nossos filhos, no sentido de termos paciência com as dificuldades de nossa vida(...). (Eliza).

“O apoio espiritual, acompanhado pelo padre já me ajudou muito, pois a suas orientações me deram ânimo e ajudaram a aumentar minha fé e força para superar minhas dificuldades” ; (Ana).

O que chama a atenção é o fato dessa força masculina atuar principalmente na realidade dessas mulheres que pela própria história de vida se encontram “órfãs de um companheiro”. De modo forte e expressivo essas falas, mesmo sendo uma representação minúscula da abrangência desta realidade, não negam a idéia da força superior do homem e da veracidade de seu papel, ainda mais sendo representantes de Deus.

No caso desta discussão, essa questão de suspeitas tem seu grau de importância, porque o sujeito da análise são as mulheres chefes de família. Primeiro porque são mulheres, segundo por chefiarem as famílias sozinhas. São dois pesos incomuns perante a interpretação religiosa católica da “palavra de Deus”. Nas *Cartas às famílias* (1994, p. 23), isso é reforçado pela idéia do matrimônio, em que, por sua vez, subjaz a idéia da negação de outros modelos de organização familiar:

A família, que tem seu início no amor do homem e da mulher, dimana radicalmente do mistério de Deus. ...Quando em virtude da aliança conjugal eles se unem de tal maneira que se torna ‘uma só carne’ a sua união deve se realizar na verdade e no amor, pondo assim em evidência a maturidade própria de pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus.

Essas indicações da família ideal, além de marcarem as fronteiras dos considerados e dos desconsiderados por Deus, emitem para a mulher sozinha que acompanha a família uma forma de temor maior, pois ela, segundo as definições históricas dos papéis sociais, é quem é personificada como frágil e delicada.

Nesse sentido, a idéia do desafio está localizada na questão de gênero, pois as mulheres entrevistadas, mesmo dando destaque à “palavra de Deus” como luz em suas vidas, estão respaldadas por palavras que trazem em sua conjectura uma linguagem predominantemente androcêntrica, marcada por uma indiferença às mulheres e sobretudo a tal modelo familiar (cujo homem não está presente). Na categoria B, algumas falas, que não são tão diferentes da visão das mulheres da categoria C, destacam:

a fé em Deus é muito importante, pois sem Deus não viveríamos, Ele sempre está com a gente ajudando a resolver os problemas, ele não nos abandona. A Igreja Católica, principalmente nas reuniões mensais que frequento para pegar as cestas, dá bastante orientações para educar bem os filhos, no cuidado com o corpo, nos modos como se deve falar com os filhos. Luíza (categoria B)

As falas da Igreja ajudam muito, por mais que a Igreja Católica possua falhas ela fala sobre o bem que está colocada na palavra de Deus. ... Apesar de não frequentar muito a Igreja por falta de tempo, tenho minha fé e aprendi com ela que com Deus podemos vencer tudo. Quando estou em dificuldades entro para meu quarto, leio a bíblia faço minhas orações e converso com Deus dizendo: 'o Senhor pode mudar tal situação e como uma luz as coisas logo são mudadas. Meire (categoria B)

Considerando importantes outros olhares para enriquecer este estudo, nos reportamos-nos também às interpretações de Leon, in Marcílio (1994, p.35), pois estas são bem pertinentes para justificarem essas codificações de gênero:

...este preconceito está subjacente a interpretação que se tem de Eva por ser ela, uma mulher, responsável pela queda da humanidade. ... Os Padres da Igreja tendem a identificar o masculino com a alma e o feminino com o corpo. Para Santo Agostinho, a mulher é um animal instável e

fraco. Para Tertuliano, foi a mulher que abriu as portas ao demônio. São Tomás de Aquino também contribuiu para perpetuar esta interpretação de Eva como ser impuro. Para São Tomás, a mulher era o trabalhador inferior que dispõe o material para o artesão capaz, que é o homem`.

Ao se deparar com tais referências de cunho filosófico e religioso e identificá-las como parte da formação dos pensamentos e concepções, compreende-se o porquê de certos comportamentos e atitudes em relação aos conceitos e atribuições da mulher em relação ao homem e ainda do subjacente preconceito que as acompanha.

Vale dizer que as representações sociais, carregadas de todo esse arquétipo, são o que se encontram no cenário das relações e do agir e reagir das consciências e muitas vezes o que define e classifica a realidade da vida social. Moscovici (1978, p.59) ilustra essa explicação: “as representações individuais e sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deva ser. Mostra-nos que, a todo instante, alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica”.

A saber, isso se reforça no conteúdo do *Familiaris consortio* (1994, p.53) que afirma:

É antes de tudo a Igreja Mãe que gera, educa edifica a família cristã, operando em seu favor a missão de salvação que recebeu do Senhor. Com o anúncio da Palavra de Deus, a Igreja revela à família cristã a sua verdadeira identidade, o que ela é e deve ser segundo o desígnio do Senhor; com a celebração dos sacramentos, a Igreja enriquece e corrobora a família cristã com a graça de Cristo em ordem à sua santificação para a glória do Pai; com a renovada proclamação do mandamento novo da caridade, a Igreja anima e guia a família cristã a serviço do amor, a fim de que imite e reviva o mesmo amor de doação e sacrifício, que o Senhor Jesus nutre pela humanidade inteira.

Essas concepções acabam sendo também identificadas nas experiências religiosas das mulheres chefes de família, aqui entrevistadas, as quais relatam que:

Os conselhos e orientações dos padres são sempre benéficos, as suas explicações da palavra de Deus ajudam muito; tenho pouco contato com a igreja, mas meus pensamentos estão sempre voltados para os ensinamentos de Deus... . Luciana (categoria A).

Busco força na oração para superar minhas dificuldades, sozinha a luta não é fácil, só com Deus e com a escuta de sua palavra que podemos ter força e ânimo na vida. As falas da Igreja através dos padres reforçam minha fé. Waldete (categoria B)

A busca de identidade marcada pela luta contra o modelo patriarcal, por um lado, teve sua significação; mas, por outro, a necessidade estendeu-se para interesses que vão além da lógica hegemônica de poder. Portanto, algumas reflexões centram-se na busca do conceito de gênero como categoria analítica, frente a outros segmentos sociais, conforme complementa Hollanda (1992, p. 59) “O estudo das relações de gênero, substituindo agora a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder as articula em momentos histórico e socialmente datados”.

Reportando à história do cristianismo, que é o grande fundamento da tradição religiosa e o pano de fundo para as interpretações da existência humana, nos primeiros séculos contava com um envolvimento bastante significativo da mulher na Igreja. Mas, com o passar do tempo, já no século IV, normas jurídicas e litúrgicas foram impostas contra a mulher e de modo crescente foi-se impondo cada vez mais um sentimento de inferioridade à mulher. Esse sentimento se estende de modo específico às mulheres que conduzem as famílias sozinhas, que por sua vez se sentem deslocadas dos “desígnios de Deus”, conforme

apresenta a doutrina católica sobre a família. Nesse sentido, Denise (categoria A), faz a seguinte observação:

Não frequento nenhuma igreja, a minha própria fé que me ajuda a superar as dificuldades, com Deus sigo bem minha caminhada ele sempre está em minhas orações individuais e leituras bíblicas. Para concentrar em Deus prefiro estar sozinha em casa do que ir para Igreja e ficar distante dele.

O que se observa, por esse sentimento, é que a maneira como é reinterpretada a mensagem bíblica na Igreja Católica parece destoar de algumas realidades e privilegiar outras, especialmente em relação à família. No caso de Denise, como na maioria das declarações das mulheres da categoria A, a leitura bíblica é uma prática comum. Ela é compreendida como luz, mas o contato delas com essa leitura acontece de modo individualizado, e não numa comunidade. Para esse grupo, isso parece expressar uma necessidade própria de buscar uma interpretação da “palavra de Deus”, mais condizente com suas realidades ou ao menos que as inclua.

As interpretações preconceituosas que se expressam estão em contraste com a Sagrada Escritura, conforme afirmação de León (1984, p.35): “a história da salvação fica incompleta sem a singular figura de Maria, uma mulher, templo do Espírito Santo (Lc 8, 1-3)” e essa autora ainda argumenta que:

Na Bíblia, fala-se da igualdade do homem e da mulher: Deus faz o homem à sua imagem “e os fez homem e mulher” (Gn 1,27). Nos Evangelhos, as mulheres têm um lugar até certo ponto privilegiado: foi Izabel a primeira a reconhecer a divindade de Jesus (Lc 1,43); a primeira discípula de Jesus, Maria Madalena foi a primeira testemunha de sua ressurreição e a primeira a anunciá-la aos discípulos (Mc 16,9-10; Jo 20,11-18).

Essas referências trazem à mostra as ações das mulheres, reveladas pela história e na história, que parecem ser tratadas como simples coincidências.

Por outro lado, o testemunho de fé dessas mulheres, que tornava reais suas forças, suas lutas e seus trabalhos, demonstra não ser diferente da vida das mulheres chefes de famílias aqui elencadas. Essas, mesmo não sendo contadas religiosa e socialmente como ideais para conduzir famílias, ou ainda, consideradas como aquelas que não fazem parte das famílias ideais, conforme retratam muitos dos depoimentos citados, trazem a força da fé, inspirada pela palavra de Deus, para dar consistência à vida. Isso se evidencia pelas falas de Eliana (categoria B):

Com fé e coragem vence tudo. Essa fé se manifesta através da luta do dia-dia, pela persistência e coragem que tenho em realizar meus propósitos. E isso acontece quando confiamos em Deus, é ele que dá a direção. Nunca precisei de me prostituir, tudo que tenho são graças à muito esforço. Vivendo a palavra de Deus só temos resultados bons.

E de Valentina (categoria B):

Através da oração e da confiança em Deus, somos vencedoras; Deus está sempre comigo e seu poder me conduz. A vida da minha família está sobre a sua proteção e isso é real, porque com muito esforço consegui ter trabalho, dar uma boa educação para meus filhos, ter sossego e paz.

O conjunto da tradição cristã conseguiu, com intenções andróginas, distorcer, negar, anular, silenciar a mensagem cristã que promove a humanidade plena das mulheres como ação do sagrado, e isso se esclarece com as considerações de Ruether (1993, p.24) quando afirma: “O fato dos homens terem sido nomeados como normas da humanidade autêntica fez com que as mulheres servissem de bode expiatório para o pecado e fossem marginalizadas tanto na humanidade original quanto na redimida”. Essa mentalidade afirmou consigo as distorções da imagem feminina e as contradições dos paradigmas cristãos,

ressaltando as diferenças e, hierarquicamente, colocando o homem sobre e contra a mulher, as classes dominantes sobre as classes de dominados, atribuindo ao homem todo o domínio sobre a natureza.

Dentro dessa lógica de discussão é importante e salutar trazer as contribuições de Tamez (1998) que de forma breve afirma que os textos sagrados apresentam de forma reduzida a vida das mulheres, por serem produzidas numa cultura patriarcal e androcêntrica na qual a mulher é tratada com inferioridade em relação ao varão. Essa autora ainda faz um alerta quanto às características sagradas dos textos que são intitulados nessa categoria: “Quando o texto é assumido como sagrado, dissemos, há uma relação desigual entre quem o assume e o próprio texto, pois este tem a tarefa de mostrar-se como cânon. E, numa concepção tradicional, o cânon implica sujeição e obediência” (Tamez, 1998, p.76).

Relacionando-se às discussões de família, apresentada pela Igreja Católica, esta consideração de Tamez nos leva a reler a proposta das *Cartas às Famílias* (1994, p. 88) com maior atenção, pois ela traz como nota que

A Igreja professa que o matrimônio, como sacramento da aliança dos esposos, é um <grande mistério, porque nele se exprime o amor esponsal de Cristo pela sua Igreja. (...) O mistério teândrico do Deus-homem está em certo sentido, compendiado no evento batismal: Jesus Cristo, Senhor nosso, Filho de Deus (...) tornou-se filho do homem, para que o homem pudesse tornar-se filho de Deus. Assim, o Esposo é o próprio Deus que se fez homem. Na Antiga Aliança, Javé apresenta-se como o Esposo de Israel, povo eleito: um Esposo terno e exigente, ciumento e fiel.

Nessa concepção está embutida uma forte tendência androcêntrica, tanto pela linguagem como pela própria intenção do texto, isto é, de sua mensagem reforçadora. Numa análise ampliada dessa mensagem, pode-se perceber a

centralidade masculina e a sua legitimação pela masculinidade de Deus e de seu filho Jesus Cristo. A mulher nem sequer aparece; analogicamente ela se associa à figura da Igreja, que por sua vez está e deve estar em função do esposo. Marcadamente identifica-se o lugar que o homem ocupa (superioridade) e o que a mulher ocupa (submissão).

O desafio que se calca consiste exatamente em saber que a “palavra de Deus”, ao mesmo tempo que representa luz para a grande caminhada da vida, é também impregnada de interpretações masculinizadas e hierarquizadas, que não cansam de ser repetidas na Igreja Católica como a verdade que dá sentido à vida. Assim, as mulheres chefes de famílias entrevistadas, entre as suas próprias interpretações e as interpretações advindas dos especialistas, vão enfrentando os dias e as noites da vida da família; com certeza algumas mais fortalecidas e otimistas, mas outras confusas e temerosas por não estarem de acordo com “os desígnios de Deus”.

3.3 – Mulher chefe de família e o seu firme compromisso com a família

A família brasileira, conforme aponta Samara (1986), é o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial. Haja vista que, com esse fato, uma série de alterações ocorreram na vida da população brasileira, dentre elas, destaca-se de modo significativo a transposição do modelo patriarcal, que por sua vez marcou essencialmente as relações familiares e acabou gerando a idéia da família - modelo e ao mesmo tempo, o mito da mulher submissa e do marido dominador.

Samara (1986, p. 10) declara que:

A família patriarcal era a base desse sistema mais amplo e, por suas características quanto a composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes.

De acordo com esse modelo, a família brasileira, no período colonial, apresentava uma feição complexa, incorporando ao seu núcleo central componentes de várias origens, que mantinham diversos tipos de relações com o dono da casa, sua mulher e prole legítima. Assim todos viviam juntos sob um mesmo teto.

Considerando que as funções econômicas foram-se concentrando no seio da família ela passou assim a desempenhar um papel importante na sociedade colonial, com o objetivo de ajustar e acomodar sócio-culturalmente a população livre e pobre. Dentro dessa realidade a família era condicionada na trama das suas relações a se manter aparentemente estável, permanente e tradicional. Segundo Samara (1986, p. 12), “o chefe da família ou do grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre mulher, filhos e demais dependentes sob sua influência”.

Desse modo, a essa descrição Samara (1986, p.12) acrescenta ainda a idéia complementar de que: “a casa grande foi símbolo desse tipo de organização familiar que se implantou na sociedade colonial sendo o núcleo doméstico para onde convergia a vida econômica, social e política”. Com isso a descrição da sociedade colonial a partir de uma realidade rural (canaviais nordestinos), acabou realçando a descrição histórica da família brasileira, marcando-a simbolicamente como uma realidade patriarcal, associada à família extensa²⁴.

24 Samara (1986) considera como equívoco esta configuração patriarcal de família extensa, composta por casais, muitos filhos, parentes escravos e agregados, genericamente representar o perfil das famílias brasileiras. Essa realidade não era tão comum em todas as regiões e segmentos sociais. Em alguns lugares, inclusive na região paulista, havia uma tendência à família simplificada, com um número médio de pessoas por casa. O que não quer dizer que por isso as relações familiares eram menos intensas; mantinha-se o mesmo grau de importância, isto é, a família era a unidade social básica da época.

Conforme descreve Samara (1986, p.14):

Esse modelo de estrutura familiar necessariamente enfatizava a autoridade do marido, relegando à esposa um papel mais restrito ao âmbito da família. As mulheres depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava reforçavam essa situação, ou seja, a da distribuição desigual de poderes no casamento, o que conseqüentemente criou o mito da mulher submissa e do marido dominador, também impropriamente usado como válido para toda a sociedade brasileira até o século XIX.

Mesmo que a sociedade brasileira, na seqüência da história, tenha apresentado outras formas de organização familiar em outros segmentos sociais e regionais, traços conservadores de cunho patriarcal de modo bem forte, são ainda predominantes. A cultura brasileira, ainda com as decorrentes discussões de gênero, traz na memória social a mulher no espaço da família como a protagonista no que tange ao cuidado e proteção da família.

Com muita clareza isso se expressa na realidade das mulheres chefes de família entrevistadas. Algumas falas confirmam isso:

Praticamente não gasto o dinheiro que ganho comigo ele é todo destinado aos cuidados dos meus filhos, que infelizmente estão com meu irmão. Mas trabalho honestamente para mantê-los. Em breve estarão comigo, luto para isso. Lucy (categoria C)

Por mais que a mulher, ou melhor a mãe, é a que protege e cuida melhor dos filhos e eu me esforço para isso eles manifestam querer o pai junto deles. Vanice (categoria C)

O desafio por elas apresentado, ao assumir a família sozinha, basicamente se configura na concentração de esforços, energias e desejos para tornar cuidada, protegida e equilibrada a família, conforme apresenta a exigência social. Por estarem sozinhas, o temor da desestabilidade da família se torna muito maior, por socialmente prevalecer na idéia de família o mito da perfeição. Eliana (categoria B) ilustra essa idéia dizendo:

Essa realidade de mulher sozinha cuidar da família é muito exigente (...) Minha preocupação sempre foi a educação dos filhos, mas esta altera muito em determinados momentos quando se pensa que está tudo bem, o filho manifesta fragilidade começa a aprontar erros e tudo parece ser desfeito e novamente me vejo lutando para colocá-lo nos eixos, isso é desgastante, mas afinal para evitar problemas maiores é necessário estar sempre atenta a isso.

A verdade é que culturalmente falando, na sociedade brasileira, a família é uma instituição revestida de um peso muito grande que é o de cumprir e manter a ordem, a norma social. O *Familiaris Consortio* (1994, p.47) acaba reforçando isso:

A família possui vínculos vitais e orgânicos com a sociedade, porque constitui o seu fundamento e alimento contínuo mediante o dever de serviço à vida: saem, de fato, da família os cidadãos e na família encontram a primeira escola daquelas virtudes sociais, que são a alma da vida e do desenvolvimento da mesma sociedade.

Quanto a essa discussão da sociedade como espaço de expressão cultural, Berger (1985) propõe três aspectos fundamentais que dão maior visibilidade ao assunto. Para ele a Sociedade se constitui por um processo dialético a partir de três passos fundamentais: exteriorização – expressões de idéias e de valores, processo de criação tanto individual ou social, a criação dos produtos; objetivação – realidade com identidade própria, o que tem vida própria, a existência do produto; interiorização – reapropriação da realidade em si, influência do produto no próprio criador.

Assim, percebe-se que a sociedade é produto de homens e mulheres, e estes por sua vez são produtos da sociedade. Essa afirmação dialética define muito bem a realidade histórico cultural, principalmente em relação à família. Para complementar o *Familiaris consortio* (1994, p.48) declara: “Deste modo a família (...) constitui o lugar nativo e o instrumento mais eficaz de humanização e de

personalização da sociedade”. A cultura como produto da própria atividade do homem se estabelece nas e pelas interações coletivas e permanece real em virtude do significado e reconhecimento coletivo. É o que torna determinante a imagem padrão de família, tão instaurada em nossa sociedade, e ao mesmo tempo os discrepantes papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, no seio desta.

Jovchelovitch (2002) estende essa discussão elencando aspectos da alteridade, destacando a interligação entre indivíduo e sociedade para assim explicar a relação entre o mundo objetivo e o mundo simbólico. Com isso, Jovchelovitch (2002, p.71) refere-se às representações sociais como sendo “formas de mediação que residem precisamente nos espaços que pertencem ao ‘entre’ da vida social: elas se produzem e crescem na comunicação intersubjetiva e ao mesmo tempo são elas próprias um dos elementos que possibilitam a comunicação intersubjetiva”.

Assim, pelas representações sociais torna-se presente no universo interior aquilo que está ausente ou distante, e desse encontro tomam-se as propriedades e as acrescentam, tornando próprio e familiar o que deixa de existir como tal e passa a ser um objeto equivalente a uma série de noções a que se sujeitou pelas relações e pelos vínculos estabelecidos, tornando-o significante.

Em continuidade à reflexão, Berger comenta que a realidade social composta por um complexo de instituições com um crescente equilíbrio se constitui e impõe coercitivamente pelos mecanismos de controle social, e isso confere ao indivíduo não só um conjunto de papéis mas também uma identidade designada. Nesse aspecto é que se instala o sentimento de compromisso que a

mulher, no caso das entrevistadas, apresenta com a família; suas vidas parecem estar plenamente voltadas para essa perspectiva, e isso é manifestado pelos depoimentos de Helena (categoria B):

“Sofro muito por ganhar pouco, sinto que não estou assumindo bem minha família e isso implica em oferecer uma educação precária para meus filhos estou procurando melhorar, mas eles precisam disso de imediato”.

E de Lóide (categoria B):

Trabalho de doméstica, mas as vezes tenho a sensação de não estar dando conta de assumir a minha responsabilidade, tenho tido crises depressivas, as coisas não estão fáceis e tudo fica mais complicado quando sinto que meus filhos não me obedecem e parecem mal educados.

O mundo social não é passivamente absorvido pelo indivíduo e sim apropriado ativamente por ele, o que equivale à própria sociedade. Nesse sentido, a sociedade se torna uma atividade ordenadora, ou nomizante, e exige que as pessoas imponham sua própria ordem à experiência. A socialidade humana pressupõe o caráter coletivo dessa atividade ordenadora. Nesse sentido reconhece-se que a família padrão é o símbolo nomizante que retrata estabilidade para a sociedade. Isso está supostamente representado socialmente em nossa realidade humana. A família que não corresponde a esse perfil é a representação do caos, desestabilidade e desordem.

O nomos socialmente estabelecido garante o êxito da socialização interiorizada, portanto o desvio deste provoca terror moral e desestabilidade cósmica. A nomização é a mais importante função da sociedade, e uma das fontes mais poderosas que garante esta função de estabilidade é a religião, entendida aqui como Católica.

A religião Católica, entendida como forma de moldar o comportamento humano ou ainda como a cosmificação feita de maneira sagrada, eleva o indivíduo a uma realidade poderosa (sagrada) distinta dele, e isso o dirige e coloca sua vida numa ordem dotada de significado. Ela supõe que a ordem humana seja projetada na totalidade do ser e que isso pode fazer com que o indivíduo construa um universo inteiro como humanamente significativo. O capital religioso expresso pelos documentos católicos sobre a família vem dar destaque a essa idéia, pois sua proposta de família está vinculada a uma ordem sagrada. Isso supostamente já indica como se dão as definições dos papéis sociais do homem e da mulher, frente a essa realidade.

A socialização e o controle social, à medida que têm êxito, servem para atenuar as ameaças e os conflitos da realidade humana. Nesse sentido, a religião vem como um instrumento efetivo de ajustamento aos elementos aleatórios e frustradores – contingência, escassez e impotência – sempre na perspectiva do consenso da realidade definida. O *Familiaris consortio* (1994, p. 49) descreve: “(...) as famílias devem crescer na consciência de serem ‘protagonistas’ da chamada ‘política familiar’ e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade: doutra forma as famílias serão vítimas daqueles males, que se limitaram a observar com indiferença.”

Na história humana, a religião católica se expressa por uma intensa busca do ser humano por um significado e, ao mesmo tempo, visa corresponder a essa realidade de forma significativa a qualquer custo. Em relação à família, esses aspectos podem ser identificados pelo apelo do *Familiaris consortio* (1994, p. 49) quando ele declara que: “A família e a sociedade têm certamente

uma função complementar na defesa e na promoção do bem de todos os homens e de cada homem”. Daí compreende-se que sua forma de sentido visivelmente é de reforçar a unidade e a estabilidade da sociedade, fortalecendo a norma, com reflexos alienantes, retroagindo nas próprias ações dos indivíduos. Algumas falas refletem o esforço para corresponder a essa exigência:

O mundo atual tem demonstrado que as mulheres a cada dia têm arcado mais com a família e com isso estão se desdobrando para assumir as responsabilidades. Apesar de não ser fácil cumprir essa missão eu tenho me esforçado e lutado muito, inclusive trabalho em três períodos e ainda acho um tempinho mesmo que curto para estar com minha filhinha”. Anastácia (categoria B)

“Hoje meus filhos estão criados e são homens de verdade, isso me faz ter uma vida normal, nado, dança, trabalho estudo e assumo coisas na Igreja. Tenho boas amizades. Enquanto eles dependiam só de mim eu vivia só para eles, mas valeu a pena. Celina (categoria B)

A religião Católica com seu ritual e pelos seus documentos atua para rememorar os cuidados que esses indivíduos devem ter para não se dispersarem dos significados tradicionais encarnados na cultura e nas instituições. Emanadas desses princípios, percebe-se que não é aleatório, o sentimento de “firme compromisso “com a família com o qual lidam as mulheres que a chefiam. Ao contrário, a razão do mesmo se faz vivificada, por que indissociadamente essa exigência se encontra manifesta tanto na sociedade quanto nas aspirações religiosas católicas.

Partindo para outro enfoque, que por sua vez tende a reforçar esses princípios normativos e que ao mesmo tempo o complementa, serão buscados os contributos de Ariés (1985). Esse autor, analisando a temática do matrimônio em Paris, no período entre os séculos IX e XII, traz a discussão sobre a indissolubilidade do casamento e, intrinsecamente aos seus discursos, os

diferentes modos de organização familiar, bem como a suposta intervenção religiosa da Igreja Católica na legitimação dessa organização e sobretudo do casamento. Consideramos importante seu pensamento uma vez que as concepções atuais de família no Brasil trazem ainda muito fortemente as marcas das mudanças religiosas e culturais apontadas pelo autor.

Ariés (1985, p.174), em sua discussão, parte da hipótese de que: “o casamento indissolúvel é uma criação espontânea das coletividades rurais escolhidas por elas, independente de pressões externas, mas que coincidiu com o modelo eclesiástico e foi confortada por esse encontro, talvez aleatório”.

Essa hipótese frente ao tema proposto, que é a família face ao sistema religioso católico, servirá como pano de fundo para ampliar as discussões, pois culturalmente a idéia de casamento remete à noção de família, e queira ou não indissolubilidade, conforme é expressa na representação social, tem uma conotação sacralizada. Tanto é verdade que, *Cartas às famílias* (1994, p. 59) faz a exortação de que:

Neste contexto damos-nos conta de quão importante seja a oração com as famílias e pelas famílias, em particular por aquelas ameaçadas de divisão. É necessário rezar para que os cônjuges amem a sua vocação, mesmo quando a estrada se torna difícil ou conhece trechos estreitos e íngremes, aparentemente insuperáveis; rezar, a fim de que mesmo então permaneçam fiéis à sua aliança com Deus.

Enquanto Áriés (1985) se propõe a tecer os fios da indissolubilidade, das formas de seu controle e da sua institucionalização pela cultura da escrita do casamento, buscar-se-á pelas suas frestas visualizar os modos de organização familiar, compreender a influência do sistema religioso nessa instauração, bem como perceber como se dão as tramas das relações de gênero nessa organização.

Para tanto, é preciso levar em conta os fatos históricos descritos sobre a relação do casamento que, por sua vez, demonstram que antes da idéia da indissolubilidade havia formas diferenciadas de casamento, sendo que prevalecia a que dava direito ao repúdio²⁵. Mediante esses fatos, Ariés (1985) lança uma questão que tem tudo a ver com nossa cultura, isto é, como se passou de um modelo para outro. Hoje nos deparamos com uma concepção suficientemente forte que define o casamento como uma condição sagrada, instituída pela Igreja (Católica); e com um mesmo teor a própria família.

Esse pensamento se complementa pelo *Familiaris consortio* (1994, p. 52), que diz: “A comunhão espiritual das famílias cristãs, radicadas na fé e esperança comuns e vivificadas pela caridade, constitui uma energia interior que dá origem, difunde e desenvolve justiça, reconciliação, fraternidade e paz entre os homens”. Mas, ao mesmo tempo, não parece ser confirmado em todos os depoimentos das entrevistas, pois a idéia de sagrado acaba sendo revelada sob prisma diferenciado,

de sagrado não teve nada no meu casamento, com tantos problemas melhor estou separada. Sei perfeitamente de minhas obrigações e as faço com muita responsabilidade. Eu e meus filhos estamos muito bem graças à Deus. Divina (categoria A).

Tenho uma realidade de vida familiar, que não se compara à de antes, quando estava com marido estamos bem melhor hoje. Eu e meus filhos trabalhamos muito, para não deixar bagunçar os compromissos, temos bons relacionamentos entre nós, todos me respeitam, temos objetivo de vencer e já estamos conseguindo. Com o marido não se tinha objetivo definido. Denise (categoria A)

²⁵ Casamento com direito ao repúdio é um sistema de união em que o homem tinha o direito de devolver sua mulher e se casar novamente, caso as finalidades não fossem atingidas. Ex.: mau-comportamento, esterilidade... Ver em Ariés (1985, p.161).

Conforme apontam os estudos de Ariés (1985), o casamento não é uma invenção do cristianismo ou de exclusividade religiosa. A Igreja, segundo Ariés, (1981, p.164) “teve que impô-lo como obrigação às populações que lhe eram submissas e que deviam se curvar à sua lei”. Como todo processo histórico que se vai desvendando pela sua própria dinamicidade e necessidade, as concepções morais nos primeiros séculos, tenderam a reconhecer o valor e a estabilidade de uma união que não tinha nenhuma intenção de subverter de imediato a realidade dos costumes²⁶.

De modo mais específico, em Roma, o casamento é retratado por Ariés (1985) como um ato essencialmente privado, em que os esposos e seus parentes cercados de espectadores testemunham a realidade do ato e o assentimento da comunidade. Ele não absorvia todo o simbolismo do casamento, como nos dias de hoje. Logo, o casamento era um tratado que empenhava a palavra dos contratantes entre duas famílias. Quanto aos dias atuais, o *Familiaris consortio* (1994, p. 55) indubitavelmente confere:

O momento fundamental da fé dos esposos é dado pela celebração do sacramento do matrimônio, que na sua natureza profunda é a proclamação, na Igreja, da Boa Nova sobre o amor conjugal: é a palavra de Deus que ‘revela’ e ‘cumpre’ o sábio e amoroso projeto que Deus tem sobre os esposos, introduzidos na misteriosa e real participação do próprio amor de Deus pela humanidade.

As celebrações ocorriam e tinham por efeito o momento essencial em que a missão era a missão era de consumir a união; a importância e a urgência

26 Para entender essa realidade, Ariés (1985, p.165) sugere que se verifique como essa situação aconteceu nas classes aristocráticas e na Igreja entre os séculos IX e XII. É nesse período que o modelo de casamento ocidental (que perdura até hoje) foi implantado.

dessa situação se dava conforme a disposição da riqueza ou do “poder da família, do peso das estratégias matrimoniais e das alianças que dependiam delas”.

Por esses relatos é possível desvendar alguns mitos, trazê-los para nossa discussão sobre família e suspeitar dos modelos de família que coexistiam como formas de uniões ou das pretensões que motivavam essas uniões. Parecem bastante sugestivas tais observações, para se entender a subjacente história da família e as conseqüentes relações de poder que tramitavam nesse contexto.

Os fatores que estavam em jogo na relação conjugal expressa pelos “casamentos legítimos” eram exclusivamente os bens de que as famílias dispunham. O dote²⁷ tinha um grande peso, selava as alianças, estabelecia uma política de relações entre famílias e remetia sobretudo ao poder. E Ariés (1985, p.166) destaca essa idéia, afirmando:

Onde fosse de pouca monta podia não haver casamento real (...) mas um casamento virtual (...) cuja realidade jurídica dependia dos traços deixados na memória coletiva. Se os traços fossem fracos era interpretado como uma ligação passageira: se fossem fortes era (...) considerado um casamento legítimo.

Olhando pelo foco aristocrático, Ariés (1985) descreve que o casamento era algo reservado e não muito desejável, pois a ampliação da família implicava repartir os bens, socializar as posses ou o aumento de interessados em receber sua parte do patrimônio, e isso poderia representar a perda de poder e sobretudo da riqueza. Para saciar as necessidades e as volúpias da juventude, havia uma série de alternativas que não demarcavam casamento.

²⁷ Quanto a significação do dote, ver a história do desaparecimento do dote entre 1600-1869 e a evidente declaração de que “as alianças matrimoniais eram pois, alianças de negócios” (NAZZARI, 2001 p.32).

A família se constituía por finalidades negociáveis e determinadas e até então não se tinha uma cumplicidade sagrada pelos moldes religiosos de hoje, conforme as *cartas às famílias* (1994, p.72) descreve:

A família é chamada a cumprir a sua tarefa educativa na Igreja, participando assim na vida e missão eclesial. A Igreja deseja educar sobretudo através da família, para isso habilitada pelo sacramento do matrimônio com a graça de estado que dele se obtém e o específico carisma que é próprio da inteira comunidade .

A idéia de poder se verticalizava pelos bens materiais, a honra se oficializava pelo ato do casamento entre o rapaz (sênior) e alguma herdeira. Com os olhos de hoje, pergunta-se: como é que a Igreja Católica reagia frente a essa situação de família? Pelas ricas e surpreendentes informações, frente a esse modelo patriarcal de casamento que prevalecia na sociedade aristocrática, Ariés (1985, p.167) descreve: “A Igreja amadurecia um modelo de casamento radicalmente diferente, ao qual iria, no século XIII, conferir o estatuto de sacramento (...) extraordinária promoção de um ato privado, de uma união sexual organizada tendo em vista alianças de linhagens, feita e desfeita em função de interesses familiares”.

Tal indagação em parte provocadora é subentendida por Ariés (1985) contribui para focalizarmos a realidade de hoje sem muito espanto. Pois o feitiço deste estudo constitui-se em entender a família e as subjacentes relações de gênero no meio desta, frente ao propósito de refletir sobre o “firme compromisso” das mulheres que cuidam da família sozinha.

Olhando por esse viés temático é interessante trazer à mostra não só a concepção, mas a missão da família, objetivada no *Familiaris consortio* (1994, p.52) que diz:

Como pequena Igreja', a família cristã é chamada à semelhança da "grande Igreja" a ser sinal de unidade para o mundo e a exercer deste modo seu papel profético (...). As famílias poderão fazê-lo quer através da sua obra educativa, oferecendo aos filhos um modelo de vida fundado sobre os valores da verdade, da liberdade, da justiça e do amor, quer com um empenho ativo e responsável no crescimento autenticamente humano da sociedade e das suas instituições (...).

O reflexo desse apelo se encontra ideologicamente espalhado nas entranhas da cultura. As famílias apropriam-se desse apelo e, por mais que ele represente desafio, é o referencial do ideal. De certo modo, para as que têm a mulher como liderança, isso é reconhecido mais do que referencial; sobretudo como dever e obrigação social, o que de fato contribui para reforçar a dedicação, o empenho e o "firme compromisso com a família".

Nas três categorias analisadas, A, B e C, independente do nível de aceitação ou não dessa condição de família, as mulheres entrevistadas demonstram consenso quanto ao firme compromisso com a família. Mas, pelo que parece, não é uma atitude manifestada por mera coincidência; ao contrário, comprova quão fortes são as concepções sócio-religiosas se encontram impregnadas no ideário humano, ou melhor, em nossas representações sociais.

Nota-se pelo *Familiaris consortio* (1994, p.57) que descreve:

A família deve formar os filhos para a vida, de modo que cada um realize plenamente o seu dever segundo a vocação recebida de Deus. De fato, a família que está aberta aos valores do transcendente, que serve os irmãos na alegria, que realiza com generosa fidelidade os seus deveres e tem consciência da sua participação cotidiana no mistério da Cruz gloriosa de Cristo, torna-se o primeiro e o melhor seminário da vocação à vida consagrada ao Reino de Deus.

Algumas falas se confirmam traços dessas expressões:

Hoje pode se dizer que minha família está bem, sozinha e com muito sacrifício consegui educar bem os meus filhos, sempre me dediquei a eles e coloquei na cabeça deles que estudo é o bem que temos. O meu filho mais velho está na universidade e já trabalha, estamos

organizando melhor nossa vida, para o filho mais novo, ter condições de continuar os estudos, eles não dão nenhum problema. Valentina (categoria A)

Dou graças à Deus por ter criado meu filho há um tempo atrás, hoje parece ser mais arriscado, pois uma boa educação sempre foi minha meta e não medi sacrifícios para essa conquista, hoje já posso dizer que sou vitoriosa. Vivemos juntos, temos nosso trabalho e ainda batalho muito, para que ele possa caminhar sozinho de modo mais firme. Rute (categoria A)

Tenho muito medo de não conseguir educar bem meus filhos, deles se tornarem pessoas de mal -caráter, sinto muita insegurança, sozinha não é nada fácil. Apesar de tudo, faço minha parte, tento educar, sempre orientar para o caminho bom, vivo para cuidar da minha família (...). Lígia (categoria B)

Minha família está tranqüila, estão estudando e uma está trabalhando, minhas filhas são muito educadas, graças a Deus tive meus sogros sempre pertos para me ajudar a educá-las. Desde que fiquei sozinha assumindo minha família, me dediquei totalmente a ela, a minha família é tudo para mim, com muita oração vamos vencendo a cada dia. Eliza (categoria C)

Pode-se perceber que a representação desse “firme compromisso” das mulheres chefes de família, frente a esse conjunto de reflexões, denota-se como uma forma de expressão para atenuar as marcas das diferenças que esse modelo familiar retrata. Uma seqüência de leitura, ainda se percebe um outro aspecto significativo, que não é contrario ao primeiro, mas que o amplia, que é o fato de suas atitudes em relação ao cuidar, proteger e dedicar à família não estarem isoladas, mas imbricadas com as concepções sócio-religiosas.

Valendo-se desse pensamento, como fica a idéia de Deus para essas mulheres em suas realidades familiares? O que elas pensam que Deus pensa sobre as famílias chefiadas por mulheres? A tentativa é de evidenciar essas respostas, que se põem como relevantes na tecitura deste trabalho, visto que, independente de uma maior ou menor aproximação com a religião Católica, Deus se revela nas experiências de vida dessas famílias.

3.4- Deus que se revela na família chefiada por mulheres

A leitura da dimensão de Deus, neste contexto familiar, que é o chefiado por mulheres, previamente impõe-se à compreensão dos modos pelos quais é representado esse Deus.

Leloup (2002, p.14) de antemão descreve que “a palavra Deus vem do latim dies, que quer dizer o ‘dia’, a ‘luz’. A luz não se vê, ela permite ver. Deus, luz, não o vemos; não sabemos o que ele é, mas (o) vemos (n)as coisas que ele nos permite contemplar e abordar”.

Essa explicitação de Leloup (2002) vem confirmar as diversas tendências que revelam que a imagem de Deus é uma projeção feita a partir de personalidades humanas e que sua distinção se dá conforme o lugar que essas personalidades ocupam. Já dizia Miles (1997, p.14): “para os próprios ocidentais um conhecimento aprofundado desse Deus pode servir para tornar conscientes e sofisticadas as coisas que permanecem inconscientes e ingênuas”.

Deus então se revela como imagens advindas de várias realidades, e nesse sentido é interessante ressaltar a própria bíblia como um dos instrumentos de revelação da imagem de Deus²⁸. A saber, esta, aos olhos da fé, não é apenas um conjunto de palavras sobre Deus, é a própria palavra de Deus, é ele o seu autor e o próprio protagonista. Miles (1997, p.17), ainda complementa que: “esse mesmo ser combina diversas personalidades. Mera unidade (caráter apenas) ou

27 A bíblia, de acordo com os olhares de algumas estudiosas feministas, Ruether (1993), Aquino (1997), Fiorenza (1992), se destaca como um livro historicamente androcêntrico, que fez com que a mentalidade das diferenças se instaurasse com tanto vigor nas relações humanas. Suas propostas são de que esse livro, com a importância que possui, passe por uma desconstrução e uma releitura, para enfim trazer à mostra personagens femininas até então subjulgadas e desconfiguradas.

mera multiplicidade (personalidades apenas) seriam bem mais fáceis. Mas ele é ambas as coisas (...).”

Essa primeira contribuição, sem o intuito de aprofundá-la, tem sua importância, para tornar aquecida a decorrente discussão. A intenção é de dar continuidade ao ensaio histórico de Ariés (1985) quanto ao olhar da Igreja Católica sobre a família (instituição sagrada/indissolubilidade) e, ao mesmo tempo, fazer uma análise do Deus que se apresenta nessa concepção; por um outro lado, a partir da realidade familiar em questão - chefiado por mulheres, trazer à mostra o Deus que se revela nesta específica realidade.

Se de um lado, supõe-se existir um Deus com “imagem” semelhante às das histórias de cunho moral: “Deus sentado no trono, acima de todos, com um cajado na mão, a julgar os que são retos e os que serão condenados...”. De outro, valeria a pena perguntar que Deus deve revelar-se na realidade das famílias chefiadas por mulheres? O que se assemelha a este? Ou um outro que se difere deste? Só elas podem responder de fato.

Nesse sentido, é interessante deixar clara a importância do exercício hermenêutico, que será feito para interpretar as informações de Ariés (1985) e, ao mesmo tempo, integrá-las ao contexto da discussão.

Para tanto, a proposta é de trazer, de forma seqüente à discussão anterior, as contribuições de Ariés (1985), que, de modo histórico, expõem a forma pela qual a família foi-se institucionalizando, pela conceituação Católica, bem como a maneira como se definiu o modelo familiar padrão, e ainda como esta veio-se incorporando ao contexto contemporâneo. Ariés (1985, p.168) traz como referência a informação de que: “é digno de nota que tenha levado tanto

tempo, não só para impor seu modelo à aristocracia rebelde, mas também para apenas delimitar sua doutrina, expressá-la claramente e chegar a uma definição clara e simples daquilo que ela concebia para o casamento”.

Até então, a intervenção da Igreja Católica no casamento não era unânime por parte do corpo que a compõe, pois havia de um lado os que condenavam o casamento e o conceituavam como um estado inferior dificilmente tolerável e diziam que a Igreja Católica devia ficar distante dessa situação baixa e vulgar²⁹.

Por outro lado, por volta do século XII, outra tendência triunfava³⁰ no interior da Igreja Católica, caracterizando o casamento como o *remedium animae*. Essa tendência, da forma como se expressa, com indícios de controle, dá pista para se entender que tipo de Deus ali se pronunciava; sem sombra de dúvidas, um Deus controlador, hierarquizado e, por que não, masculino (qualidades de uma cultura patriarcal).

Essa concepção de união, sob o feitiço religioso católico, toma um formato bastante conveniente, que aos poucos se apresenta como o ideal – assim como a própria imagem de Deus – tornando-se um molde que remonta à constituição familiar também como ideal. A configuração da família como protótipo de família nuclear tendencialmente entra em cena (acompanhada de toda uma estrutura hierarquizada), e isso se reafirma por Ariés (1985, p.168) quando descreve o posicionamento da Igreja, que diz: “o próprio fato de que o ato, uma vez

²⁹ Tendência ascética que comungava com o pensamento de São Jerônimo, ver Ariés (1985, p.168).

³⁰ Tendência que se liga a Santo Agostinho, mais tarde a São Paulo e que se vê respaldada por São Bernardo – “atacar o casamento é abrir as portas aos desregramentos dos concubinos, dos incestuosos, *dos seminflues dos masculorum concubitores*”.

consumado e ao mesmo tempo consagrado, não mais pudesse ser desfeito, tornava mais definitivas e irrevogáveis as disposições das famílias”.

Essas informações históricas trazidas por Ariés (1985) associadas ao contexto atual, fazem perceber o quanto essas idéias antigas parecem tão recentes. As representações sociais, fundidas nessa história do casamento indissolúvel e conseqüentemente da família, nos fornecem conhecimentos significativos e, ao mesmo tempo, uma proximidade com os fatos como eles verdadeiramente são, isto é com sua complexidade.

Isso se confere com as considerações de Moscovici (1978, p.58), que comenta: “representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; mas sim em reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”. As representações são assim, constituídas para compreender os deslocamentos dos objetos e dos sujeitos, correntes no exercício de novos “conceitos e percepções”³¹.

Fazendo um recorte na história e associando aos tempos de hoje, têm-se os documentos Católicos direcionados à família os quais elucidam essas concepções, tornando-as vivificadas. Em específico, o *Familiaris consortio* (1994, p.60) confirma isso dizendo:

O matrimônio cristão, como todos os sacramentos que ‘estão ordenados à santificação dos homens, à edificação do Corpo de Cristo e enfim, a prestar culto a Deus’ é em si mesmo um ato litúrgico de louvor a Deus em Jesus Cristo e na Igreja: celebrando-o, os cônjuges cristãos professam a sua gratidão a Deus pelo dom sublime que lhes foi dado de poder reviver na sua existência conjugal e familiar o mesmo amor de Deus pelos homens e de Cristo pela Igreja sua esposa.

31 Elementos abordados pela psicologia clássica que forneceu indicações para a compreensão dos fenômenos de representações, cf. Moscovici, 1978 p. 56.

Retomando a história, à medida que a Igreja Católica se apropriava, em formas de doutrinas, da sacralização do matrimônio, um novo enfoque definia tal situação e isso nos leva a também suspeitar que o Deus que definitivamente se instaurava nesse contexto configurava-se cada vez mais como um Deus que exclui e condena e, ao mesmo tempo, não tolera o que está “fora” de seu projeto. Ariés (1985) de modo relevante destaca o quanto isso é absorvido pela comunidade, a tal ponto de não se predispor a ver e entender de modo diferente.

Apropriando-nos dessa observação, quanto à absorção da concepção da Igreja Católica e da imagem de Deus que ali se projetava, é interessante perceber como ela se associa com o contexto de hoje, por meio das famílias chefiadas por mulheres entrevistadas, oriundas a maioria da categoria C (maioria) e, em menor número, da categoria B.

Deus não aprova a separação, para ele este modelo de família que tem a mulher à frente, sozinha, é incompleto e por isso eu acredito que sempre há uma ligação entre o homem e a mulher, principalmente quando se tem filhos. A separação existe apenas de papel e de corpos em Deus somos ligados (...). Eliza (categoria C)

O propósito de Deus é que as mulheres permaneçam com seus companheiros, como isto não tem ocorrido eu creio que ele está decepcionado com essa condição de mulheres sozinhas (...). Ana (categoria C)

Acho que Deus não acha bom a família separada, pois ele colocou o homem e a mulher no mundo para ficarem juntos, pois o homem é que é o chefe da casa, sem isso tudo se estrangula. Alda (categoria C)

Acho que Deus não acha bom a família chefiada por mulheres, ele não quer que as famílias se separem (...). Helena (categoria B)

Diante da lei de Deus a separação não é aprovada, a bíblia fala isso. Anita (categoria B)

Deus prefere o casal, mas pela desobediência acontece a diferença. Com isso penso que ele acha triste, não agrada ele esse tipo de convivência dividida. Bárbara (categoria B)

Acho que Deus não aprova a idéia de separação, o homem e a mulher aconteçam o que acontecer devem lutar para viverem juntos. Luiza (categoria B)

Conforme vem acenando a história, a pressuposição é de que a intervenção da Igreja Católica em relação às uniões conjugais se deu forçosamente de modo sábio, tolerante e, sobretudo conveniente. Os clérigos, assim como os demais representantes da Igreja Católica na sua proximidade com a comunidade, captavam suas aspirações e as elaboravam como doutrina. Subentende-se que essa possa ser uma das possíveis explicações que justificam eficazmente essa apropriação consagrada da Igreja Católica, referente à família e ao casamento, a qual perdura até aos dias de hoje.

Nesse aspecto, o *Familiaris consortio* (1994, p. 62), como referência aos dias de hoje, traz como nota:

A Igreja reza pela família cristã e educa-a a viver em generosa coerência com o dom e o dever sacerdotal, recebido de Cristo Sumo sacerdote. Na realidade, o sacerdócio batismal dos fiéis, vivido no matrimônio-sacramento, constitui para os cônjuges e para a família o fundamento de uma vocação e de uma missão sacerdotal, pela qual a própria existência cotidiana se transforme num 'sacrifício espiritual agradável a Deus por meio de Jesus Cristo (...).

Frente a essa posição da Igreja Católica quanto ao seu jeito cauteloso de apropriar-se das diversas situações matrimoniais, Ariés (1985, p.169) acrescenta pelo seu ponto de vista que tal postura ocorria porque ela “não estava segura quanto ao seu direito de intervir nas sociedades naturais regidas *per leges publicas*, conseqüentemente, dependendo de tribunais leigos que chamaríamos ‘civis’”.

Ainda por esse viés histórico descrito por Ariés (1985), ao definir o estado conjugal como coisa essencialmente religiosa, renasce a idéia de indissolubilidade conjugada com a união sacramental do casal e a união eterna de Cristo e de sua Igreja (século IX).

Essa exposição histórica, sobre a realidade da família, feita por Ariés (1985), até então, traz um dado bastante curioso, pois, conforme foram sendo desveladas as informações, no século IX já se instaurava o modelo padrão, com toda a couraça de sacralidade. Sendo assim, é lícito afirmar, com os olhos de hoje, que o Deus que prevalecia nesse contexto constituía-se por uma imagem peculiar, que se legitimava e, ao mesmo tempo, legitimava esse modelo. Com referência a essas informações, e trazendo-as para o contexto deste estudo, cabe questionar: Que Deus se revela nos modelos familiares que diferem deste, no caso aqui das chefiadas por mulheres, que compõem as categorias A (todas) e B (parcela significativa) ?

Ao apresentarem-se em comunhão com as idéias de Miles (1997), Leloup (2002) e Queiruga (1993), quanto à unidade, multiplicidade e plasticidade do Ser, que é Deus, acreditam num Deus próprio, que possa vir revelar-se nas famílias chefiadas por mulheres. Ou seja, num Deus que tenha uma “imagem” que ultrapasse qualquer menção limitadora, isto é, que vá além da simples reprodução de “imagem”, que, por sua vez, mostrou-se no primeiro grupo citado (C) e em parte do (B). Alguns depoimentos realçam essa possibilidade ao dizer:

Acredito na liberdade que Deus dá a cada um ou uma; Deus não quer pessoas infelizes só para manter um modelo padrão. Anástacia (categoria B)

Deus é pai e mãe ao mesmo tempo, com isso ele nos ama de modo iguais, na terra há muitas discriminações mas com Deus tudo é diferente. Celina (categoria B)

A família que é conduzida por mulheres, é mais ainda abençoada por Deus, pois ele reconhece o esforço delas e suas lutas, ele só quer o bem para cada um e uma. Felícia (categoria B)

Deus é tão bondoso que redobra de forças às mulheres que estão sozinhas cuidando da família, faz multiplicações de bondade (...).Divina (categoria A)

Creio que Deus deve aprovar, conduzir e abençoar a família chefiada por mulheres, com certeza, qualquer família que der espaço para ele, certamente ele chefiará. Dilma (categoria A)

A família chefiada por mulher é aprovada por Deus, tanto é que somos em maior número em nossa sociedade. Rute (categoria A)

Mas, voltando aos fatos históricos, a forma religiosa promotora de uma concepção conservadora e tradicional de família cada vez mais se definia e fixava uma união conjugal ao molde religioso (católico). Em meados dos séculos XI e XII, a Igreja Católica já se sentia mais à vontade para intervir diretamente nos casamentos e para controlá-los.

Daí em diante ela não mais hesitava em expor sua opinião, recorrendo a sanções como a excomunhão. E segundo Ariés (1985, p.170.), “quando a Igreja começou a intervir no casamento, de início não foi para fazer respeitar a indissolubilidade: ela recorreu antes a um pretexto, hesitando em atacar de frente um direito incontestado”.

Por essas nuances, percebe-se que aos poucos o modelo eclesiástico substituía o modelo leigo de casamento e conseqüentemente de organização familiar. Com tal observação, o tema aqui proposto parece poder avançar pois, com esse respaldo sacramental, instaurou-se o modelo familiar padrão que demarca nossa trajetória histórica sobre a família ideal. Ariés (1985, p.170) confirma esse pensamento dizendo que: “Desde que um casamento foi regularmente consentido (consensus é obrigatório) , torna-se único e indissolúvel”.

Essa concepção se apresenta bastante vivificada e sintetizada nos documentos Católicos atuais.O *Familiaris consortio* (1994, p. 23) declara:

É dever fundamental da Igreja reafirmar vigorosamente(...) a doutrina da Indissolubilidade do matrimônio (...) a indissolubilidade do matrimônio encontra a sua verdade última no desígnio que Deus manifestou na Revelação: Ele quer e concede a indissolubilidade matrimonial como fruto, sinal e exigência do amor absolutamente fiel que Deus Pai manifesta pelo homem e que Cristo vive para com a Igreja.

A partir dessa regulamentação, que se deu há séculos (e que continua a se reafirmar nos dias de hoje) a Igreja Católica acabara por fazer triunfar seu ponto de vista em relação à indissolubilidade. Ariés (1985, p.171) reafirma isso dizendo que: “Tenham sido necessários vários séculos para se passar do modelo leigo privado e incluindo o repúdio, (...) ao modelo eclesiástico , cujos traços mais significativos foram se tornando pouco a pouco a publicidade e a indissolubilidade”.

Esse autor ainda complementa essas informações, ao descrever que o modelo de família ideal foi respaldado por uma sacralização institucionalizada pela Igreja nos séculos XII-XIII e em seguida pelo Estado a partir do século XVIII. Igreja e Estado são tomados, portanto, como definidores da moral e dos bons costumes, a saber, o que classifica e higieniza nossa sociedade. É interessante ressaltar que é dessa visão de mundo que emergiram ou se reforçaram as discrepantes diferenças, postuladas entre fracos e fortes, entre masculino e feminino entre santo e pecador, privilegiados e subordinados, eleitos e excomungados, entre homens e mulheres, enfim entre o próprio Deus cósmico .

Considerando essas informações históricas e até mesmo a releitura delas, compreende-se a não-sacralização dos modelos diferenciados e a desconsideração das transformações ocorridas no interior dos relacionamentos, tão presentes em nossa realidade contemporânea. Como exemplo tem-se a realidade, familiar aqui considerada, que é a chefiada por mulheres.

No entanto, se a Igreja Católica, de um lado, reforçava (reforça) as diferenças das famílias e as enquadra entre as que são sagradas e as que não são sagradas, como no caso das que são chefiadas por mulheres, de outro nos

deparamos com significativas declarações feitas por elas sobre a maneira como concebem a “imagem” de Deus:

Deus não reduziria seu tempo em proteger apenas a família completa, ele dá seu apoio a quem precisar, seja uma família com mulher sozinha, quanto uma família com homem sozinho. Maria (categoria A)

Deus abençoa a todos e a todas, inclusive as famílias chefiadas por mulheres, tanto é verdade que as mulheres dessa realidade estão vencendo. Jesuína (categoria A)

Eu acredito que as mulheres com muita especialidade, pois jamais os homens dariam conta de cuidar da família sozinho, principalmente dos filhos, as mulheres sim tem demonstrado que dão conta. Denise (categoria A)

Deus não tem nada contra a família chefiada por mulheres, porque se tivesse elas não teriam filhos (filho é milagre de Deus) e jamais as mulheres estão sozinhas, Deus dá o fardo de acordo com as forças de cada uma. Eliana (categoria B)

Mas, historicamente falando, sem sombra de dúvidas essa família padrão oriunda de um modelo ocidental traz em sua constituição as marcas fundamentais de um conservadorismo que se retrata de modo bem nítido nos estudos de Ariés (1985). Para complementar essa observação, apresentam-se em forma de síntese, três aspectos contundentes a essa realidade histórica, que são: a indissolubilidade, que aparentemente advinha da Igreja, mas que provinha das comunidades rurais; a questão dos controles dessa indissolubilidade, que de certa forma evitavam que o casamento afrouxasse e causasse danos à comunidade e por fim a interferência das autoridades da Igreja e do Estado no processo da institucionalização da cultura da escrita.

Por esses traços, visualiza-se quão fortes são as marcas da história que compõem a constituição da família aos moldes que lhe foram propostos, isto é, união conjugal no civil e religioso e filhos registrados. É essa moldura que configura o quadro sagrado com a idéia de bênção e perfeição e que inverteu

toda a história da família para uma ótica religiosa e cristã. Isso certamente, contribuiu e muito para a constituição de uma “imagem” de Deus peculiar que se caracterizava, conforme Petrelli (2001, p.174) considera: “(...) como juiz severo, aplicador intransigente de um código penal, juiz cego na aplicação da lei, frio e insensível quando fere com a sua “espada” os transgressores. Juiz que cultua a lei posta de cima de uma consciência honesta, intolerante da heterodoxia a ponto de condenar até os profetas”.

Porém, com esses rastros deixados pela história, foram percebidos que também havia situações de famílias que se organizavam de modos diferentes, pelas uniões livres, sem papel passado, mães ou pais solteiros, mulheres sozinhas (chefe de família) que cuidam da vida sem a presença do homem e outros casos existentes, que não foram incluídos nem mesmo considerados como uma realidade normal de família.

Vale lembrar, conforme expressam os depoimentos da maioria das mulheres entrevistadas, que independente das diferenças que foram postas e impostas sobre as suas realidades familiares, o Deus da vida está presente, socorrendo, zelando e conduzindo-as “para vales férteis...”. Semelhante à “imagem” trazida pelas conceituações de Petrelli (2001,p.175): “Deus é o Incontenível mas necessário”, que, por sua vez, se reafirma pelas conceituações das mulheres chefes de família:

Deus sofreu por nós e por isso eu creio que ele jamais nos abandona nas dificuldades. Ele sempre nos ajudará, por mais que erramos, ele não nos condena, ao contrário nos acolhe.
Sílvia (categoria B)

Tenho certeza que Deus ao olhar para a nossa realidade se sente satisfeito, pois ele vê a luta e o esforço das mulheres. (...) Deus se sente muito feliz de nos ver cuidando bem de nossos filhos e é assim que ele cuida de nós. Waldete (categoria B)

Ele sabe que a luta do dia-dia não é fácil, por isso ele está sempre do nosso lado para nos proteger e abençoar. Nós mulheres, que sempre buscamos a presença de Deus, por isso ele está sempre atento à nossa vida, não nos desampara. Rosa (categoria A)

Vale dizer que lamentavelmente, por uma postura radical da concepção religiosa Católica, o modelo padrão de família é o que, indubitavelmente, se convencionou nesse contexto, mesmo tendo clara a crescente (e real) tendência das organizações “diferentes” de famílias, a saber, a chefiada por mulheres. O ícone da sagrada família é o modelo proposto pela Igreja Católica, assim como a referência de um modelo ideal de família. Mesmo que a cultura do casamento e supostamente de família tenha passado por grandes alterações nos últimos tempos e que pareça ter ocorrido um *recuo à nupcialidade*, o casamento, como um ato público e o modelo padrão de família, prevalece com vigor nessa concepção.

Os documentos católicos, de modo bem atualizado, retratam essa idéia, afirmam e colocam em xeque as realidades familiares que diferem dessa moldura, ou melhor, que se compreendem como situações irregulares³². Para a difusão dessa mensagem cristã, a proposta que se apresenta é a de convocar a comunidade para aderir à missão de salvar-se e salvar as outras famílias. O *Familiaris Consortio* (1994, p.76) reforça esta proposta dizendo:

32 A Igreja Católica por meio do *Familiaris consortio* (1994), traz a declaração de que os modelos familiares que estão organizados de modo diferente do que ela considera como cristão são definidos como situações difíceis ou irregulares.

A família deve, sobretudo reconhecer-se no lugar especial que, neste campo, compete à missão dos cônjuges e das famílias cristãs em virtude da graça recebida no sacramento. Tal missão deve ser posta ao serviço da edificação da Igreja, da construção do Reino de Deus na história. Isto é pedido como ato de obediência dócil a Cristo Senhor. Com efeito ele, pela força do matrimônio dos batizados elevado a sacramento, confere aos esposos cristãos uma missão peculiar de apóstolos enviando-os como operários para sua vinha e, de forma muito particular, para este campo da família.

Dada essa missão apostólica à família cristã, literalmente nessa ótica do catolicismo oficial, confirma-se a idéia da busca de auto-salvação e, acoplada a esta, a salvação das outras famílias, para que não venham a se “desviar” da formatação cristã.

Por tudo isso, torna-se importante para essa reflexão associar a esse arcabouço ideal de família e a essa “imagem” de Deus, que possivelmente a representa – o de Juiz terrível –, as representações da “imagem” de Deus expressadas pelas famílias chefiadas por mulheres que correspondem a categoria C e em parte à categoria B (número menor):

Acho que Deus pode até admirar as mulheres que lutam, mas não as que andam no caminho errado e que se prostituí. Lúgia (categoria B)

Acredito que ele acha a mulher vitoriosa pela sua luta e pela sua honestidade, ao contrário ele não abençoa. Vanice (categoria C)

Isso acaba confirmando que a história, entre esse ritmo de continuidade e descontinuidade, traz na memória as reservas do passado, o que implica uma preservação do ideário conservador, (alimentado pelas aspirações patriarcais) e, com efeito, uma não-enunciação dessa realidade familiar como um dos modelos presentes na sociedade.

A realidade das mulheres chefes de famílias representadas pelas categorias A (universo total) e B (universo significativo) revela uma curiosa

descoberta, da “imagem” de Deus –a de um Deus feminino e masculino ao mesmo tempo, solidário, compreensivo, bondoso, amigo, protetor e, por que não, bem-humorado. Isso acaba de certa forma provocando um contraste com a “imagem” de um juiz terrível (só masculino). Haja vista as falas das mulheres que representam grande parte das famílias aqui entrevistadas:

Tenho certeza que Deus está presente em nossa vida, ao nosso lado em todos os lugares, seu olhar está sempre nos orientado. E isso é que nos anima e nos dá força para viver. Lóide (categoria B)

Deus nos dá proteção, ele sabe das nossas dificuldades e nós sabemos que é somente com sua força que vamos vencendo a cada dia. Valentina (categoria A)

Acho que Deus ri dessa situação de mulher sozinha cuidando da família, pois ele criou os homens fortes para contribuir com essa tarefa e hoje se mostram tão frágeis para administrar, conduzir as famílias. Essa carga é pesada para uma pessoa só, mas Deus sabe que a mulher é forte e assume bem esse papel. Apesar que na Bíblia a mulher tem que ser submissa, vejo que em nossa realidade isso é bem diferente. Carla (categoria A)

Constata-se que nesse grupo, que tem uma representatividade significativa em termos quantitativos em relação à totalidade do grupo, Deus se revela em sua plenitude de pai e mãe, de uma forma qualitativa, mais humanizada e, sobretudo real. A saber, com traços bastante diferenciados do que possivelmente retratam as informações históricas de Ariés (1985).

Considerando essa revelação como algo espetacular que se sobrepõe às “imagens” da minoria do grupo, pode-se compreender que as crenças dessas famílias são sinais que impulsionam para a vida, que elevam o ser feminino. Ao mesmo tempo, profeticamente, fazem a enunciação de um modelo familiar existente na sociedade entre outros.

Este terceiro capítulo, com seu propósito temático – Deus e a família chefiada por mulheres –, permitiu-nos avançar um pouco mais rumo à discussão

mais ampla, que é o estudo sobre essa realidade familiar que traz a mulher como chefe. Percebemos, com o exercício de leitura das falas das mulheres, isto é, de seus próprios textos, como se manifestam suas crenças e que concepções estão interligadas a elas. Com isso, identificamos como a luz da fé vem iluminando o ser feminino dessas mulheres e, ao mesmo tempo, de que forma a “palavra de Deus”, que projeta essa luz, tem influenciado no modo de ser dessa família chefiada por mulheres.

Por essa análise, identificamos que diversas “imagens de Deus” representam essa família, que tem por chefe a mulher e é por essas imagens que esse modelo familiar é motivado, a se enunciar, ou não, como uma das realidades presentes na sociedade.

Consideramos que os conteúdos aqui abordados poderiam e podem ser bem mais aprofundados e complementados por outras leituras e reflexões. Porém, entendemos que como propósito desafiador, que é estudar sobre família, sobretudo a que traz a mulher como chefe, tais análises em relação a Igreja Católica possibilitaram compreender que o percurso até então feito não foi de modo algum em vão, pois ele incita-nos à busca de novos aprendizados neste campo.

CONCLUSÃO

Um dos desafios dos diferentes agentes religiosos, bem como das empresas de salvação, é corresponder com as necessidades de seus fiéis. Weber (1961, p. 313) confirma isso ao dizer:

A relação entre sacerdotes e leigos assume importância decisiva para a atuação prática da religiosidade. Quanto mais especificamente congregacional o caráter da organização, tanto mais a posição poderosa dos sacerdotes enfrenta a necessidade de ter em conta, no interesse da conservação e propagação do grupo de adeptos, as necessidades dos leigos. Em certo grau no entanto essa situação é comum a todo tipo de sacerdócio. Para manter sua posição de poder freqüentemente tem de condescender, em alto grau, às necessidades dos leigos.

Assim como Bourdieu (1998, p.57), que diz:

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade, propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em base duradoura as representações e práticas dos leigos inculcando-os um *habitus religioso*(...)³³

33 *Habitus religioso* é o princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social (Bourdieu, 1996, p.57).

Nesse sentido, em relação às concepções de família, a Igreja Católica destaca a família ideal – pai, mãe e filhos – estabelecida pela aliança conjugal, confirmada pelo matrimônio (sacramento), marcada pela indissolubilidade. Segundo essa doutrina, este referido modelo é o que de fato corresponde aos desígnios de Deus, assim como simbolicamente Cristo é o Esposo da Igreja, fundado pelo Mistério de Eterno Amor.

Em contrapartida, os outros modelos familiares que diferem deste, no caso aqui os que são chefiados por mulheres, são por sua vez classificados, de acordo com as orientações oficiais da Igreja Católica, como os casos difíceis (irregulares), famílias incompletas. Conforme suas normatizações, as realidades familiares configuradas por essa situação se vêem comprometidas por uma série de restrições sagradas.

As famílias chefiadas por mulheres são uma realidade que de modo crescente tem sido bastante expressiva em nossa sociedade (ver anexo II). Por todos os ângulos sociais, de cunho profissional, educacional, político e religioso, temo-nos deparado com essa situação familiar.

As famílias que têm por chefia a mulher são um fato que não tem causado maiores espantos ou até mesmo representado qualquer novidade nestas últimas décadas, mas nem por isso podemos considerar que tal situação seja tranqüilamente compreensível e aceitável por parte dessas instâncias sociais. Direta ou indiretamente, essa realidade familiar, aqui estudada, encontra-se vinculada nesses referidos espaços sociais, mas muitas vezes não é considerada por exatamente apresentar-se desvinculada de um modelo padrão; inclusive no próprio espaço religioso católico, o que está associado à nossa pesquisa.

As entrevistas com essa específica realidade familiar que traz a mulher como chefe, puderam de certa forma assinalar qual o peso dado à Igreja Católica pelas mulheres que representam esse modelo familiar citado. As informações analisadas e organizadas pelas três categorias A, B e C destacam como isso se apresenta e, ainda, como se apresenta a própria relação dessas mulheres com a sua específica realidade familiar.

As mulheres da categoria A, em relação à Igreja Católica, em sua maioria, destacam que esse espaço sagrado outrora já fizera parte de suas experiências religiosas, mas hoje, pela argumentação da “falta de tempo”, não o freqüentam. Foi possível perceber que enquanto as mulheres estavam com os seus companheiros, a freqüência nesse espaço acontecia de uma forma ou de outra, sem necessariamente haver um envolvimento dos companheiros nas atividades religiosas, mas ao assumirem a vida sozinha, “naturalmente”, ocorreu um distanciamento. Essas mulheres demonstraram bastante clareza, dizendo que a ênfase da Igreja sobre a família está voltada para os casais (família completa) e que o modelo familiar no qual estão inseridas praticamente não é incluído nas discussões deste espaço.

Muitas dessas mulheres da categoria A declararam que a Igreja não salva ninguém e se apresentaram sem total ânimo para uma convivência mais próxima. Essas caracterizações de distanciamento ou afastamento podem ser definidas, de acordo com os depoimentos, como sinais de resistências à não-inclusão delas, mulheres chefes de família, no discurso religioso. Porém, quanto ao seu próprio modelo familiar, demonstram aceitá-lo como de fato ele se apresenta.

Quanto à categoria B, tal relação se expressa para essas mulheres sob forma de conflito, pois a Igreja Católica para elas é um espaço que tem seu respectivo valor sagrado, mas, por não se verem incluídas como famílias (diferentes) nesse espaço, não se sentem motivadas a freqüentar de fato, o que acaba provocando nelas um sentimento de mal-estar. De certo modo, tal sentimento não só se refere à não-motivação para freqüentarem a Igreja, mas também por se perceberem como uma realidade diferente, que não corresponde ao modelo padrão. Caracteriza-se, portanto, uma não-aceitação de sua própria realidade familiar.

A categoria C, diferentemente, revela que as mulheres destacam a Igreja como um lugar sagrado, que fundamentalmente deve ser freqüentado por elas, pois é o lugar da bênção. Elas apresentam de modo unânime uma aceitação quanto ao discurso de família que a Igreja reforça, o tradicional. É exatamente nesse espaço que essas mulheres se sentem reparadas pela situação familiar em que se encontram, pois apesar de estarem chefiando a família, demonstram ter uma forte resistência quanto à sua situação.

As mulheres chefes de famílias, independente de suas diferentes expressões sobre a realidade familiar na qual estão inseridas e da relação que concebem com a Igreja Católica, demonstram continuar crendo em Deus, como o pai e ou como a mãe que protege e cuida; na “palavra de Deus”, como fonte de força e luz para a vida, e na família como um valor essencial à realidade social humana.

Diante de toda essa representação dos fatos, resta à Igreja Católica enfrentar tal situação familiar como de fato ela é, com as diferenças que lhes

concernem, ao invés da prática de vistas grossas e do aceitar as situações diferenciadas como um faz-de-conta. Sobretudo, ela deve apurar melhor o olhar sobre essa realidade, rever o posicionamento radical e tradicional fundamentado por uma visão androcêntrica.

É necessário que a Igreja Católica desperte para o exercício da inclusão, não como um exercício de trazer essa realidade para os seus próprios ajustes, como propõe os atendimentos nos casos difíceis, mas verdadeiramente, incluir-se no diferente e procurar entendê-lo como realmente é, de potencializá-lo com as condições de diferenças que se apresentam.

A primeira hipótese sugerida nesta discussão foi a de que a Igreja Católica, por meio de seus discursos e práticas centrados na idéia tradicional de família composta por pais, mães e filhos, marcada por uma concepção hierárquica de gênero, busca constantemente manter o modelo que melhor corresponda às suas concepções. E de certa forma isso se evidenciou com nitidez na análise da mensagem dos documentos católicos e também na leitura dos diversos depoimentos das mulheres.

Caracteristicamente como segunda hipótese, considerou-se que a família chefiada por mulheres representa um desafio à concepção tradicional de família enfatizado pelo catolicismo oficial, devido ao valor que ele dá à representação simbólica hierárquica, androcêntrica, uma vez que, se não houver uma reelaboração de seus discursos e práticas, pode ocorrer a perda de uma significativa parcela de suas fiéis. Conforme foi apresentado, as considerações das categorias A, B e C, por pequena que seja a amostra, já indicaram um distanciamento do espaço religioso católico tomado como vínculo institucional.

Compreendo que minha amostra para cada uma das categorias apresentadas não é estatisticamente significativa, para fazer generalizações, mas acredito que ela oferece alguns indícios até hoje pouco considerados pelas pesquisas os quais poderão ser mais bem testados num universo maior de entrevistadas.

Seja como for, esses dados indicam desde já que a forma como a concepção de família é expressada pela Igreja Católica, ou mesmo, como os emissários a destacam nos espaços religiosos, ou ainda fora deles, não é suficiente para atender toda a demanda de suas fiéis. Omitindo-se dos discursos referentes às realidades diferentes de famílias, no caso às chefiadas por mulheres, esse não dizer se é contra ou a favor já emite por si só uma forte negação.

Dessa forma, mesmo que a Igreja nos parâmetros de sua organização tenha por pretensão produzir e distribuir os bens de salvação, ela deve, nesse tempo de emergência, pelos desafios que se apresentam, pela mudança de mentalidade, pelos conflitos na sociedade, pelo processo de descrenças institucionais, entre outros, lançar mão da prática profética e se colocar na tarefa de aprimorar melhor seus discursos e práticas, como objetivo de mobilizar os interesses religiosos em confluência com os interesses dos leigos ou grupos. Deve também contribuir, pela força que dispõe para rever a ordem simbólica vigente, ao ponto de reordená-la, subvertendo-a e dessacralizando-a, para assim, com propósitos transgressores, incluir o que, até o momento presente de nossa história, se encontrou fora do contexto comunitário e eclesial.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. A família e a cidade, In: Figueira, Servulo A. e Velho, Gilberto (coord.). *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BARBIERE, De Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. In: Valdés, Adriana (Orgs). *Fin De Siglo :Genero y Cambio civilizatorio*. Santiago-Chile: Regina Rodríguez, 1992, p. 111-128.

BEJIN, André e ARIÉS, Philippe (Orgs.). O casamento indissolúvel. In: *Sexualidades Ocidentais: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira stummer, São Paulo: Brasiliense, 1985, p.162-182.

BERGER, Peter L. Elementos Sistemáticos. In: *O dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Trad. José Carlos Barcelos, 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1985, p.15 -113.

BIKLEN, San Knopp; BOGDAN, Roberto C. Nove questões freqüentes sobre a investigação qualitativa. In: *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto-Portugal: Porto Ltda, 1994, p. 63-73.

BOFF, Leonardo. MURARO, Rose Marie. *Feminino e Masculino, uma nova consciência para o encontro das diferenças*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p. 17-25.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª ed, São Paulo: Perspectivas, 1998, p. 27-78.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da Mulher no Brasil Comparações Regionais e Considerações sobre o Mercosul. In: FAUSTO, Ayrton (Org.). *Mulher e Mercosul*. Fortaleza: Flacso/Bid/Unifem/Unesco, 1999, p.67-10.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Catolicismo e Família no Brasil Contemporâneo*. Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 12, 1975.

CITELLI, Maria Teresa. Estudos feministas. *Ensaio: Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. 1º semestre 2001 Ano 9 . p.131-145.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 4 ed, São Paulo: Contexto, 2001, p.223 – 240.

DUARTE, Luiz Cláudio. Amigado com fé, casado é. In: Caderno Feminino, Uberlândia, UFU, v.7, n.7/8. 1999/2000.

DURKHEIM, Émile. *Formas Elementares da Vida religiosa*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 260 –280.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Livro do Brasil (LB), [s.d.].

ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala feminismo, teoria social e religião*. Trad. Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Paulinas, 1996, p. 25-58.

ESTEBAN, Concha Gomes. PRIETO, Carlos. Mulheres e Relações Assalariadas, hoje. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, UCG, v.13,n.3, mai/jun, 2003.

FIGUEIRA, Servulo A. O “Moderno” e o “Arcaico” na nova Família Brasileira, notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: *Uma nova Família?* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIORIO, Nilton Mario. *Quem conta um conto... A metáfora rural de provérbios em língua portuguesa*. Goiânia: UCG,1995, p. 39-48.

FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In: PIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 4 ed, São Paulo: Contexto, 2001, p.511-553.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p.101-142.

_____. Ethos, visão de mundo e símbolos sagrados. In: *A interpretação das culturas*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.143-159.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. As Famílias brasileiras: Mudanças e Perspectivas. *Cad. De Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 91; Nov. 1994.

GOMÁRIZ Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas; periodización y perspectivas. In: Valdés, Adriana (Orgs). *Fin De Siglo :Genero y Cambio civilizatorio*. Santiago-Chile: Regina Rodríguez, 1992, p.83-110.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos tribunais, 1990, p. 123-126.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Estudos Sobre a Mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 54-92.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrimdo o Outro. In: GUARESCH, Pedrinho e ÂNGELA, Arruda (Org.). *Representando a Alteridade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 69 -82.

KING, Karen L. Canonização e Marginalização: Maria de Mágdala. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, 1998/3, n. 276, p. 38-47.

LEÓN, Maria A. Rodriguez. A Discriminação da Mulher Na Igreja Católica. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.) *A Mulher Pobre na História da Igreja Latina-Americana*. São Paulo: Paulinas, 1984, p.30-35.

LELOUP, Jean-Yves. *Nome de deuses: entrevistas à Edmond Blattchen*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: UNESP, 2002

LIBANIO, J.B. *Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação*. São Paulo: SIQUEM, 2001, p.23-42.

MACEDO, Rosa Maria. A família do Ponto de vista Psicológico: Lugar Seguro para Crescer? *Cad. De Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 91; Nov. 1994.

MACHADO, M^a Clara T; CASTRO, Dorian Erich de; SOUSA, Vera Lúcia Puga de. *A categoria gênero, cotidiano e cultura: O diálogo com a fontes documentais*. In: *Cad. Feminino*. Uberlândia, UFV, v.7, n.7/8. 1999/2000.

MACHADO, M^a das Dores Campos. *carismáticos e pentecostais: Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Sexo & Repressão na sociedade selvagem*. Trad. Francisco M. Guimarães. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAUSS, Marcel. *A Prece*. In: Oliveira, Roberto Cardoso (ORG.) Mauss. Trad. Regina Lucia Moraes et al. São Paulo: Ática, 1979, p. 102-146.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e autonomia ao santo ofício. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, UCG, v.12, n. 6, nov/dez, 2002.

MILES, Jack. *DEUS uma biografia*. Trad. José Rubens Siqueira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 13-17.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais Dentro Da Sociologia Clássica. In: GUARESCH, Pedrinho e A.

JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos Em Representações Sociais*. 2 ed. Petrópolis :vozes, 1995, p. 89 -110.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social: Um Conceito Perdido. In: *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de janeiro: Zahar, 1978, p. 41-81.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do Dote, Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p.27-64.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneiras, 1969, p. 9 –32.

OTTO, Rudolf. *O sagrado*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985, p.11-165.

PERES, Vannúzia Leal Andrade. Concepções De Família Em População de Periferia Urbana. In: SOUSA, Sônia Maria Gomes (Org.). In: *Infância, Adolescência e família*. Goiânia: Cãnone editorial, 2001. p. 217- 230.

PETRELLI, Rodolfo. Deus: o mágico do universo ou o parceiro da humanidade? In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, UCG, v.11, nº 01, jan/fev, 2001.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Trad. Álvaro Cunha. São Paulo: Paulus, 1982, p. 185-188.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *Creio em Deus Pai: O Deus de Jesus como afirmação plena do humano*. Tradução I.F. L. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1993, p.74-113.

RIBEIRO, Ivete. Igreja Católica e Estado: Matrizes Referenciais de Valores Dirigidas às Famílias. *Cad. De Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 91; Nov. 1994.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: Rumo a uma teologia feminista*. Trad. Walter Altmann, Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 1993, p. 18 - 45.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Mulher e capitalismo*. In: A mulher na sociedade de classes, mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969. p.97-100.

SAMARA Eni Mesquita. *A família brasileira*. 3ª ed. Col. Tudo é história, nº 71. São Paulo: Brasiliense, 1986,.

SARTI, Cyntia Andersen. A família como Ordem Moral. *Cad. De pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 91; Nov. 1994.

SORJ, Bila. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

SULLEROT Evelyne. *A família, da crise a necessidade*. Tradução de Rogério Alves. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TAMEZ Elza. A vida das mulheres como texto sagrado. *Concilium*, Petrópolis, Vozes, 1998/3, n. 276, p.72-81.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991, p.3-13.

PRAETORIUS, Ina. Androcentrismo. In: TRAUNANN, Helen Schüngel-S; CHOTTROFF, Luise S. (Orgs.). *Dicionário de Teologia Feminista*. Petrópolis: vozes, 1996, p.21.

DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

JOÃO PAULO II. *Cartas às famílias*. São Paulo: Paulinas, n.131, 1994.

_____. *Exortação Apóstolica, Familiaris consortio: Sobre a função da família cristã no mundo de hoje*. Documentos Pontifícios, 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

CNBB. *Valores Básicos da Vida e da Família*. São Paulo: Paulinas, n.18,1980.

_____. *Em favor da família*. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, n.3, 1975.

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista (Mulheres Chefes de Família)

1. Referências pessoais:

a) Nome: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

b) Idade: Até 18 anos () Entre 19 a 24 anos () Entre 25 a 35 anos () De 36 a 50 anos () Mais de 51 anos ()

c) Escolaridade: Não alfabetizada () 1º grau incompleto: 4ª série

d) Nº de dependentes: De 1 a 2 () De 2 a 4 () Outros ()

e) Média salarial: Até 1 salário mínimo () De 2 a 4 salários mínimos () Outros ()

f) Residência: Casa própria () Alugada () Outros ()

2. Referências específicas sócio-culturais

a) Como você vê as famílias nos dias de hoje?

a) Qual a diferença das famílias de hoje com as famílias do passado?

b) Quais as dificuldades enfrentadas pelas famílias de hoje?

c) O que acha da sua realidade familiar no mundo atual?

d) Em termos econômicos / financeiros como faz para manter sua família? A família chefiada por mulher é mais ou menos feliz que a família completa? Por que?

3. Referências sócio-religiosas:

a) Sua família costuma freqüentar alguma igreja ou comunidade? Como é sua participação?

b) Na igreja há espaço ou atividade que permitem falar e discutir sobre as situações familiares? De que forma isso ocorre?

- c) **Como é a convivência com a comunidade? Existe apoio de algum grupo ou liderança religiosa, quando se passas por alguma dificuldade familiar?**
- d) **O que é que se fala sobre família chefiada por mulheres? O que você acha dessa fala?**
- e) **O que é falado na igreja contribui como orientações para sua vida familiar no dia-dia? Quando acontece isso? Já aconteceu isso com você?**
- f) **Na comunidade tem outras famílias onde as mulheres assumem enquanto chefe de família? O que acha disso?**
- g) **A fé em Deus é algo importante para uma melhor condução da família? De que forma isso ocorre?**
- h) **O que você acha que Deus pensa sobre a família chefiada por mulheres?**

4. Referências sobre o gênero

- a) **Para a mulher, assumir o papel de chefe da família representa vantagem ou desvantagem? Por que?**
- b) **Como você vê os discursos e ou as práticas religiosas referentes às mulheres que são chamadas de famílias?**
- c) **O que costuma ouvir sobre as mulheres que são chefes de família? Você se sente incomodada com o que ouve? Por que?**
- d) **O que você acha da família tradicional (pai, mãe e filhos)?**

[População estimada](#)

Popclock



Acesso direto aos canais do IBGE



[Busca](#) [Links](#) [Fale conosco](#) [Mapa do site](#) [Home](#)

[English](#)
[Español](#)

Perfil das mulheres

Tabela 1 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões
Grandes Regiões
Pessoas responsáveis pelos domicílios

	Total	
	Sexo	
	Homens	Mulheres
Brasil	44 795 101	33 634 466
	11 160 635	
Norte	2 809 912	2 167 075
	642 837	
Nordeste	11 401 385	8 449 390
	2 951 995	
Sudeste	20 224 269	15 049 401
	5 174 868	
Sul	7 205 057	5 576 952
	1 628 105	
Centro-Oeste	3 154 478	2 391 648
	762 830	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 2 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, total e mulheres, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões
Pessoas responsáveis pelos domicílios

	Total	Mulheres	
	Total	Proporção (%)	
Brasil	44 795 101	11 160 635	24,9
Norte	2 809 912	642 837	22,9
Nordeste	11 401 385	2 951 995	25,9
Sudeste	20 224 269	5 174 868	25,6
Sul			

	7 205 057
	1 628 105
	22,6
Centro-Oeste	
	3 154 478
	762 830
	24,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 3 - Mulheres responsáveis pelos domicílios, em números absolutos e relativos, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões
Mulheres responsáveis pelos domicílios, por situação do domicílio

	Absoluto	Relativo (%)
	Total	
	Urbana	
	Rural	
	Total	
	Urbana	
	Rural	
Brasil	11 160 635	
	10 205 911	
	954 724	
	100,0	
	91,4	
	8,6	
Norte		
	642 837	
	572 239	

	70 598
	100,0
	89,0
	11,0
Nordeste	
	2 951 995
	2 455 169
	496 826
	100,0
	83,2
	16,8
Sudeste	
	5 174 868
	4 955 697
	219 171
	100,0
	95,8
	4,2
Sul	
	1 628 105
	1 490 414
	137 691
	100,0
	91,5
	8,5
Centro-Oeste	
	762 830
	732 392
	30 438
	100,0
	96,0
	4,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Perfil das mulheres

Tabela 4 - Domicílios, total e unipessoais, segundo o sexo do responsável pelo domicílio

	Sexo do responsável pelo domicílio	
	Domicílios	Unipessoais
	Total	Total
		Proporção (%)
Total	44 795 101	

	4 085 568	9,1
Homens	33 634 466	2 090 432
		6,2
Mulheres	11 160 635	1 995 136
		17,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

Perfil das mulheres

Tabela 5 - Dissoluções conjugais, por tipo, e percentual de dissoluções por grupos de idade, segundo os grupos de idade das mulheres

	Grupos de idade das mulheres		Dissoluções conjugais	Percentual de dissoluções por grupos de idade (%)
	Total	Por tipo		
			Divórcios	Separções
Total				
	193 244		103 860	89 384
			100,0	
Menos de 20 anos				

	2 628
	548
	2 080
	1,4
20 a 24 anos	
	20 140
	7 633
	12 507
	10,4
25 a 29 anos	
	34 859
	16 951
	17 908
	18,0
30 a 34 anos	
	40 065
	21 158
	18 907
	20,7
35 a 39 anos	
	35 046
	19 518
	15 528
	18,1
40 a 44 anos	
	25 543
	14 882
	10 661
	13,2
45 a 49 anos	
	16 249
	10 081

	6 168
	8,4
50 a 54 anos	
	8 963
	5 980
	2 983
	4,6
55 a 59 anos	
	4 881
	3 416
	1 465
	2,5
60 a 64 anos	
	2 406
	1 836
	570
	1,2
65 a 69 anos	
	1 198
	933
	265
	0,6
70 a 74 anos	
	465
	371
	94
	0,2
75 anos ou mais	
	205
	158
	47
	0,1

Idade ignorada

596
395
201
0,3

Fonte: Estatísticas do registro civil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2001.

Tabela 6 - Proporção de pessoas alfabetizadas nos domicílios, por sexo, segundo os grupos de idade

Grupos de idade
Proporção de pessoas alfabetizadas nos domicílios, por sexo (%)

	Homens	Mulheres
	1991	2000
	1991	2000
Total	80,0	86,8
	80,6	87,5
10 a 14 anos	79,1	90,9
	85,5	94,7
15 a 19 anos	84,9	93,5
	91,0	96,5

20 a 24 anos	86,1
	91,7
	89,5
	94,9
25 a 29 anos	86,0
	90,3
	88,5
	93,6
30 a 39 anos	84,6
	88,5
	84,7
	91,0
40 a 49 anos	77,7
	86,1
	74,8
	86,1
50 a 59 anos	71,7
	78,9
	65,7
	76,0
60 a 69 anos	64,0
	71,8
	56,9
	66,8
70 anos ou mais	

53,1

62,0

46,0

57,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

Perfil das mulheres

Tabela 7 - Distribuição percentual de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões

Mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo (%) (1)

Sem instrução e menos de 1 ano

1 a 3anos

4 anos

5 a 7anos

8 a 10anos

11 a 14anos

15 anosou mais

Brasil

19,4

18,2

17,0

11,1

11,3

15,7

7,0

Norte

19,9

18,6

12,5

13,6

13,1

	18,1
	4,0
Nordeste	
	31,7
	20,4
	12,0
	9,7
	8,1
	13,4
	4,4
Sudeste	
	14,5
	17,2
	19,7
	11,2
	12,5
	16,3
	8,4
Sul	
	13,6
	18,3
	21,2
	10,5
	12,1
	15,8
	8,2
Centro-Oeste	
	17,0
	16,7
	13,7
	14,0
	12,7
	17,8

7,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

(1) Exclui as classes de anos de estudo não determinadas.

Perfil das mulheres

Tabela 8 - Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios, segundo o sexo

Sexo
Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios

	1991 (A)	2000 (B)	Varição (B - A)
Total	4,8	5,7	0,9
Homens	4,9	5,7	0,8
Mulheres	4,4	5,6	1,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 9 - Rendimento nominal mensal das mulheres responsáveis pelos domicílios, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Rendimento nominal mensal (R\$)	
	Médio	Mediano
Brasil	591,00	276,00
Norte	465,00	200,00
Nordeste	376,00	151,00
Sudeste	712,00	320,00
Sul	601,00	300,00
Centro-Oeste	658,00	280,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 10 - Proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade, em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Proporção (%)
Brasil	56,9
Norte	58,2
Nordeste	67,8
Sudeste	48,4
Sul	54,9
Centro-Oeste	55,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.